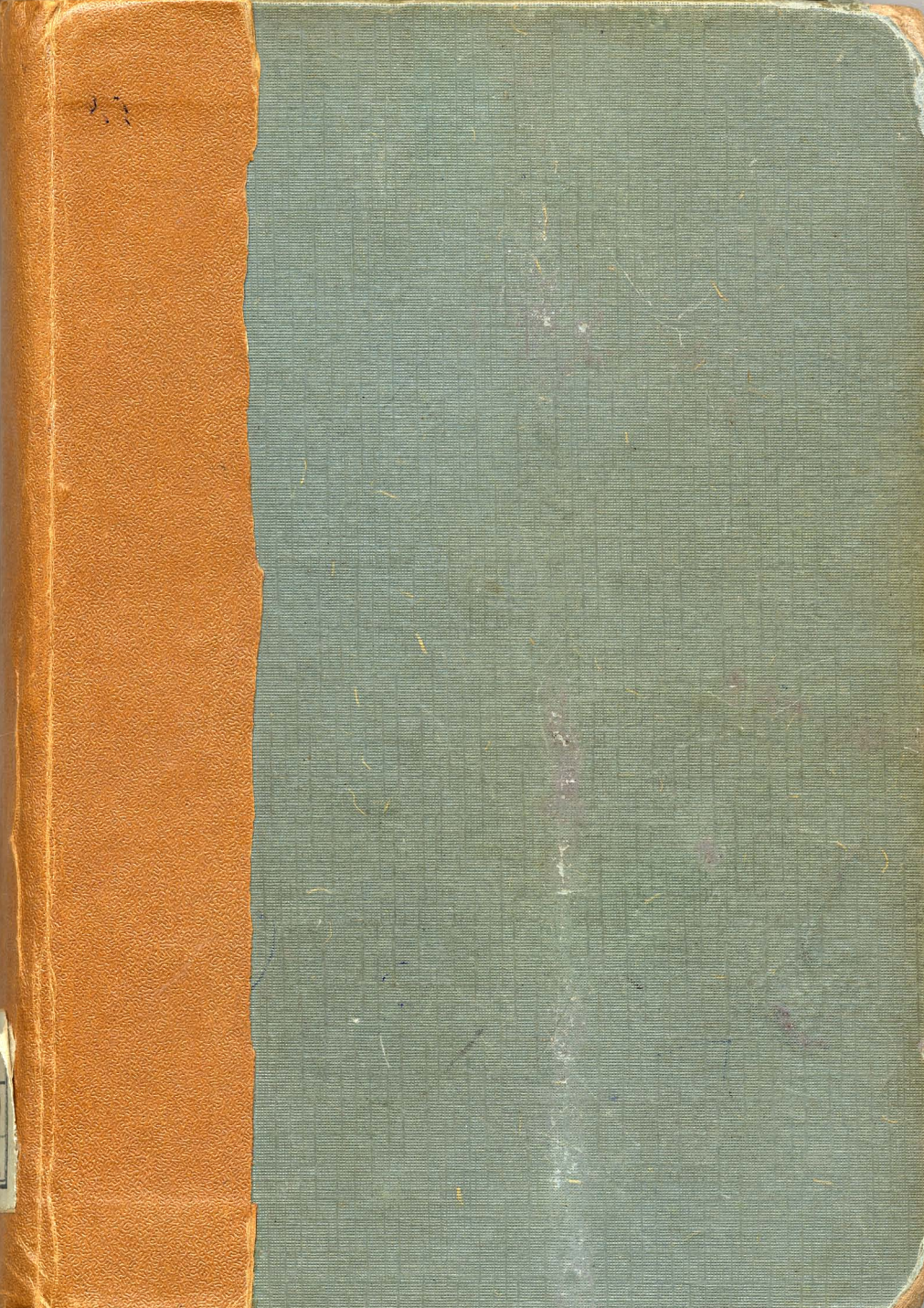






H
27.320P

H. 9.

##

(

COLEÇÃO "UNIVERSITAS"

81.8.27.3202
ORLANDO RIBEIRO

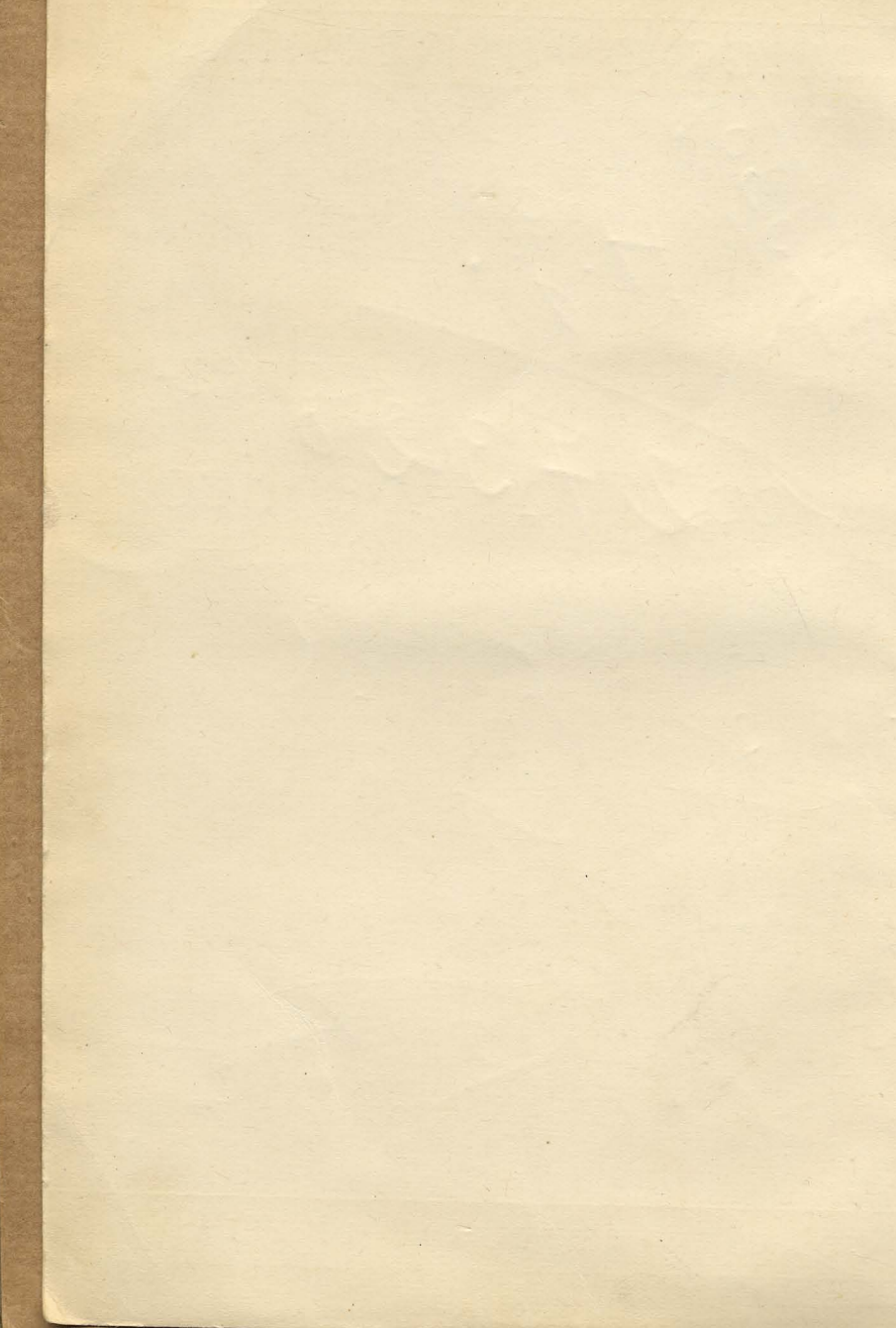
Professor da Universidade de Lisboa

Portugal, o Mediter- râneo e o Atlântico

ESTUDO GEOGRÁFICO



COIMBRA EDITORA, LIMITADA



Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico

ALGUMAS OBRAS DO AUTOR:

- A ARRÁBIDA. *Esbôço geográfico*. Lisboa, 1935.
Le site et la croissance de Lisbonne (Bul. de l'Assoc. de Géographes Français, nº 115, 1938).
L'habitat rural au Portugal (CR du Congrès International de Géographie. Amsterdam 1938).
Povoamento rural e regimes agrários no Sueste da Beira (Rev. da Faculdade de Letras de Lisboa, 1939).
La formation du Portugal. Bruxelles, 1939.
Villages et communautés rurales au Portugal. Coimbra, 1940.
CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DO PASTOREIO NA SERRA DA ESTRÊLA. Lisboa, 1941.
A geografia e os problemas da população em Portugal (Actas do I Congresso Nacional de Ciências Naturais, Lisboa, 1941).
O Brasil: a Terra e o Homem. Coimbra, 1942.
Vida e obras de José Leite de Vasconcellos. Porto, 1942.
A cultura do trigo no Sueste da Beira. Aspectos e problemas geográficos. Lisboa, 1944.
Expressão da terra portuguesa. Lisboa, 1945.

EM PREPARAÇÃO:

- O NOSSO CAMPO. *Ensaio à cerca da formação da paisagem rural portuguesa*.
DESCARREGADORES DE MAR E TERRA DO PÓRTO DE LISBOA. *Tentame de monografia de um grupo profissional*. (Em colaboração com o Dr. JUVENAL ESTEVES).

COLECÇÃO "UNIVERSITAS"

Colecção de estudos lingüísticos, literários, históricos,
geográficos, filosóficos e pedagógicos

V

ORLANDO RIBEIRO

Professor da Universidade de Lisboa

Portugal, o Mediter- râneo e o Atlântico

ESTUDO GEOGRÁFICO



12.167039



COIMBRA EDITORA, LIMITADA

TODOS OS EXEMPLARES SÃO NUMERADOS
E RUBRICADOS PELO AUTOR

801

Osvaldo Ribey

MENSAGEM

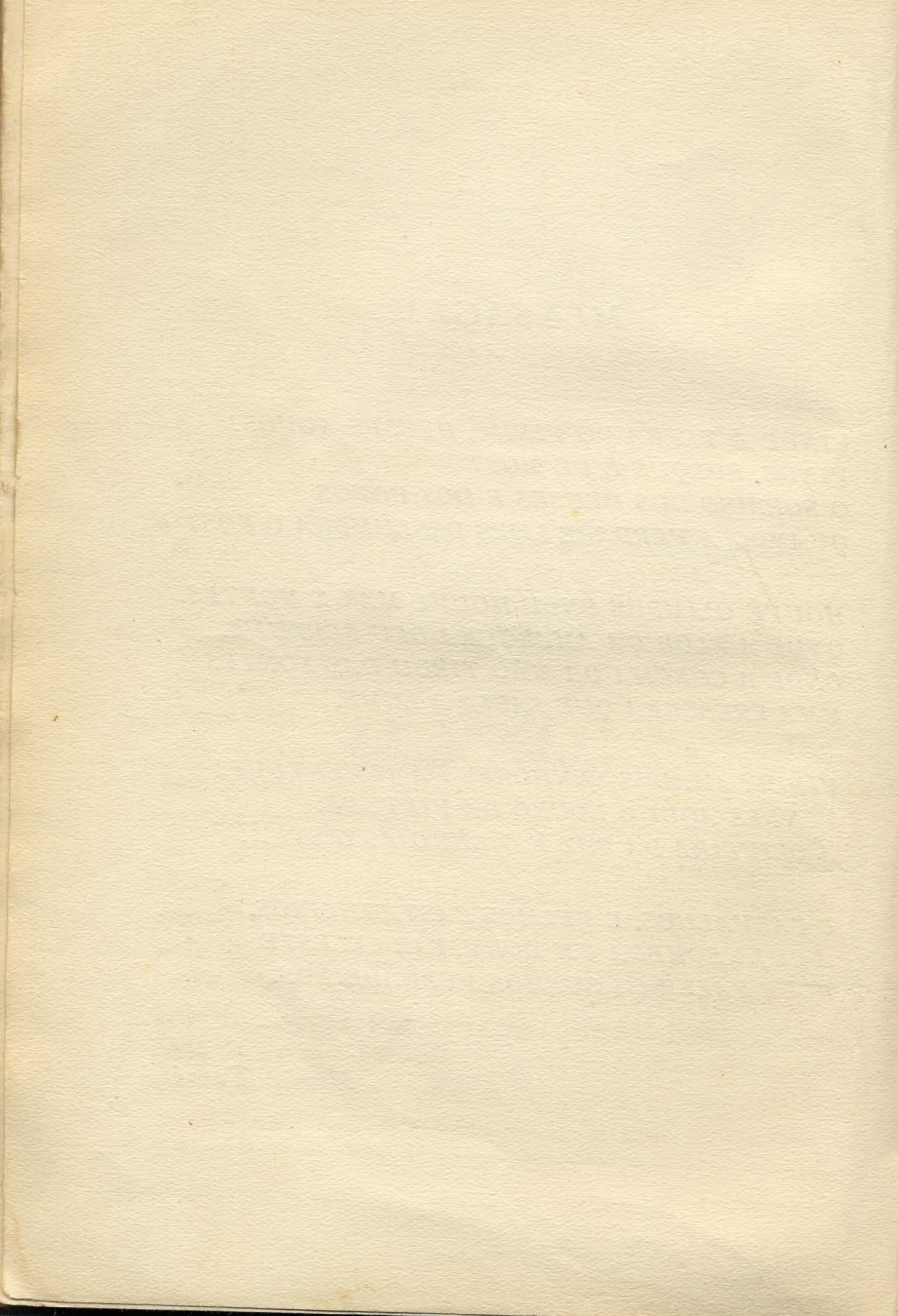
VINDE À TERRA DO VINHO, DEUSES NOVOS!
VINDE, PORQUE É DE MOSTO
O SORRISO DOS DEUSES E DOS POVOS
QUANDO A VERDADE LHES DESLUMBRA O ROSTO.

HOUE OLIMPOS ONDE HOUE MAR E MONTES.
ONDE A FLOR DA AMARGURA DEU PERFUME.
ONDE A CONCHA DA MÃO TIROU DAS FONTES
UMA FRESCURA QUE SABIA A LUME.

VINDE, AMADOS SENHORES DA JUVENTUDE!
TENDES AQUI O LOURO DA VIRTUDE,
A OLIVEIRA DA PAZ E O LÍRIO AGRESTE...

E CARVALHOS, E VELHOS CASTANHEIROS,
A CUJA SOMBRA UM DORMITAR CELESTE
PODE FAZER OS SONHOS VERDADEIROS.

MIGUEL TORGA



PREFÁCIO

O essencial dos temas versados neste livro serviu de assunto a algumas lições e conferências, cujas primícias couberam ao curso de férias da Faculdade de Letras de Coimbra, em 1941, e à Missão Estética de Férias que funcionou junto dêle.

Destinadas a um auditório variado, ainda que atento e curioso, nelas seriam descabidos ou impertinentes pormenores técnicos e explanações eruditas. Por isso se concedeu também a máxima importância aos aspectos de Geografia humana, esboçando-se apenas as linhas gerais do quadro que há-de conter, com seus estímulos e restrições, a labuta dos homens.

Ao livro, naturalmente mais desenvolvido, conservou-se o mesmo carácter inicial. Cuida o autor que esta maneira de conceber as influências naturais que se entrelaçam no nosso território pode ter alguma curiosidade e fazer realçar os aspectos mais originais e característicos da terra portuguesa e da sua complexa vida popular. E desejava não ter de todo faltado ao propósito de escrever umas páginas que, guardando embora o devido rigor científico, pudessem ser lidas por qualquer pessoa simplesmente curiosa destes assuntos.

Foi também esta a razão de se omitirem referências bibliográficas, desnecessárias ao especialista e dispensáveis ao comum dos leitores, e muitos desenvolvimentos que a matéria aqui ou além requeria. As primeiras encontram-se nos trabalhos recentes de H. LAUTENSACH, Portugal auf Grund eigener Reisen und der Literatur, dois volumes, Gotha, 1932 e 1937, e de AMORIM GIRAÔ, Geografia de Portugal, Pôrto, 1941; do precioso repositório de observações pessoais e da matéria compendiada pelo ilustre geógrafo alemão aproveitou muito o presente trabalho. Mas, foram mais de dez anos de viagens e meditações no território português que principalmente lhe forneceram a base de factos e o nexo de encadeamentos em que assenta. Em estudos anteriores, houve ensejo de investigar miudamente alguns assuntos lembrados aqui; outros ficarão para depois, e, em publicações de carácter mais técnico, receberão também o mesmo tratamento. A dois autores, não geógrafos, deve ainda muito este livro. Nos profundos Estudos Históricos e Económicos de ALBERTO SAMPAIO acham-se as bases que permitem compreender a evolução rural do Noroeste e o germe do conceito da dualidade de Portugal; nos trabalhos e no convívio de JOSÉ LEITE DE VASCONCELLOS, especialmente no inexaurível acervo de materiais constituído pelas Religiões da Lusitânia e pela Etnografia Portuguesa, encontrei constantes e proveitosos ensinamentos.

Lisboa, Setembro de 1945.

CAPÍTULO I

O MUNDO MEDITERRÂNEO

Entre a Europa recortada e a África maciça, o Mar Mediterrâneo aparece como um dos traços mais antigos e permanentes da fisionomia do Globo.

As orlas continentais que o circundam contam-se entre as regiões mais cedo despertadas para a civilização que, durante dezenas de séculos, gravitou em tórno dêste mar interior.

Foi no convívio das gentes mediterrâneas que a restante Europa se enriqueceu de ideias e de crenças, depois espalhadas por todo o mundo.

Esta pequena parcela de terras e de mares, apenas cêrca de um centésimo da superfície terrestre, desempenhou portanto, na História do Planeta e na da Humanidade, papel dos mais importantes.

I — A NATUREZA

O litoral.—O Mediterrâneo é uma fossa alongada no sentido Leste-Oeste entre duas massas continentais: ao Sul a África, com seus planaltos maciços e desérticos, de contornos simples e pesados; ao Norte a Europa, que projecta para o mar uma série de penínsulas e ilhas, de desenho geral-

mente fino e complicado. É por uma confusão inextricável de fragmentos de terra firme que se passa da Península Balcânica para a Ásia Menor, de feição ainda europeia.

Esta complexidade de penínsulas e arquipélagos, de enseadas e de golfos profundos, faz do litoral mediterrâneo uma costa recortada, extremamente longa, cheia de recessos e de perigos, mas, ao mesmo tempo, capaz de oferecer à navegação de cabotagem as balizas dos seus promontórios e o abrigo das suas enseadas. Litoral talhado para o homem ensaiar aqui as primeiras rotas da navegação.

A causa da riqueza da linha de contacto das terras e dos mares provém da existência, na maior parte do domínio mediterrâneo, de montanhas recentes, erguidas durante a era terciária, entre as quais se contam os picos mais alterosos da Europa.

Em parte afogados nas águas, fragmentados por abatimentos do solo ou profundos rasgões da massa continental, êstes relêvos imponentes descaem bruscamente para grandes profundidades marinhas. A plataforma continental, zona de declive suave até à curva de -200 metros, tão desenvolvida no Noroeste da Europa, reduz-se aqui a uma franja estreita. As marés quási se não fazem sentir nestas bacias que mal comunicam com o Oceano. A orla litoral, participante dos caracteres do continente e das influências do mar, é muito limitada nos dois elementos que põe em contacto. Em compensação, a costa longa, dentada, sinuosa, constitui, entre o mar largo e a terra remota, um domínio fecundo de recíprocas acções.

O relêvo. — Nada na região mediterrânea é capaz de evocar os horizontes monótonos e sem fim que se estendem desde o Norte da França até ao pé dos Montes Urais. A montanha, quando não domina, avista-se de todos os lugares. As terras baixas, planícies litorais ou bordas aluviais dos grandes rios, são, por tóda a parte, limitadas, fragmentadas em compartimentos pequenos entre serras ou planaltos. Mesmo nas zonas de altitude relativamente baixa, o relêvo é quasi sempre variado e enérgico, as áreas planas repartem-se por pequenos fundos de vale, minúsculas bacias, retalhos de planície junto de escarpas e ladeiras.

Entre as rugas recentes, enquadradas pelas enormes plataformas africanas e os troços do mundo hercínico europeu, permaneceram também alguns fragmentos de maciços antigos, em parte cobertos de sedimentos terciários pouco deslocados. Os Ródopes, a maior porção da Córsega e a Sardenha, alguns pedaços litorais da Provença e da Catalunha, são restos de terras cristalinas, pedras velhas integradas no novo edifício terciário. A Meseta Ibérica, ou Maciço Hespérico, é, de tódas, a mais extensa e importante.

Fora destas zonas de rochas cristalinas e xistos primários, o calcáreo, material resistente, tem na arquitectura das montanhas papel muito importante. Solo mal coberto de arbustos rasteiros, para mais roçados periódicamente pelo homem ou sujeitos, desde séculos, à degradação pelo dente dos gados, coberto de pedras, sem água, sem gente,

sem árvores, constitui um motivo de rudeza primitiva e de isolamento nas paisagens, tão impregnadas de obras humanas, do Mediterrâneo.

Correlativas da juventude do relêvo, erupções vulcânicas e abalos sísmicos recordam os movimentos recentes que modelaram a região.

Os tremores de terra, tantas vezes catastróficos em áreas extensas, os vulcões de raio de acção mais limitado, são dois factores de destruição e de morte que pesam, como uma ameaça permanente, no destino de certas regiões. Messina e Régio, o Vesúvio e o Etna, são nomes que logo acodem ao espírito quando se recordam estas calamidades naturais. O panorama da baía de Nápoles, com o enorme pinheiro manso no primeiro plano, o casario branco da cidade, entre as águas serenas e luminosas e o Vesúvio coroadado do seu penacho de fumo, não será talvez a imagem mais reproduzida de toda a região mediterrânea?

O clima. — Há um clima mediterrâneo, a que se liga a ideia de temperatura média elevada, de verão quente e sem chuva, de inverno moderado, com um total de precipitações atmosféricas relativamente baixo. Dentro dêste esquema geral situam-se, na realidade, vários tipos climáticos bem diferenciados.

A região fica compreendida no limite oscilante dos alíseos e dos ventos variáveis, sujeita às influências das pressões altas dos Açores e da Europa Central, dos redemoinhos alpinos e das depressões que, com maior ou menor frequência,

atravessam, de Oeste para Leste, o Mar Mediterrâneo.

No verão as pressões elevadas encontram-se ao Norte, nas planícies e montanhas da Europa Continental. Pelo contrário, no deserto africano, violentamente aquecido, cavam-se depressões cuja influência se prolonga por todo o mar interior. Sopram então ventos do Norte, por vezes muito regulares (*ventos etésios*, no Mar Egeu, por exemplo), que mantêm o céu límpido e impedem a queda de chuvas. Durante esta quadra do ano, a temperatura elevada e a secura do ar prolongam até à Europa condições que evocam já os climas desérticos sub-tropicais.

No inverno é ainda o contraste de temperatura, mais elevada sôbre as águas, e muito baixa na Europa Central, que rege os movimentos da atmosfera. Quando a diferença de pressões é muito grande, sopram do Norte ventos secos, frios e impetuosos. O *mistral*, na Provença, o *bora* na Dalmácia, provocam bruscas descidas de temperatura, sob um céu límpido e brilhante.

Durante todo o ano, no sentido do Oriente, um rosário de depressões atravessa as águas aquecidas do Mediterrâneo. Elas são particularmente freqüentes no inverno e nas estações intermédias. O bôrdô ocidental destas depressões é sempre um factor de precipitação.

As chuvas apresentam um total anual muito variável, embora geralmente pouco elevado (Marselha 548^{mm}, Argel 765, Corfu 1.314, Atenas 390); mas repartem-se de maneira muito desigual durante

o ano, concentradas, segundo as regiões, no inverno, na primavera ou no outono. Chuvas de curta duração mas impetuosas, caem em bátegas violentas, capazes de produzir no solo, mal protegido pelo manto vegetal, barrancos largos e profundos. Em certos lugares o clima pode apresentar uma secura quási desértica sem que as chuvas deixem de manter o mesmo carácter torrencial e violento. Em Almeria e Múrcia (Espanha mediterrânea), cáiem, em média, uns 200^{mm} de chuva, mas passam-se anos inteiros sem chover. De repente abate sôbre a região uma tempestade tão violenta que os rios incham, saiem das margens, alagam cultivos e cidades, e surpreendem homens e rebanhos na sua fúria destruidora.

Uma vez descarregadas as núvens de chuva, o céu volta a ser claro e brilhante. A pureza e transparência da atmosfera, serena e luminosa, a reflectir-se nas águas azuis, límpidas e quentes, são traços climáticos pouco susceptíveis de expressão numérica mas inseparáveis da evocação de terras e de mares mediterrâneos.

A temperatura média anual é elevada, entre o clima desértico e o da Europa central. Paris tem 10°0, Bucarest 10°6, o Cairo 21°2. Marselha tem 13°8, Argel 18°3, Corfu 17°7, Smirna 17°0.

O inverno é doce, luminoso, com raras quedas de neve e sem grandes geadas. Em Nice a média do mês mais frio (Janeiro) é de 8°4, em Corfu 10°2, em Argel 11°9, em Beirut 13°0. À primavera fugaz sucede o verão precoce, muito quente e sêco, que se prolonga durante parte do outono.

Nos meses de Julho ou Agosto a temperatura média sobe a 22°3 em Marselha, a 24°8 em Roma, a 27°3 em Atenas (Cairo 28°6). O outono é, geralmente, mais quente e mais longo do que a primavera.

Um verão com temperatura média tão elevada provoca a subida da amplitude anual, ou diferença entre o mês mais frio e o mês mais quente. A influência reguladora da humidade atlântica fá-la diminuir para Oeste: 16° em Jerusalém, 18°7 em Atenas, 13°4 em Argel.

Neste quadro geral, esboçado a traços muito largos, uma análise mais minuciosa permitiria distinguir algumas variedades essenciais. Para Oriente, o afastamento do mar assinala-se por invernos frios e forte amplitude anual. No Noroeste de África, no litoral mediterrâneo do Sul da Espanha, o verão ardente e a escassez de chuvas preludiam o deserto.

Os tratados distinguem com o nome de *clima português* um tipo especial, caracterizado por invernos benignos, estios moderados, embora quentes e sempre secos, amplitude anual reduzida. Na realidade vários climas onde, combinados em doses diversas ao longo da orla atlântica ibérica, os caracteres mediterrâneos se vão atenuando, esbatendo-se sob a pressão húmida e morna do grande sôpro atlântico.

Outras influências, mais localizadas, vêem marcar-se também. Chuvas de relêvo nas vertentes de exposição atlântica das montanhas, secura quási desértica de alguns vales interiores, invernos em que os ventos do Norte fazem descer o termómetro abaixo de zero, influências continentais nas penín-

sulas mais maciças, Balcans e Ibéria, esta última sujeita a verdadeiras *monções*, como uma Ásia em miniatura, climas rudes de planaltos sitos a altitude elevada, tudo contribui para limitar o domínio climático do Mediterrâneo. O seu clima típico tem uma extensão litoral, ao longo de costas, penínsulas e ilhas, e, naturalmente um limite em altitude: a 600-800 metros no Sul da França e no Norte da Itália, a 1.200-1.500 metros no Sul da Espanha e no Magrebe, a vegetação mediterrânea rareia ou desaparece.

O melhor índice dêste clima é a oliveira, cultivada em tôda a bacia mediterrânea. Planta de civilização, propagada pelo homem, que não dispensa o precioso azeite, traduz na paisagem um complexo de condições climáticas a que é muito sensível. Portanto, até onde ela chega, ou melhor, até onde o homem a faz chegar, chegam também as condições de temperatura e de humidade que esta árvore tão bem sabe exprimir.

Assim, insensivelmente, somos levados a considerar na natureza mediterrânea o factor humano, que vem engastar-se, por meio do manto vegetal, na fisionomia de tôdas as paisagens, impregnadas, mais do que em qualquer outra região do globo, de civilização, de trabalho rude e de esforço ininterrupto.

A vegetação. — Dois caracteres climáticos dominam a fisionomia das formações vegetais: a concentração das chuvas nas estações menos quentes e a longa secura do verão.

O frio moderado dispensa a vegetação do repouso hibernar. Onde predominarem as árvores de folha caduca é sinal de que as condições setentrionais, atlânticas ou de altitude já se vão fazendo sentir. Pelo contrário, o estio longo e sêco é uma fase de repouso vegetativo. Com as primeiras chuvas outonais a Natureza reanima-se, reverdecem as plantas entorpecidas pela estiagem, o ar enche-se de novos perfumes e um formigueiro de vidas animais inferiores associa-se ao despertar da vegetação.

É o período de verão bem marcado que imprime à vegetação herbácea o carácter estépico e explica a dominância de árvores e arbustos de folha perene. É ele ainda que determina inúmeras adaptações xerofíticas.

Para evitar a evaporação, muito forte pelos grandes calores, os arbustos cobrem-se de espinhos, as folhas reduzem-se, tornam-se coriáceas, aceradas, cobertas de verniz na página superior ou de pêlos na contrária. Outra modalidade de adaptação à secura consiste nos perfumes muito activos que exalam certas plantas, e que na primavera começam a embalsamar a atmosfera. É uma impressão inolvidável que se experimenta, em França, por exemplo, depois de percorrer as planícies de cereais do Norte, as tojeiras da Bretanha ou as florestas de faias do Maciço Central, quando se chega ao Languedoc e à Provença. Com as primeiras analogias da paisagem, sente-se, nos odores familiares, a semelhança da região com as nossas.

As plantas carnudas, como as piteiras, figueiras do inferno e certos cactos, são exóticas e foram

introduzidas pelo homem. As duas primeiras, que levantam à borda dos caminhos ou no limite dos campos a sua folhagem grossa, extravagante e hostil, são originárias dos planaltos secos do México, donde foram trazidas talvez no século xvi. Propagaram-se de tal modo, tornaram-se tão familiares nestas regiões, que se podem considerar um índice climático característico da secura do verão mediterrâneo: isto mostra bem até que ponto o novo ambiente lhes era favorável.

A flora mediterrânea é, ao mesmo tempo, antiga e rica. Quando, no fim do Terciário, se deu o recuo da vegetação tropical, a palmeira das vassouras ficou, como uma relíquia, em povoaamentos descontínuos, largamente desbastados pelo homem, ou em raros indivíduos isolados. Outra crise climática sensível na região foi o período glaciário, que determinou novo recuo da flora e o desaparecimento das espécies que não lograram atravessar o fosso do Mar Mediterrâneo. A palmeira das vassouras, a vinha, o loureiro, a figueira, a murta, faziam parte da vegetação desta época, e bem assim muitos arbustos que então atingiam o porte de árvores. Quando os glaciares se confinaram nas montanhas elevadas e a temperatura começou a subir, a região mediterrânea constituiu um importante centro de difusão de plantas que penetraram, ao longo dos vales, muito além na Europa média.

Junto desta flora antiga convive, também desde longa data, o homem, com suas queimadas, arroteias, culturas e rebanhos. A degradação que ele

provocou, embora exagerada talvez por alguns autores, é uma ideia inseparável do estudo da vegetação mediterrânea. As duas formas mais freqüentes resultantes dessa transformação é costume dar os nomes franceses de *garrigue* e *maquis*.

A *garrigue* é uma charneca de arbustos de pequeno porte que constituem tufos esparsos entre manchas de erva, sêca durante o verão. Os seus aspectos mais vulgares encontram-se nos solos áridos e pedregosos das regiões calcáreas. A cultura, o pastoreio e os incêndios, provocados ou involuntários, destruíram o bosque primitivo de azinheiras, substituído por tufos baixos de carasco e por um cortejo de plantas aromáticas: alfazema, cistáceas, tomilhos, etc.

O *maquis* é uma floresta degradada, própria de solos siliciosos, onde outrora predominavam os sobreiros. Foi o sub-bosque, que dantes medrava nas clareiras e à sombra das árvores, que se desenvolveu num matagal contínuo e muitas vezes impenetrável, onde dominam as urzes arbóreas, as cistáceas e, em certos casos, povoamentos densíssimos de medronheiros.

Se o homem exerceu nesta vegetação uma influência destruidora, também soube muitas vezes tirar partido dos recursos espontâneos do solo. Os arbustos dão a lenha, o carvão, as camas do gado e ajudam a preparar o estrume nos currais. As ervas servem de pasto a rebanhos de gado miúdo, um dos mais poderosos agentes de degradação dos arvoredos, pois os animais roem os rebentos e impedem a regeneração dos bosques.

De algumas plantas bravas comem-se os frutos, extraem-se óleos, gomas, perfumes, còrantes, fibras têxteis, etc.

Foi ainda o homem que ao introduzir, em diferentes épocas, grande variedade de plantas agrárias, enriqueceu a vegetação e transformou as paisagens. E fê-lo de maneira tão profunda que nem sempre é fácil separar o que provém da sua acção do que a precedeu ou escapou a ela.

As plantas agrárias. — O número de plantas cultivadas de origem mediterrânea incontestável é muito reduzido: as mais importantes são a oliveira, a figueira, a alfarrobeira, as lentilhas, as ervilhas e favas, o linho de sementes grossas, a beterraba, esta de data recente, e algumas ervas de pasto.

Em compensação, as afinidades climáticas com as regiões estépicas e os planaltos da Ásia de Sudoeste fizeram com que cedo, e facilmente, aqui se adaptassem espécies provenientes dêste grande centro de difusão de culturas. Algumas desceram, por intermédio do Egipto, das montanhas da Etiópia, tais como uma variedade de trigo e outra de cevada. Da Ásia vieram o linho de sementes finas, o trigo mole, muitos legumes, a vinha e a maior parte das árvores de fruto que dão fama aos pomares mediterrâneos: nogueira, amendoeira, macieira, pereira, marmeleiro, pecegueiro, damasqueiro, romanzeira, cerejeira. Muitas ultrapassaram, naturalmente, a área do Mediterrâneo a ponto de se tornarem características de outras regiões.

Entre as espécies agrárias é possível distinguir as que são indígenas ou foram aclimatadas desde remota Antiguidade, algumas cultivadas já nos tempos pre-históricos, e aquelas a que é possível assinalar a época de introdução.

O trigo e a cevada, o cereal que melhor suporta a secura, contam-se entre as culturas mais antigas. As técnicas do fabrico do vinho e do azeite, que parece deverem muito aos gregos, conheciam-se em toda a bacia do Mediterrâneo antes da conquista romana. Fazia-se uso geral do pão. Portanto, os três produtos que têm constituído a base da economia rural da região eram já de consumo corrente na Antiguidade. Do mesmo modo o figo, o feijão, a fava, o grão e, como têxtil, o linho.

Cada grande impulso de civilização marca-se por um enriquecimento do património agrário. A expansão destas plantas novas, como é natural, caminhou as mais das vezes do Oriente para o Ocidente. Das conquistas de Alexandre vieram o pêcego e o damasco, a cidra e o algodão. No tempo de Justiniano apareceram a amoreira e o bicho da seda, difundidos alguns séculos depois a partir do Sul da Itália. Os árabes trouxeram o arroz, o limoeiro, a laranja azeda, a cana do açúcar, que os portugueses haviam de transformar numa vasta cultura tropical. A última contribuição, não porém a menos importante, cabe à América, com o milho, verdadeira providência que tornou possível alimentar populações que, desde o século xvi, se têm tornado mais densas, a batata, o tabaco, as já mencionadas piteiras e figueiras do inferno. É ainda

no período dos descobrimentos que os portugueses trazem da China a laranja doce, que se espalha pela região a ponto de simbolizar, para o povo e os poetas, todos os atractivos brilhantes da Natureza mediterrânea. No italiano do Piemonte, em árabe, grego, albanês, romeno e curdo, é uma palavra derivada de Portugal que designa o fruto de ouro que, como a maçã do jardim das Hespérides, veio do remoto Ocidente, terra misteriosa para onde o sol caminha todos os dias até se apagar num derradeiro e persistente clarão.

A introdução destas plantas novas não alterou a estrutura da vida rural, que no Mediterrâneo é muito antiga. Tem sido invocadas mudanças de clima na época histórica para explicar certos recuos incontestáveis da civilização. O mais provável é, porém, que êsses recuos, ao fazerem afrouxar a vigilância do homem na orla do ambiente já hostil, tenham reduzido a ruínas e ermado regiões outrora prósperas e povoadas. Há exemplos disso na periferia do deserto.

Seja como fôr, a Natureza mediterrânea apresenta-se, no espaço e no tempo, com notável unidade e constância de caracteres. Há dezenas de séculos que os homens se ligaram a esta terra, que não produz sem esforço. Desde a mais remota Antiguidade se observa o mesmo curso das estações e o mesmo ritmo das fainas agrícolas: *os trabalhos e os dias* do camponês mediterrâneo do nosso tempo não causariam estranheza ao que primeiro os cantou.

II — OS MODOS DE VIDA

A variedade de solos, a riqueza da flora, o caracter intermédio do clima que permite o desenvolvimento e a mistura de plantas de vária proveniência, a sucessiva introdução, pelo homem, de muitas espécies agrárias, tudo favorece o modo de vida dominante nas regiões mediterrâneas: a agricultura.

A importância da montanha, a proximidade de cimos, que no inverno se cobrem de neve, e de planícies soalheiras na mesma época do ano, a grande secura que, durante o verão, aflige as terras baixas, só mitigada pela altitude, são condições favoráveis à vida pastoril, que tem a sua expressão tipicamente regional no regime de transumância, isto é, de oscilação regida pelo ritmo climático, entre altos pastos estivais e invernada na planura ou no vale.

Finalmente, ao longo dos recessos da estreita franja litoral, abrigam-se populações dedicadas às fainas do mar ou da costa. Uma dessas fainas é a navegação: os pontos onde se prendem e enfeixam as rotas marítimas foram, desde cedo, lugares privilegiados para a troca de produtos e a convivência dos homens. O fermento da vida urbana foi, muitas vezes, o porto, que na cidade mediterrânea conserva uma importância excepcional, colorindo a aglomeração do seu matiz de gente e fazendo sentir, por tôda ela, o ritmo acelerado do seu trabalho.

A agricultura. — Para os homens do Norte, que saborearam a doçura dos seus invernos luminosos, o Mediterrâneo enfeitou-se de todos os atractivos naturais: um dêles é a fertilidade do solo. Não há todavia noção mais falsa. A montanha, sempre presente, chega a ocupar 79 % do território na Grécia clássica. Os movimentos recentes criaram por tôda a parte um relêvo vigoroso, que limita as áreas de boa terra arável. Os retalhos de cultura formam manchas dispersas e exigem aos homens constantes canceiras. A derubada de árvores e arbustos na maior parte dos casos precedeu a sementeira: mas, com a vegetação que a arroteia suprimiu, desapareceu também a terra que ela protegia e ajudava a reter. Nêste clima sêco, intervalado de chuvas que provocam enxurradas, o solo degrada-se fàcilmente e leva muito tempo a recompor-se. Solo no geral delgado e pobre, com a rocha-mãe, dura e hostil, onde não raro vai bater o ferro das surribas mais profundas, outras vezes semeado de pedras que só o trabalho de algumas gerações consegue eliminar por completo.

As boas terras das planícies atingiram cêdo alto valor cultural e fortes densidades de população. Mas muitas delas sofrem também de restrições naturais: empapadas de água, não raro cobertas de emergências salinas que é necessário lavar abundantemente, exigem complicados trabalhos de escoamento. Na água estagnada os calores estivais geram as febres palustres, que afugentam a popu-

lação para as vertentes dos montes. Aí, há que lutar com o pendor da encosta e o ímpeto das torrentes e enxurradas. Numa grande obra de paciência, edificam-se escadarias de murosinhos que sustentem a terra. São os socalcos por onde se faz descer a água de rega, de cima a baixo da encosta.

Esta é mais uma preocupação. Durante o estio sem chuvas as plantas estiolam-se de calor. É preciso levar-lhes o benefício da rega ou escolher as que melhor se ajustam ao clima. Daí uma distinção importante entre dois tipos de cultura: a de *sequeiro*, geralmente extensiva, com períodos de produção intercalados de pousios mais ou menos largos, enquanto a terra se refaz, e a de *regadio*, onde o mesmo solo produz sempre, com duas ou três colheitas por ano, cultura intensiva, minuciosa, em que o homem anda sempre à roda da planta e lhe consagra, tal como na arte da jardinagem, infinitos cuidados e canseiras. O tipo clássico desta exploração é a *huerta* valenciana, com sua sábia distribuição de águas, multidão de regos e de canais, talhões de cereais, de pomar e de legumes — *coltura promiscua*, diz-se na Itália —, muitos braços que revolvem a terra e muitas bôcas que dela se alimentam. A densidade sobe acima de 700 habitantes por quilómetro quadrado. Tais regiões contam-se entre as melhor cultivadas e as mais povoadas do Globo.

Noutros lugares, são apenas manchas de solo que mosqueiam a vastidão dos campos incultos: assim as *dolinas* ou depressões fechadas do calcáreo, verdadeiros oásis agrícolas no deserto de pedras bran-

cas. Algures, surge a rocha por tôda a parte e mal deixa, entre blocos enormes, uma réstea de terra, logo aproveitada; quando não sobem, ao longo de barrancos entre encostas de mato, minúsculas parcelas sustidas por degraus, que aproveitam as águas de inverno e a maior umidade de verão. Muitas vezes a superfície arável é uma verdadeira criação do homem, que arranca as pedras, sustém o solo, esmaga a rocha, e transporta, por subidas ínvias, cestos de estrume e de terra.

Exploração parcelada, propriedade dividida. O segrêdo destes trabalhos de camponeses, tantas vezes mal compensados por colheitas de baixo rendimento, está na repartição da terra e no amor entranhado que cada família consagra à sua leira. Como expressão geográfica dêste individualismo, levantam-se, na extrema das propriedades, sebes, valados ou, mais geralmente, na terra quási sempre pedregosa, muros de pouca altura, que circundam campos do mais caprichoso recorte. Nada aqui se assemelha à monotonia das enormes planícies de cereais do Norte da França, por exemplo, ou aos campos estreitos e alongados, de parcelas de uma regularidade geométrica, da planície alsaciana. O desenho da planta cadastral é, no Mediterrâneo, salvo nalgumas planuras, um *puzzle* complicadíssimo de fragmentos das mais variadas utilizações, a cada passo interrompidos por afloramentos de rocha e troços de mato ou bosque, em solos que não comportam a cultura regular.

Porém, na variedade mediterrânea, há lugar para outros tipos de exploração: enormes proprie-

dades abandonadas aos rebanhos, onde, de longe em longe, se arroteia um pedaço, ou, de anos a anos, se aproveitam os produtos do arvoredor. Cultura atrasada, de rendimento baixíssimo, vale apenas pela extensão: tais são os *latifúndios* da Campânia romana, das planícies insalubres, ou das terras onduladas e áridas da Apúlia, da Sicília e da Andaluzia. Há nestes contrastes sociais matéria para largas apreensões, que desde a Antiguidade não deixaram de acudir aos espíritos reflexivos.

Aos solos de diversas naturezas, à cultura sêca ou regada, aos múltiplos regimes de exploração, correspondem, na paisagem cultural, as mais variadas manchas. Mas, por sôbre a diversidade e o localismo, é legítimo falar de *civilização agrária mediterrânea* como de qualquer coisa de uniforme e de comum a tôda a bacia do mar interior. As bases dessa unidade são, por um lado, as culturas que se difundiram de um extremo ao outro da região; por outro, as práticas agrícolas com a sua constância de caracteres no espaço e no tempo. Os autores antigos deixaram-nos descrições suficientemente minuciosas de todos êsses usos, ao mesmo tempo simples e engenhosos. A um produtor das planícies de cereais ou das pastagens intensivas da Europa média, tudo isto parecerá arcaico e pouco digno do desenvolvimento industrial dos nossos dias.

A maquinaria agrícola só tímidamente começa a penetrar na região, sobretudo onde o regime de propriedade, média ou grande, permite investir na exploração capitais que o pequeno proprietário não

possui. Mas o próprio parcelamento das leiras, os pendores exagerados, os campos pedregosos, restringem naturalmente a extensão das novas técnicas agrárias. Assim, persistem por tôda a parte velhas usanças, e com elas certo tipo de trabalhador rústico marcado pela história na sua maneira de viver e de pensar. A reflexão já foi feita por um perspicaz geógrafo mediterrâneo: «um alemão imagina dificilmente como viviam os germanos; um grego vê todos os dias, nos campos e nos portos, cenas que o podem fazer julgar-se comtemporâneo de Homero»¹.

O clima determinou a escolha de certas plantas capazes de resistir com vantagem à elevada e longa seca de verão. Estão neste caso os cereais que dispensam a rega, e as árvores e arbustos que têm, na paisagem cultural do Mediterrâneo, um lugar preponderante. Graças às raízes profundas, capazes de penetrar até ao sub-solo onde se conserva um resto de umidade, estas espécies medram bem em terrenos secos. Ao contrário da Europa média, onde as árvores de fruto formam apenas um elemento acessório à roda dos povoados, as culturas arbustivas constituem aqui verdadeiras plantações, de vinha, de oliveiras, amendoeiras, figueiras, laranjeiras, etc., que cobrem o solo durante largo espaço.

Assim, em relação às regiões setentrionais com que confina, o Mediterrâneo contrasta ao

¹ J. SION in *Géographie Universelle*, dirigida por P. VIDAL DE LA BLACHE e L. GALLOIS, tomo VII, 1.^a parte, pág. 53.

mesmo tempo pela ausência de autênticas florestas e pela multiplicidade de árvores e arbustos. As espessas massas de arvoredo da Gália, a *Hercynia Silva* que separou, durante séculos, a România do mundo bárbaro, impressionaram pela sua densidade e misteriosas sombras os conquistadores mediterrâneos, vindos de uma terra onde a antiquíssima ocupação do solo e a secura do clima tinham degradado a floresta. Constitui, para nós, novidade, o primeiro contacto com essas extensas áreas cobertas de árvores enormes, rumorejantes na sua folhagem densa, que no inverno perdem por completo, sem deixar de estender, diante dos nossos olhos admirados, o cinzento espesso e sem fim dos troncos e dos ramos.

É ainda a oscilação bem marcada do clima que imprime aos trabalhos agrícolas o seu ritmo próprio. Com as primeiras chuvas de outono lança-se a semente à terra amolecida: um pouco antes ou depois, vindima-se. A apanha da azeitona faz-se já por tempo fresco, a que se segue o inverno monótono e a primavera, durante a qual as plantas germinam e crescem, estimuladas pelo calor e os aguaceiros. O comêço do verão, com as ceifas, debulhas e recolha de cereais, marca outra culminação das fainas agrícolas, a que se segue nova acalmia.

Os grandes animais de trabalho, usados no resto da Europa, são aqui pouco numerosos. Escasseiam-lhes pastagens apropriadas e bom tratamento, que estas terras ingratas nem sempre oferecem aos homens. Típico de tôda a região é o burro, pequeno

mas robusto, rústico e sóbrio, que tanto se adapta aos caminhos pedregosos como aos mil serviços a que o camponês o destina. O boi parece também ter acompanhado de perto a difusão da agricultura mediterrânea, como animal de tiro mais usual, que todavia falta nas regiões deserdadas pela Natureza. Em tôda a parte, excepto nalguns prados regados, como na Lombardia, ou em regiões já muito úmidas e chuvosas, como na Croácia e na Eslovénia, o boi é muito mais bêsta de trabalho do que recurso da alimentação.

Onde os animais escasseiam fôrça é supri-los com o esforço muscular do homem. Os trabalhos feitos à mão conservam ainda a maior importância e determinam, nas regiões menos povoadas, um afluxo periódico de gente das terras pobres que, em grandes ranchos, acode à faina da ceifa, da vindima ou da apanha da azeitona.

Os instrumentos agrários revelam, como tantos outros traços da vida rural, o arcaísmo que pesa sôbre a região; mas, a par com a curiosidade etnográfica ou o pitoresco das coisas antigas, representam muitas vezes formas de ajustamento muito preciso às necessidades do ambiente. Ensaia-se por tôda a parte novos métodos de cultura: os resultados nem sempre se eximem a uma margem de decepção. A ciência agronómica não pode aplicar, sem uma adaptação que exige muitas experiências e comporta algumas incertezas, regras e preceitos formulados pelo estudo doutros solos e doutros climas. Assim, é lícito pensar que certas taras tradicionais da agricultura mediterrânea não

tenham, como alguns querem supôr, tão seguro e amplo remédio.

O velho arado romano, que arranha a terra sem a revolver profundamente, ainda é muito empregado. Na ceifa usam-se foices curtas e recurvadas, manejadas por grupos de ceifeiros. A debulha dos cereais continua a fazer-se por processos e com instrumentos primitivos: o grão, espalhado na eira de pedra ou terra batida, é pisado aos pés de animais, calcado pelos manguais ou separado da palha por meio do trilho, espécie de trenó munido de puas cortantes, que se arrasta em cima das espigas. O lagar de azeite e o de vinho conservam a mesma simplicidade arcaica.

A cultura de cereais é, no geral, extensiva. A terra, mal adubada, rende pouco e precisa de descansar. Daí a prática da divisão dos campos em *fóllhas* ou parcelas cultivadas alternadamente. Nas planícies da Europa média usou-se muito o mesmo sistema, mas faziam-se entrar na rotação outras culturas; aqui a regra é a alternância da cultura e do pousio. De maneira que, no caso do afolhamento bienal, apenas metade da área em exploração é cultivada. Esta proporção de incultos sobe mais nos terrenos secos, pobres ou declivosos, de maneira que o homem consagra ao campo cuidados intensos, mas intermitentes. Durante um ano ou mais apenas se aproveitam os arvoredos, se os há, ou se metem gados a pastar nas folhas devolutas.

Os países mediterrâneos caracterizam-se, quanto à cultura do trigo, pela grande extensão

que ela ocupa em relação à superfície agrária, mas também pelos seus baixos rendimentos. A Itália industrializada conta-se ainda entre os grandes importadores. No geral, porém, cada um procura organizar a produção de modo que baste às suas próprias necessidades, com o suplemento de outros cereais, se preciso fôr.

O trigo e a cevada são cultivados desde a pré-história. O centeio era desconhecido na Grécia antiga: encontra-se hoje muito espalhado nas montanhas e planaltos, onde alcança altitudes muito elevadas. Todos êles são semeados de modo que os grandes calores do verão os encontrem já nas eiras. O milho, que tem hoje tão larga representação, é o único que reclama regas e se dá bem nos fundos aluviais úmidos. O arroz é uma cultura alagada, limitada às planícies visinhas da foz dos rios, aos deltas, às orlas litorais; o sezonismo acompanha de perto a propagação dela.

Outros produtos desempenham, na alimentação, papel análogo aos dos cereais: a batata, cultivada com intensidade apenas há um ou dois séculos, e, em certas regiões do Magrebe, por exemplo, o figo. Só o emprêgo da castanha nas montanhas da Europa média se lhes pode comparar.

A grande originalidade da agricultura mediterrânea consiste, porém, na produção, em larga escala, do vinho e do azeite.

A vinha encontra aqui o *optimum* da sua cultura: o ar sêco, a temperatura mais constante durante os meses de maturação do fruto, fazem com que ela se defenda melhor dos seus inimigos

naturais. Os maiores produtores de vinho do mundo, excepto a França, são os países mediterrâneos; o lugar dêle nas exportações é essencial: cêrca de 14 0/0 na Itália, de 9 0/0 em Portugal, de 6,5 0/0 em Espanha.

Estes vinhos, que se conhecem por nomes eufónicos, ricos de álcool, perfumados, luminosos, fortes e contrastados como a paisagem onde se criaram, têm na grande variedade das bebidas estimulantes ou refrescantes um lugar à parte, raro e nobre. O homem do povo bebe sempre, em tôda a parte, e sob todos os pretextos, os vinhos comuns. No inverno o vinho aquece e dá con-fôrto, que tantas vezes falta nas casas; no verão refresca, ajuda a digestão, aguça o apetite que decresce pelos grandes calores.

A cultura da vinha ultrapassa hoje, e muito, os limites do mundo mediterrâneo. Mas pode dizer-se que onde ela chega e o consumo do vinho é ainda corrente, chega também alguma cousa mais que recorda o Sul. Onde se bebe cidra ou cerveja é outra terra e outra gente.

A oliveira é a única cultura de importância mundial confinada à região mediterrânea. A árvore acomoda-se bem a todos os solos, mesmo aos mais pobres, sêcos e inclinados. Até em campos calcáreos pedregosos ou nas fendas das rochas consegue medrar. Ao Norte, os frios de inverno limitam a sua propagação; pelo mesmo motivo não sobe muito em altitude. Teme-se dos ventos atlânticos e dos climas muitos úmidos. Enquanto é nova, a oliveira requiere bastantes cuidados;

ainda depois de desenvolvida, só produz muito sendo podada, lavrada e estrumada. Mas como a sua resistência é grande, em não poucos lugares cresce ao acaso, rodeada de rebentos, de tronco nodoso, contorcido, mutilado; nuns anos produz mais, noutros menos, mas sempre dá ao homem, sem outro esforço do que a apanha do fruto, a sua ração de azeite.

A oliveira é muito sensível a variações do clima; não admira, por isso, que a produção de azeite oscile muito de uns anos para outros (4.530:000 quintais em 1931, 11.190:000 quintais em 1938). A média dos últimos cinco anos conhecidos (1935-1939) dá uma produção anual de 8.700:000 quintais: 42 % pertencem à Espanha, 23 % à Itália, 12 % à Grécia, 5 % a Portugal. Todos os territórios produtores se encontram em torno do Mediterrâneo, na Europa, na África e na Ásia: a seguir aos que ficam mencionados, contam-se, entre os mais importantes, a Tunísia, a Argélia, a Síria e o Líbano. O único país extra-mediterrâneo onde também se produz azeite é nos Estados Unidos, com a quantidade insignificante de 7:000 quintais por ano.

As frutas e os legumes ocupam áreas extensas. A amendoeira, a figueira, a alfarrobeira, por exemplo, acomodam-se às práticas extensivas da cultura de sequeiro. Os agrumes (laranjeira, limoeiro, tangerineira) e a maior parte das árvores do pomar, assim como os legumes, exigem outros cuidados. Plantas delicadas, requerem solos fundos e ricos, adubados e úmidos: daí a prática da rega, apli-

cada a quási tôdas as culturas intensivas, que dão assim duas ou mesmo três colheitas por ano.

A técnica da irrigação não é, na origem, mediterrânea. Nasceu em terras ainda mais secas e foi propagada no Sul da Europa por um povo da orla desértica — os árabes — depois de beneficiada com os aperfeiçoamentos que êles lhe introduziram. A forma mais freqüente, usada nas grandes *huertas* espanholas, consiste em abrir um grande canal de desvio num curso de água caudaloso, que muitas vezes se vai procurar logo à saída da montanha: dêsse canal se faz derivar, através de rêgos de dimensões cada vez menores, a água para todos os talhões de cultura. Êste processo, tão simples quanto engenhoso, exige trabalho aos homens mas dispensa grandes capitais. Ao mesmo tempo implica, no aproveitamento das águas e na conservação dos regos, forte disciplina, respeito de direitos e cumprimento de obrigações. O *tribunal de aguas* é uma organização inseparável destas culturas de regadio.

A par dêstes processos colectivos, existem várias formas de elevar a água de charcos, poços e ribeiros. A *cegonha* ou *picota*, figurada já na Assíria e no Egipto do Império Novo, manejada a braço de homem, a roda elevatória movida pela própria corrente, a nora de tradição mourisca, são instrumentos que se prestam à cultura familiar e à pequena exploração.

O domínio da rega, apesar da sua alta importância económica, está naturalmente limitado. Com os aparelhos tradicionais a água não pode ir longe.

Quanto à irrigação das planícies e dos fundos aluviais, alimentada por correntes caudalosas, é evidente que alguns metros de elevação bastam para a tornar impossível. Só os poderosos recursos da técnica moderna, com a construção de grandes barragens-reservatórios, poderão transformar completamente a fisionomia das regiões áridas. E, ainda nestes casos, há que contar com as grandes diferenças de caudal e com a evaporação muito elevada durante os meses de estiagem.

Um traço comum à maioria das culturas, sejam de sequeiro ou de regadio, é a sua *promiscuidade*. Olivais, montados de sôbro e de azinho, salpicam as searas; a vinha, plantada em renques, convive com plantas intercalares; o feijoeiro enrola-sê às canas de milho, as árvores de fruto crescem na borda dos campos. A horta e o pomar beneficiam dos mesmos estrumes e da mesma água de rega. Desta maneira se obtém a rica variedade de produtos que constitui o ideal do agricultor mediterrâneo. Assim o requiere a alimentação, tirada muito mais da terra do que da pesca ou do rebanho.

As substâncias de origem animal, que entram em 19,3 % da energia alimentar do inglês, dão apenas 3,4 % ao italiano. O rebanho é uma reserva em que se toca o menos possível; fornece o leite e o queijo, por que para isso não se sacrificam as reses. Cabe ao azeite suprir em parte a deficiência de gorduras de origem animal. Entre os berberes a distribuição de carne reserva-se para os dias assinalados; o *cordeiro pascal* não celebra uma das datas mais solenes da religião?! O porco, com as suas gor-

duras, é salgado e consumido parcamente pelo ano adiante; ainda assim, duas das três religiões mediterrâneas proíbem-no aos seus fiéis. O grande recurso é, portanto, constituído pela variedade de produtos agrícolas.

Em primeiro lugar o pão, com que se acompanha a maior parte das refeições, as farinhas, o arroz, a batata. Depois, os legumes e frutos. Durante os calores de verão, juntam-se ao parco manjar habitual as saladas refrescantes (alfaces, agriões, pepinos), os frutos ricos de água (melões, melancias, tomates), ou os pimentos, que estimulam o apetite deprimido. Os *cheiros* da horta, plantas aromáticas como a hortelã, os tomilhos, o louro, têm o seu lugar ao lado das especiarias exóticas na cosinha tradicional.

A alimentação, simples e sóbria, reflecte a pobreza da terra e a amenidade do clima, pois o homem com pouco se aquece e se contenta. Mal poderia ser doutra maneira, porque as limitações que entravam a agricultura — e a rotina não será a menor de todas — impedem de alimentar a gente que por tãda a parte aumenta. A emigração é quasi sempre uma fuga à miséria. A rudeza no trabalho, a parcimónia na alimentação, a simplicidade no viver, fazem com que o mediterrâneo em todos os lugares se acomode, com o seu pouco, entre gente próspera e satisfeita.

O pastoreio. — Da mesma forma que o clima marca tãdas as modalidades da actividade agrária, rege também as manifestações e o ritmo da vida

pastoril. O mundo mediterrâneo confina pelo Sul com a orla do deserto, onde o nomadismo, deslocação de rebanhos que arrasta consigo a das populações que os guardam e dêles vivem, é o modo de existência mais freqüente. Ao Norte, na Europa fértil e úmida, a criação de gados é um ramo da agricultura: a ela se destinam pastagens semeadas e cultivadas com todos os cuidados, que o regime de vida no estábulo, durante o tempo mais frio, completa, na alimentação do gado, com grandes reservas de feno colhido para êsse fim. Os animais criados desta maneira fornecem carne, leite e estrume: animais corpulentos, robustecidos para o trabalho (cavalos), engordados para o talho (bois), preparados para a indústria de lacticínios (vacas), e também para ajudarem a fertilizar a terra, que atinge o máximo rendimento nos países que possuem mais elevada existência de gado grêsso.

Em relação a estas regiões, pode falar-se de pastoreio independente da agricultura na maior extensão da bacia do Mediterrâneo. Os prados são raridade, própria de lugares irrigados ou muito chuvosos: portanto, em vez do gado grêsso, rebanhos intermináveis de rezes miudas. Pouco feno, estabulação rara, pouquíssimo estrume, limitado ao de alguns animais de trabalho mais conviventes do homem. Como animais agrícolas, o burro e o boi. O porco é objecto de criação extensiva, que as bolotas das *Quercus* mediterrâneas alimentam: reunido em grandes varas, pasta e descança à sombra das árvores do montado, nas áreas que o afolhamento dos cereais deixou incultas.

Os animais de percurso formam aqui enormes rebanhos e constituem, com as suas deslocações periódicas, a essência da vida pastoril na região.

As proporções entre o número de cabeças de bovinos e ovinos modificam-se por completo em relação aos países situados mais ao Norte. Assim, a Alemanha possui apenas um carneiro por cada 3 bois, a Dinamarca por cada 8. Na Grécia há um boi por cada 7 carneiros. Depois da Inglaterra, a Espanha conta-se entre os grandes países produtores de gado ovino da Europa, com quási 20 milhões de reses.

A ovelha e a cabra desempenham, na economia destas terras pobres, papel da maior importância: fornecem o leite, o queijo, a carne, a pele, a lã e o pêlo. Uma indústria caseira típica de toda a região é a tecelagem de panos grosseiros, de mantas, tapetes e tapeçarias, em cujo emprêgo já se quis ver uma sobrevivência da vida nómada, debaixo de tenda.

Êstes animais acomodam-se fàcilmente ao solo pobre e às magras pastagens. Nas de pior qualidade inverte-se em favor das cabras a proporção, geralmente com vantagem para as ovelhas.

As limitações invencíveis do clima e a disposição do relêvo criaram, dum extremo ao outro do mundo mediterrâneo, a oscilação transumante. Prática cujas origens se perdem na pre-história, impressionara, pela sua regularidade, autores antigos, que a compararam à subida e descida alternada dos pratos duma balança. Durante o verão, a erva seca nas terras baixas e há que procurar pastagens

frescas na montanha; no inverno, cobrem-se os cimos de neve e os rebanhos buscam abrigo e alimento nas planícies e nos vales. Estabelecem-se assim duas correntes, ou uma corrente dupla: gados da serra que descem à terra chã, no inverno; gados das baixas que sobem às pastagens alpestres, durante o estio; ou ainda mistura de uns e de outros.

Enquanto o pastoreio se confina à montanha, na maior parte dos casos acima dos limites da cultura permanente, separa-se quasi por completo da vida agrícola ou traz-lhe, com um pouco de estrume, ainda algum benefício. Não assim nas zonas de altitude inferior onde os gados usam fazer a invernoada. Há que separar cuidadosamente pastagens e culturas: ervagens das terras em pousio e montes maninhos, são reservados ao dente voraz das rês transumantes. Mas os conflitos surgem, inúmeros e intermináveis, nos caminhos pastorís que passam perto das povoações e das culturas.

Foi em Espanha que a opposição entre *estantes* e transumantes alcançou maior acuidade. Enquanto os privilégios da *Mesta*, associação de criadores de gado, respeitaram as *cinco cosas vedadas* — searas, vinhas, hortas, prados e deve-sas —, viveu-se num regime de compromisso vantajoso para a agricultura sem ser nocivo ao pastoreio. No século xvi, porém, a Corôa resolve tomar debaixo da sua especial protecção os criadores de gado: a lã passa a ser o primeiro produto de exportação; chegam a transumar quasi três milhões e meio de ovelhas merinas; mas a agri-

cultura, entravada pela ameaça periódica destes exércitos em marcha, confina-se à periferia dos povoados, nem sempre isentos de lutas e destruições.

Eco mais apagado de conflitos, idênticos na essência, embora de menos aparatosas proporções, é possível recolhê-lo em muitos outros lugares. Também, por tôda a parte, os gados seguem seus caminhos certos — chamados, consoante os países, *canadas*, *cañadas*, *drailles*, etc. — sempre que é possível à margem das culturas e povoações. Os agricultores associam-se — como na *scolca* da Córsega — para se protegerem dêles. Mas a cultura dos campos ressent-se desta praga que, periódicamente, a montanha derrama nas terras baixas. É inegável que a transumância favoreceu a conservação do latifúndio e, mesmo onde já se extinguiu a lembrança dela, persiste no carácter extensivo que se mantém na criação, em larga escala, de gado meúdo.

Há aqui um tecido espesso de condições naturais e reacções humanas: a vocação pastoril é a compensação do baixo rendimento das grandes explorações; mas o pastoreio extensivo e o regime de propriedade latifundiária impedem que se constitua uma agricultura minuciosa, que o homem se prenda à terra, pelo amor do que é seu, pelo interesse do lucro e pela esperança na justa recompensa de trabalhos e canceiras. Por outro lado, foram as práticas, também extensivas, da agricultura, que, activando a desarborização, abriram à vida dos rebanhos clareiras de pastagem.

O pastoreio tem conhecido na sua história altos e baixos, os primeiros correspondentes às épocas de depressão e de instabilidade social, os últimos relacionados com o progresso geral da paz ordenada e tranqüila. Modo de vida moldado com a terra, ajustado ao clima, entranhado nos hábitos e tendências de uma parte da população, renasce nos períodos de crise para se apagar nos de prosperidade. Em Espanha a transumância ressurgiu dos escombros da guerra civil. No Norte de África, a decadência do nomadismo tem acompanhado os progressos da colonização, francesa e italiana, pelo aumento da agricultura e da criação sedentária de gados, e também porque nunca é possível garantir, com esta gente móvel e aventureira, a eficácia do domínio e a extinção das lutas de conquista.

A vida litoral. — O recorte das costas mediterrâneas foi, sem dúvida, elemento favorável à eclosão da vida marítima. Insistiu-se muito sobre o papel das enseadas, das reentrâncias profundas, dos rosários de ilhas que favoreceram os primeiros ensaios da navegação. Descreveu-se a regularidade dos ventos etésios ou das brisas de terra e mar. Certamente as embarcações primitivas, movidas a remos mesmo quando também armavam velas, de dimensões tão exíguas que a tribulação bastava para, ao cair da noite, as pôr a seco, deveram muito à ausência de marés, que mantém constante o recorte da costa, à multiplicidade de abrigos onde podiam acolher-se, à limpidez do céu, que permitia ter sempre à vista a terra por onde se guiavam os

navegantes. Mas, nesta Natureza aparentemente favorável, tôda a vantagem tem um reverso. Na mudança das estações sopram ventos impetuosos e súbitos; os ciclones, que caminham sôbre o mar, trazem consigo tôdas as perturbações. Nos apêrtos de que o litoral é tão rico, estabelecem-se correntes e redemoínhos perigosos. Entre a Itália e a Sicília, Cila e Caríbdis, dois monstros horrendos e insaciáveis, ameaçavam a navegação muitos séculos antes do Adamastor.

De resto, há muitas costas inóspitas, baixas e areentas, pantanosas e insalubres. E há povos a quem o mar nunca atraíu. A Córsega ou o Epiro, por exemplo, são montanhas de pastores e camponeses, onde a vida litoral quási não conta.

O Mediterrâneo é, também, em comparação com o Atlântico, um mar pobre em peixe. Deve-se aos jejuns do cristianismo a importância que êle hoje tem na alimentação. Ainda assim, a Itália é obrigada a importar grandes quantidades de peixe do Atlântico.

Os dois produtos principais da pesca são o atum e a sardinha que, em migrações regulares, vêem do Atlântico e se dirigem para êle. A estes há a juntar a variedade de peixes das lagôas litorais, das águas salobras dos deltas, as esponjas e os corais, tradicionalmente recolhidos do fundo do Mediterrâneo, o múrice, molusco de cuja tinta se fazia a púrpura. São ainda as águas fortemente salgadas, que fornecem o sal, obtido fácil e rapidamente durante o período de evaporação intensa do estio.

Se a importância da vida marítima é muito limitada no campo da economia, o papel que lhe cabe nas relações dos povos e na unidade do mundo mediterrâneo é o mais elevado. Foi ao longo das costas sinuosas que progrediram correntes de civilização e caminharam produtos. As feitorias fenícias e as colônias gregas são como que excrecências marítimas na orla do continente: cidades abertas para o mar mas estabelecidas em sítios isoláveis da terra firme, promontórios escarpados, ilhéus rochosos ou acrópoles inacessíveis, donde se dominam o pôrto e os caminhos que lá conduzem. Quando a navegação moderna dispensou as escalas inúmeras e exigiu fundos amplos e seguros, muitos destes portos decaíram da sua antiga função: mas outros, apetrechados para as necessidades da vida marítima dos nossos dias, continuam, no mesmo lugar, uma antiquíssima tradição: Marselha e Génova estão neste caso.

III — POPULAÇÃO E POVOAMENTO

Restrições naturais, regressões humanas. — Dentro da elevada fixidez dos modos de vida, o Mediterrâneo tem conhecido muitos altos e baixos na sua história. Às grandes épocas de prosperidade e de irradiação sucedem períodos apagados, de estagnação e decadência. Na Natureza tão louvada nem tudo favorece o homem. Êste precisa de lutar para conter em respeito inimigos que esperam, recuam, mas não desarmam.

Contra as erupções e os tremores de terra o homem pode muito pouco. É clássico o exemplo das aldeias estabelecidas nos flancos fertilíssimos do Vesúvio, que, destruídas pela erupção, renascem entre as escórias e cinzas férteis. O caracter intermitente e espaçado destas convulsões do Globo faz com que os homens, temendo-as, não evitem por completo as regiões onde elas se manifestam.

A cultura das terras declivosas obriga a uma vigilância permanente: ainda assim as torrentes podem destruir, em poucos dias, o trabalho de muitos anos. Se o camponês deixa, depois de cada inverno, de consolidar os socalcos, estes desmornam-se, a terra arável é levada pelas enxurradas que em pouco tempo põem a nu a rocha dura e estéril.

Do mesmo modo a irrigação exige um trabalho constante de limpeza e conservação das valas e canais, que aqui se entulham e ali se esboroam. A fertilidade destas regiões é uma frágil obra do homem e não um dom permanente da Natureza.

O regime variável dos cursos de água, com cheias impetuosas e longas estiagens, faz com que eles tragam, na época das chuvas, ora o benefício dos nateiros de lodo ora a maldição da sua fúria destruidora. Outras vezes, em lugar das aluviões finas e férteis, a corrente, excessivamente forte, arrasta e deposita mantos de calhaus, de que é necessário, com trabalho e paciência, desembaraçar os campos. Também muitos rios chegam à foz carregados de detritos, que então sedimentam.

Os portos estão assim sujeitos ao perigo do açoreamento, que para alguns é a morte certa.

O mais terrível de todos os flagelos naturais, pelo seu grau de generalidade, é todavia a malária ou sezonismo, gerada nos pântanos ou nas terras que o mar deixa empapadas de água sem escoante, onde pululam miríades de anofeles.

O micróbio da febre palustre, que vive no sangue humano, desenvolve-se no mosquito e adquire depois, quando é inoculado no homem pela picada daquele insecto, grande virulência. Os casos de morte por impaludismo não alcançam, na região mediterrânea, percentagens elevadas. Mas a malária enfranquece as populações, inferioriza-as, diminui-lhes o rendimento económico.

Depois de se atribuírem às recrudescências da epidemia palustre os períodos de decadência social que a região tem atravessado, provou-se que, ao lado do ciclo próprio da doença, que passa por altos e baixos, os recuos da civilização, o enfraquecimento da agricultura, a desorganização dos canais da rega, as populações mal alimentadas nas épocas da crise, criam condições favoráveis ao desenvolvimento do sezonismo. A Itália combate-o hoje com vantagem: pela seca de pântanos, pela agricultura intensiva e pelo povoamento das regiões de *bonifica*. Assim se transformaram muitas solidões febris em áreas de colonização interna.

À hostilidade da Natureza juntam-se os conflitos que nascem do choque de modos de vida diversos ou da oposição brutal das regiões. A montanha não só espalha pelas baixas a praga dos rebanhos,

como lhes mandou muitas vezes bandidos ou conquistadores. A agricultura ressentia-se da instabilidade social: teve de proteger-se dos pastores transumantes, dos ávidos salteadores que se acolhem às alturas pobres e, junto do mar, dos piratas, que, em várias épocas, infestaram as costas. A instabilidade social reflete-se no povoamento: as casas aglomeram-se, apinham-se em lugares altos e fáceis de defender. Nestas lutas obscuras, agora extintas para logo renascermem, estará a explicação de muitas regressões da história mediterrânea.

A história. — Em nenhum outro espaço do Globo as relações da geografia e da história formam, como no Mediterrâneo, uma trama espessa e indissolúvel. É preciso considerar a persistência das condições naturais e a continuidade do esforço humano para compreender as gentes e os lugares.

Se, por um lado, tudo aqui predestina ao localismo, por outro o mar estimula a vida de relação. Montanhas que repartem as terras em vales apertados e bacias limitadas, enseadas abertas na arribo hostil ou separadas por areais insalubres e desertos, prestam-se à formação de sociedades minúsculas a que os recursos locais, poucos mas variados, dão a necessária base económica. Civilizações dobradas sobre si, condenadas à rotina e à morte pela estagnação se um fermento de vida geral não as animasse. Foi assim nas costas e ilhas do Mar Egeu, onde os povos ribeirinhos, muito antes das aventuras de Ulisses, prepararam a eclosão do

gênio grego. Foi assim na última Hespéria, onde os primeiros navegadores fenícios, gregos e púnicos encontraram uma massa de povos mal distintos, perdidos no isolamento e na barbárie.

Ao longo do mar caminharam ideias e produtos, estabeleceram-se correntes de civilização e lugares de permuta, fundaram-se centros de domínio, talassocracias de vida brilhante mas fugaz. Em todo o Mediterrâneo a unificação política repousou sempre numa forte base continental. Esparta venceu Atenas: a primeira grande organização do Oriente nasceu nos planaltos da Macedónia e foi por terras interiores que alcançou a Índia. O próprio Império Romano, que realizou, pela única vez, a unidade política e económica das margens do Mediterrâneo, fundou-a na organização das suas estradas e cidades interiores. A unidade da Espanha, da França, da Itália, da Iugo-Eslávia, fez-se à custa da hegemonia das terras continentais: Castela, Ilha de França, Piemonte, Sérvia. Portugal é a única nação que foge a esta regra.

Quando derruiu o Império Romano, a vida geral viu-se a cada passo entravada pelas rivalidades locais. Os Justinianos, por uma rede de malhas largas, estenderam ainda o seu domínio ao Sul da Península Ibérica. A quebra da organização regular desenvolve por toda a parte a pirataria, a insegurança, o retraimento das populações que abandonam ao sezonismo as planícies litorais e retomam, nas terras altas, os modos de vida primitivos. A invasão muçulmana veio ainda aumentar a instabilidade. Os esconderijos da costa do

Magrebe foram ninhos de piratas, que os Europeus por várias vezes tiveram de limpar mas só muito tarde destruíram por completo.

Quando as Cruzadas reanimaram os caminhos marítimos e à fúria do ódio religioso sucedeu a convivência económica, o Mediterrâneo conheceu outra era de prosperidade, essa porém fugaz e disputada. As repúblicas italianas têm já uma réplica nas Hansas do Báltico e do Mar do Norte. As terras banhadas por estes mares possuem solo mais rico e criaram uma indústria próspera. A vida urbana deixou de ser, como na Antigüidade, um privilégio local. As grandes rotas oceânicas, da Índia, da África, da América, que se enfeixam em Lisboa, arruinam, por séculos, estas construções frágeis. Só a abertura do Canal de Suez tornará a dar aos caminhos e a alguns portos do mar interior uma semelhança do esplendor antigo. Entretanto a talassocracia passara a outras mãos: a Inglaterra é ainda a primeira potência marítima do Mediterrâneo.

O fluxo e refluxo da história do litoral não nos deve iludir. Assim como o domínio costeiro é estreito e limitado, assim também as suas repercussões humanas são epidérmicas, sem atingir o âmago da terra firme. As grandes invasões históricas, vindas do Norte, ou do Oriente, são tôdas de povos terrestres, pastores, agricultores, traficantes do deserto, não porém marinheiros. É precisamente o seu papel na vida de relação que nos faz exagerar a importância das fainas marítimas. Será preciso ultrapassar as colunas de Hércules

para encontrar civilizações constituídas em torno da vida litoral. A própria navegação em larga escala, emancipada das balizas terrestres, se deve muito à experiência dos Mediterrâneos, só se tornou possível quando os Portugueses resolveram, de maneira segura, os problemas da posição das terras e do conhecimento das rotas.

De resto, se o mar serviu as relações dos vários fragmentos mediterrâneos, foi por terra que se propagaram as mais remotas influências. As montanhas recentes deixaram abertos alguns corredores por onde se passa para as florestas hercínicas e para as depressões que as contornam. Ao longo dessas passagens os morenos mediterrâneos receberam, por várias vezes, a visita dos bárbaros do Norte, atraídos pela doçura do clima e pelo brilho da civilização. Os vestígios que eles deixaram não avultam. Ao contacto de gente superior, fundiram-se na massa geral sem a alterarem sensivelmente. De todos os invasores nórdicos apenas os Celtas possuíam, ao tempo, uma civilização superior, ainda assim marcada demais por um cunho local para que pudesse ser transplantada para lugares tão diversos. O papel do Mediterrâneo foi, portanto, o de difusor de ideias e de técnicas que entram hoje em tão larga parte no património europeu.

A região deve muito mais ao Oriente, bêrço de antiqüíssimas civilizações. O contacto, que nunca se estancou, foi em várias épocas muito intenso. Vimos quanto a agricultura aproveitou dêle. A derradeira contribuição trouxeram-na os

Árabes, com a arte da rega, e os últimos elos da cadeia por onde se renovou, na Europa bárbara, uma débil claridade de cultura. Foi também ao longo do Mediterrâneo, subindo pelos vales que levam à Europa média, que penetraram na Arte medieval influências do Oriente remoto e rico. A invasão muçulmana abriu ainda outro sector do horizonte: o deserto, com o formigueiro dos oásis, a mobilidade dos nómadas, as pistas de caravanas que levam à África negra.

O que o mundo deve ao Mediterrâneo no campo do espírito não é para ser recordado aqui. As lembranças de uma civilização feita de equilíbrio, de clareza e de respeito dos valores humanos, vivem e perduram por tóda a parte. O Renascimento não foi mais do que o reatar duma forte tradição local, a que viria juntar-se tudo o que a experiência de novas terras e novos mares havia de sugerir aos homens.

Quando a Europa do Norte começa a tomar, nos domínios da cultura, lugar cada vez mais amplo, é ainda para o Mediterrâneo que se voltam os olhares e os desejos. Poetas e artistas das terras enevoadas e frias fizeram a romagem do Sul. O *Lied* da Mignon, de Goethe, exprime o deslumbramento dos homens do Norte por tudo o que na nossa natureza representa um dom amável do céu.

O próprio Cristianismo, a mais *ecuménica* das religiões, conserva, nos seus símbolos e nos seus ritos, o cunho do Mediterrâneo. Os produtos essenciais da cultura adquirem carácter sagrado. Sempre que entre os homens se renova o misté-

rio da Encarnação, o corpo e o sangue de Deus apresentam-se sob as espécies do pão e do vinho. É com o azeite dos Santos Óleos que se ministram Sacramentos e se marcam os eleitos do Senhor. No nascimento de Jesus, a pompa oriental dos Reis Magos e dos seus presentes, sobrepõe-se ao fundo humilde dos pastores e dos animais que convivem com o homem. A sua vida decorre, em larga parte, no mesmo ambiente pastoril em que se movem tantas narrativas bíblicas. Por isso o seu ensino está cheio de imagens tiradas da vida dos rebanhos. S. João, o Precursor, veste-se singelamente de uma pele de carneiro. Jesus é o bom pastor, que guarda o rebanho dos fiéis. A misericórdia divina é figurada por um cordeirinho sem malícia. Memorando a História Sagrada, um homem dos nossos campos não encontra, nos quadros em que ela se move, nada estranho à sua vida de todos os dias.

A população. — O *substratum* étnico das populações mediterrâneas é em muitas regiões anterior à própria história. Noutras, as grandes invasões modificaram-no muito: assim parece ter sucedido na Península dos Balcans, profundamente eslavisada. Os limites da raça mediterrânea são difíceis de demarcar. Distintos dos Nórdicos e dos Alpinos pela conformação do corpo, assemelham-se a eles pelo mesmo ambiente de cultura. Isto os separa dos Árabes e Berberes da África do Norte, a que a raça parece ligá-los. Vários autores peninsulares exprimiram o sentimento de um património de

civilização comum nos dois lados do Estreito de Gibraltar: a demonstração nunca foi feita em bases científicas; mas não seria ocioso procurar, sob a oposição das religiões, para além do romanismo de uns e do arabismo de outros, traços de identidade. Problema difícil de pôr: até que ponto êsses aspectos comuns são devidos à mesma base étnica ou à semelhança do ambiente geográfico? A des-trinça nem sempre será fácil.

É, de resto, à unidade natural, que se pode imputar a facilidade com que os Mediterrâneos se deslocaram de uns lugares para os outros sem alterarem a substância dos seus modos de existência. A Magna Grécia assemelha-se à Grécia clássica. O Espanhol em Marrocos, o Siciliano na Tunísia, encontram o mesmo ambiente familiar que os Mouros também não estranharam na parte da Península onde por mais tempo se mantiveram. A semelhança de raça, a unidade de civilização agrária, a identidade dos modos de vida, não podem ser estranhos ao convívio em lugares que a Natureza criou afins.

A repartição da população revela os mesmos contrastes já notados a propósito de outros aspectos da geografia do Mediterrâneo. Se a Itália, com 140 habitantes por quilómetro quadrado, se conta entre os estados de densidade muito elevada, a Espanha, com 49, ou a Albânia, com 40, estão abaixo da média europeia. Dentro de cada país passa-se sem transição de formigueiros humanos, que lembram os focos de densidade do Extremo Oriente, para áreas quási desérticas. A natureza do solo,

as diferenças brutais de fertilidade da terra, sobretudo a irrigação e a longa tradição agrícola de certas regiões privilegiadas, como são, na Itália e na Espanha, os jardins regados de agrumes, explicam essas bruscas oposições. A história interveio também. Há lugares onde, através de tôdas as vicissitudes e das diversas civilizações e povos que aí se sucederam, a densidade ascende tão longe quanto a investigação possa determinar. Noutros deram-se, pelo contrário, transformações profundas. O Agro romano foi uma região povoada, como todo o Lácio. Hoje levantam-se ruínas prestigiosas em planícies ermas e febris.

São as taras das terras baixas — impaludismo, inundações — que afugentam a população para as zonas de altitude média, cimos das colinas ou meia encosta dos montes. Na Maremma toscana a densidade aumenta até 600 metros de altitude e mantém-se máxima até 800; só depois diminui. Todavia o limite superior do povoamento e da cultura permanente são menos elevados do que as condições de clima fariam supor. O Mediterrâneo não é um montanhês. Vive à sombra de relevos altos, onde a transumância ou qualquer cultura episódica o levam cada verão — formas de economia que não favorecem a fixação à terra. A montanha é um recurso excepcional; a base da vida agrícola está na zona onde, junto dos cereais, medram as outras plantas sôbre que repousa a exploração do solo.

As populações mediterrâneas, sem atingirem a fecundidade prodigiosa de algumas das regiões

equatoriais ou do Extremo-Oriente, contam-se entre as mais prolíficas da Europa ¹.

A 18.8 nascimentos por 1.000 habitantes na Alemanha, 15.3 na Inglaterra, 15.1 na França, opõem os territórios do Mediterrâneo números muito mais elevados: 42.6 por 1.000 na Palestina, 33.6 na Ilha de Malta, 31.4 na de Chipre, 28.9 na Iugo-Eslávia, 27.5 na Grécia, 27.3 em Portugal, 23.1 na Itália, 22.9 na Espanha. Todos êstes países figuram, na Europa, à cabeça do rol, acompanhados ou excedidos apenas pela Roménia (31.0) e Bulgária (25.9).

A mortalidade é também importante, em consequência do nível de vida baixo, da falta de higiene, dos óbitos muito freqüentes na primeira infância. A Ilha de Malta, por exemplo, é o território europeu onde mais se nasce e também onde mais se morre (20.8 mortes por 1.000 habitantes). Todavia — tal a fecundidade do ventre das mulheres — é, do mesmo modo, nestas regiões que se encontram mais elevados excessos de nascimentos sôbre as mortes: 24.6 por 1.000 habitantes na Palestina, cuja população se mostra vigorosa e rica de possibilidades, 17.3 em Chipre, 15.7 na Iugo-Eslávia, 12.8 na Grécia e em Malta, 11.1 em Portugal, 9.3 na Itália, 6.5 na Espanha, a menos fecunda das nações mediterrâneas. Lembremos que os mesmos valores são, respectivamente, de 7.3 na Alemanha

¹ Todos os números que se seguem são médias de 1934-1938.

e de 3.2 na Inglaterra. Em França, há um excesso de 2 óbitos por cada 10.000 habitantes.

Os rápidos e elevadíssimos acréscimos de população, mórmente a das cidades, que na Europa média e na Inglaterra acompanharam o desenvolvimento da indústria moderna e criaram focos de densidade, que se contam entre os primeiros do Globo, foram aqui desconhecidos; mas nenhuma região do Mediterrâneo apresenta indícios de estagnação demográfica que outros lugares já vão deixando transparecer.

Estas multidões que se renovam e não cessam de crescer põem aos governos problemas graves: a terra é pobre, a gente é muita. A emigração tem sido a válvula de segurança: hoje, com o desenvolvimento industrial, a colonização interna em regiões adrede irrigadas ou limpas de sezões, o melhoramento dos rendimentos agrícolas, a divisão das antigas unidades de exploração agrária, cada país procura arrumar a sua casa de modo que todos caibam nela. Todavia, pela alimentação, pelo conforto, pelo poder de compra, o homem do Mediterrâneo está muito abaixo dos das terras europeias confinantes. O que se faça para aumentar, com os recursos locais, a riqueza natural, mal compensará o acréscimo do nível de vida destas populações pobres e parcas. Assim, parece que só a emigração poderá resolver o problema do super-povoamento, de que algures se vão sentindo indícios. Depois de ter difundido na Europa e no Mundo a sua civilização, parece caber ainda ao Mediterrâneo o papel de espalhar por terras novas a sua gente fecunda.

O povoamento. — Há um tipo de povoamento mediterrâneo, como há, para a habitação e outras construções, um material de preferência. Este é a pedra, empregada desde as casas mais primitivas, construídas com blocos soltos, não aparelhados, sem argamassa e sem pintura, até aos monumentos mais sumptuosos. Habitações, muros de propriedades, socalcos que sustentam as culturas, tudo revela a mesma constante utilização do material que por toda a parte abunda: às vezes, basta retirar dum campo as pedras que prejudicam o manejo dos instrumentos aratórios para com elas erguer muro ou sustentar a terra no declive. Ao emprego da pedra se deve a persistência das ruínas, que só lentamente se desmoronam, das estradas romanas, que até há um século serviram ao trânsito, das pontes também romanas que não poucas vias ainda atravessam. O material resistente, de que os séculos não apagam todos os vestígios, é assim, nestas regiões impregnadas de história, uma recordação indelével.

A forma de povoamento mais comum no Mediterrâneo é a aglomeração. A explicação clássica da concentração das habitações à roda das raras nascentes, se muitas vezes não é válida, é sempre insuficiente. A exploração extensiva, o uso do afolhamento, não serão estranhos à aglomeração. Todavia ela traduz, sobretudo, um longo passado de insegurança: a coesão das habitações fez-se por motivos de defesa, contra os piratas do litoral, as hordas de salteadores, os pastores da montanha.

Esta mesma razão presidiu à escolha do *sítio*: Grande número de povoações antigas ergue-se no alto de montes, em cabeços fáceis de defender, donde se dominam os campos e os caminhos. Aí as casas apinham-se, separadas pelas ruas estreitas e íngremes, sombrias, como convém ao clima soa-lheiro, animadas pela vizinhança, fermento da vida urbana, que aqui se desenvolverá primeiro do que no resto da Europa.

A disseminação anda ligada à fertilidade da terra e à cultura intensiva, a uma intimidade maior da casa com o campo. Desde a Idade Média, mas, sobretudo, em data muito recente, a colonização das terras ganhas para a cultura fez-se sempre por meio das habitações dispersas, que progridem ao longo dos caminhos, animados pelo trânsito, enquanto, no cimo dos montes, as povoações velhas decaem e se arruïnám.

As cidades. — Nada há no Mediterrâneo tão típico da íntima união da geografia com a história como as cidades; se só duas — Roma e Barcelona — ultrapassam hoje um milhão de almas, elas contam-se entre as mais antigas, mais constantes e mais nobres que o mundo possa conhecer. Quando os povos clássicos atingiram um grau elevado de civilização, começaram a fundar cidades ou a dar estabilidade urbana às aglomerações anteriores. A cidade resulta de um acto de vontade humana: uma aura de nobreza envolve a sua origem, ligada aos altos feitos de um herói e marcada por um especial favor dos deuses. A colonização grega ao longo do litoral,

o império romano em tôda a extensão das terras, levaram esta forma nova de povoamento à restante Europa, que a desconhecia.

A mesma preocupação de defesa que vimos actuar na concentração do povoamento, aqui com mais forte razão, primou na escolha do sítio: lugar alto, acrópole, fortaleza, coração da vida urbana, residência dos deuses, domina os arrabaldes industriais, abertos ao comércio, próximos das vias de trânsito, e avista o agro que alimenta a cidade. Lugares hoje reservados à curiosidade histórica, tiveram durante séculos a sua função coordenadora e defensiva.

A combinação de uma baía abrigada e de uma colina fragosa caracteriza as aglomerações litorais, que se podem contar entre as mais típicas do Mediterrâneo, com seus portos de escala, abertos a todos os ventos do largo e a tôdas as gentes que os navios transportam, cidades animadas, de bairros populosos onde pululam crianças, de vendedores que apre-goam e correm e gritam, de um borborinho que não cessa: até nas horas tranqüilas se ouvem, como num búzio, todos os ruídos do mar!

Ao contrário do maior número das cidades da Europa Central e Setentrional, de planta regularmente desenvolvida em terras planas, aqui são frequentes as ruas íngremes e tortuosas, às vezes em escadaria, como em Argel, estreitas, para aproveitar espaço e escapar à ardência da canícula. A amenidade do clima convida à vida na rua, onde se passeia e fala nos intervalos do trabalho. Ao longo da fieira das casas, debaixo de arcadas, de toldos,

de andares de ressalto, que abrigam do sol sem tirarem a frescura da brisa litoral, abancados às mesas de refrescos, os homens conversam e ficam até tarde nas noites calmas de verão. Cria-se assim um ambiente de convívio aberto à troca de idéias, uma sociabilidade fácil, que temperam o arcaísmo bisonho do camponês e do pastor. Os cidadãos das democracias antigas, que passavam o dia em discussões sobre os negócios da cidade, em debates públicos, ao ar livre, escutando o orador de momento, passeando no *forum*, não se poderiam conceber no clima húmido e enevoadado de Londres ou de Hamburgo.

IV — CONCLUSÃO

A agricultura é a base de toda a economia mediterrânea. São os seus produtos que ocupam os cuidados de populações numerosas, a quem fornecem o essencial da alimentação. Nas relações económicas, cabe-lhes o primeiro lugar das exportações: vinho, azeite, frutas, legumes. À excepção da cortiça e dos resinosos, o papel dos produtos florestais é restrito. Da mesma maneira o da criação de gado que, não obstante dar origem a um característico e bem diferenciado modo de vida, pesa pouco no volume total das riquezas.

A indústria penetrou tarde e a medo neste ambiente rotineiro e pobre, e nele permanece localizada em meia dúzia de centros (Barcelona, Marselha, Turim, Pireu, etc.). Um único país mediter-

râneo procura lutar contra a falta de matérias primas e de combustível por uma industrialização que atinge até alguns aspectos da própria agricultura: a Itália. Ele é também o único que jogou o seu destino para ser contado entre as Nações grandes e poderosas.

Pastor transumante, navegador, o homem mediterrâneo é, sobretudo, um rude trabalhador da terra. Deve-se-lhe uma agricultura variada, onde o granjeio extensivo de cereais, de baixo rendimento, se opõe à exploração intensiva e rica das terras irrigadas.

Há nestes contrastes, que constituem a própria essência da região, tôdas as possibilidades de conflitos graves. Mas há também, na variedade de produtos da terra, um elemento de suficiência da vida económica, contida pela sobriedade tradicional. Nenhum país mediterrâneo conhecerá talvez o grande desenvolvimento industrial de alguns lugares da Europa. Também nenhum dêles parece talhado para a supremacia política ou a hegemonia económica. Todos sentem, com mais ou menos acuidade, as mesmas deficiências. Todos concorrem aos mercados com os mesmos produtos. Mas é provável também que a decadência e a miséria, que acompanham as convulsões da civilização, poupem um pouco estas populações rurais, habituadas a um nível de vida baixo, e capazes de extrair do solo aquilo de que precisam para satisfazer as poucas necessidades da vida quotidiana.

Por outro lado, a natalidade elevada representa, para a região, uma enorme e permanente

reserva humana. Depois das nações ibéricas, que edificaram, com o seu sangue, mais de metade da América, que papel caberá ainda, na reconstrução futura, a essa gente pobre, resistente e activa?

*
* *
*

O Mediterrâneo aparece, no mundo europeu moderno, como a região mais rica de variedade e localismo, mas, ao mesmo tempo, como a mais originalmente unida, no clima, na natureza, nas produções, no trabalho dos homens. Para um Inglês, um Alemão, ou até um Francês do Norte, estes lugares revestem-se já de atractivos de exotismo que preludiam a África mourisca ou o Oriente. Mas os espíritos reflexivos compreendem que, por debaixo do arcaísmo pitoresco dos modos de existência, estão as raízes da própria civilização, que aqui se criou banhada pelo sol quente e debaixo do céu luminoso. O cunho da história marca-se em tôdas as formas da actividade humana; marca-se também na própria fisionomia dos lugares, moldada pelo homem, impregnada da sua presença secular.

Tal como o clima se transforma à proporção que nos alongamos do litoral, assim o carácter das regiões se vai alterando com o afastamento do Mediterrâneo. Pelo Norte, pelo Sul, pelo Oriente e pelo Ocidente, outras influências aparecem a disputar o predomínio dos elementos que constituem, nesta faixa atravessada entre três partes do mundo, a sua poderosa e antiqüíssima originalidade.

O Norte de África pertence, em parte, ao domínio do Saára, que se estende até às praias mediterrâneas. O próprio Magrebe, islamizado, abre-se amplamente ao contacto do deserto. O Levante, que é principalmente grego, é também turco, sírio, mesclado de europeu e asiático, numa grande confusão de raças, de povos, de línguas e de civilizações. Os Balcans vivem na órbita do mundo eslavo, e constituem, nas suas terras interiores, tal como as Castelas, um domínio continental próprio, onde as influências do mar se degradam na imensidão dos planaltos, tal como os ventos húmidos que vão descarregando as chuvas de encontro às montanhas litorais e chegam aí já incapazes de vencer a aridez. No Sul da França e no Norte da Itália, a amendoeira floresce entre cimos nevados até tarde, na primavera. Finalmente, além do estreito de Gibraltar, é ao longo da costa portuguesa que, por transições cuidadosamente graduadas, se passa da última terra mediterrânea — o Algarve — para a primeira terra atlântica — o Minho: lugar banhado já numa luz que a humidade torna menos crua, bem aberto aos ventos oceânicos e exposto às suas chuvas fecundantes.

CAPÍTULO II

PORTUGAL MEDITERRÂNEO

I — CONDIÇÕES GERAIS

Três influências. — A descrição do mundo mediterrâneo, esboçada no capítulo anterior, ajuda a compreender alguns caracteres essenciais da nossa geografia. No clima, no revestimento vegetal, no arcaísmo dos modos de vida, na economia rotineira e pobre, na população vigorosa e na exigüidade de boas terras para acomodá-la, Portugal repete aspectos próprios dos países ribeirinhos do mar interior, a que o ligam afinidades flagrantes e profundas. Abstrair das relações de posição, seria, porém, mutilar a complexa realidade geográfica do nosso território.

Na orla oceânica da Ibéria, a terra portuguesa, banhada pelo Atlântico, sofre já o seu influxo, no clima, mais moderado e húmido, no ambiente que permite outro estilo de cobertura vegetal, nas relações do homem com o elemento líquido, que não são as mesmas à beira de um mar interior, que se bordejia entre terras conhecidas, e de um oceano, misterioso e enorme.

Resumiu-se já esta dualidade da nossa geografia numa fórmula breve e em grande parte exacta: «Portugal é *mediterrâneo* por natureza, *atlântico* por posição»¹.

Uma rápida resenha dos seus elementos geográficos fundamentais mostrar-nos-á como eles assentam, em geral, numa forte base mediterrânea. Os aspectos que provêm da posição marítima são menos fáceis de definir, porque não há um domínio atlântico com a homogeneidade de caracteres que distingue o Mediterrâneo: é *atlântico* o que mais directamente depende da acção do Oceano, grande regulador do clima, atravez do qual se repercutem, até longe da costa, múltiplos sinais da sua presença próxima.

Outra influência vem ainda increver-se no nosso solo. Como se viu, a extensão do domínio mediterrâneo puro faz-se ao longo de costas e ilhas, limitado em altitude pela montanha, de feição sempre mais setentrional, e, em afastamento do mar, pela continentalidade. Só a Itália peninsular, vertebrada pela cadeia dos Apeninos, apresenta a êste respeito uma composição equilibrada. O interior das outras penínsulas tem uma fisionomia continental própria, uma evolução dobrada sôbre si, uma originalidade capaz de colorir, atenuar, degradar ou eliminar por completo o elemento mediterrâneo.

¹ PEQUITO REBÊLO, *A Terra Portuguesa*, Lisboa, 1929, pág. 55.

Portugal não se exime, numa faixa ainda extensa do seu território mais sertanejo, ao tom específico das regiões do centro da Península, a que, muito imprópriamente, entre nós se tem chamado *ibérico*¹. Dizendo, de maneira simples e clara, *interior*, quere-se significar que, nessa área, às influências oceânicas ou à contextura mediterrânea se junta outro elemento, próprio da posição, afastada do litoral ou menos sujeita, pela interposição de relevos importantes, à dominância atlântica.

É o doseamento destas influências que permitirá estabelecer as divisões fundamentais da terra portuguesa. O relêvo do solo, em grande parte independente de tais combinações, não é estranho, contudo, à maneira como elas se apresentam.

Um contraste de relêvo. — Ao contrário da Espanha, região de terras altas e de estreita orla litoral, em Portugal predominam as áreas de baixa altitude: 71.4 % do solo estão a menos de 400 metros, e apenas 11.6 % acima de 700 metros. Mas a repartição das zonas de relêvo faz-se de maneira muito desigual no Norte e no Sul. Toma-se geralmente o Tejo como linha de separação. Se se considerasse, em vez do rio, o pé das serras que

¹ É evidente que *ibérico*, em sentido lato, não pode designar apenas o centro da Hispânia; em sentido restrito também não o designa com propriedade.

marginam, pelo Norte, a sua bacia, o contraste seria ainda mais violento.

<i>Zonas de altitude</i>	<i>Percentagens</i>		
	Norte do Tejo	Sul do Tejo	Portugal
acima de 700. . . .	19.7	0.2	11.6
de 400 a 700	27.2	2.8	17.0
de 200 a 400	24.2	34.0	28.3
abaixo de 200 . . .	28.9	63.0	43.1
	100.0	100.0	100.0

Assim, no conjunto, Portugal aparece separado em duas regiões de relêvo, não só distintas, mas de certo modo opostas. O Sul possui 61.5 % das terras baixas, inferiores a 200 metros; é a região das planuras e dos planaltos médios, de extensas bacias fluviais deprimidas e terrenos molemente dobrados, com raros retalhos montanhosos e apenas uma serra que culmina a mais de 1.000 metros (S. Mamede: 1.025 metros). O Norte, pelo contrário, compreende 95.4 % das áreas superiores a 400 metros. A terra alta está presente por tôda a parte e cimos de mais de 1.000 metros levantam-se a 50 quilómetros do mar. As zonas baixas, à excepção do triângulo litoral de fraco relêvo com os vértices em Espinho, Coimbra e Cabo da Roca, ainda, assim acidentado de cabeços e de retalhos de planalto, encontram-se apenas nas margens apertadas dos rios principais. As grandes plataformas monótonas ou de suave ondulação que, à primeira vista, evocam o Alentejo, estão, em Trás-os-Montes e na Beira Transmontana, algumas centenas de metros acima dêle.

O clima. — Durante o verão, as condições climáticas do Mediterrâneo reinam em tôda a Península Ibérica: temperatura elevada, luminosidade forte, grande insolação, carência de chuvas. Se a região suporta pressões altas, relativamente à grande depressão saariana, os ventos descem dos planaltos interiores, como um sôpro ardente e doentio (*soão*). Se, pelo contrário, — caso mais geral — os calores do centro da Península cavam aí uma depressão, em tôda a orla ocidental sopram brisas frescas do mar, que amenizam a temperatura sem todavia originarem chuvas, porque o ponto de condensação é muito elevado durante os calores estivais.

O traçado das linhas isotérmicas, reduzidas ao nível do mar, corre então paralelo ao litoral português, e a temperatura aumenta à proporção que se caminha para a raia. A humidade relativa é elevada junto do Oceano, a temperatura é aí mais moderada. Porém, em tôda a extensão do território, Julho e Agôsto são meses sem chuva, ou de chuviscos escassos.

O comêço do outono é marcado por uma série de perturbações, acompanhadas de trovoadas e de aguaceiros, curtos mas violentos. Nas regiões montanhosas do Norte começa então o primeiro período de chuvas, que pode durar algumas semanas. No Sul, nuvens caliginosas passam alto, sôbre as planuras ainda quentes, ou dissipam-se em chuvas fugazes. Em todo o caso são elas que, depois do verão, regulam o início dos trabalhos agrícolas

das sementeiras. Passada esta primeira perturbação, o tempo quente e luminoso ainda às vezes se prolonga muito. As noites começam a arrefecer, mas os dias são límpidos e soalheiros; o ar carregase de humidade, que dá à luz os doces tons outonais. O *verão de S. Martinho* pode entrar por Novembro adiante.

O inverno é, para nós, o tempo do frio e da chuva. Duas situações meteorológicas opostas alternam na Península. Pelas noites, cada vez mais longas, a temperatura média diária vai diminuindo. Nos planaltos elevados das Castelas, o ar arrefecido começa a gerar um centro de pressões altas, enquanto, no mar, mais tépido, se mantêm áreas de depressão. Os ventos divergem, frios e cortantes, do interior da Península. Nesta época do ano, a Península ora se comporta como um continente em miniatura, regulando, com os seus próprios recursos, os movimentos da atmosfera, ora o seu centro se liga ao anticiclone dos Açores ou ao da Ásia-Europa central. Temos, neste tempo, que chega a durar semanas, dias luminosos, secos, de atmosfera límpida e temperatura elevada nos lugares abrigados. Mas, onde sopram os ventos, sente-se frio; e, durante as noites de incomparável luar ou céu estrelado, arrefece tanto que os campos despertam debaixo de um lençol de geada.

Este período, de tempo estável, é precedido e seguido de situações naturalmente transitórias. São os rosários de ciclones que se deslocam, nesta latitude, de Oeste para Leste, e percorrem a bacia do Mediterrâneo. Aos dias frios e límpidos, sucede

um aumento de temperatura, logo seguido de nuvens no Poente e das primeiras condensações nas vertentes montanhosas. O céu cobre-se por completo; sopra do mar uma aragem húmida e morna, que se resolve em chuvas intermitentes ou prolongadas. É ainda por tempo chuvoso que um arrefecimento marca o termo da passagem da área ciclónica.

Portugal recebe, em primeira mão, de encontro às suas montanhas do Norte, as chuvas fecundantes. Quando estas massas de ar, vindas do Atlântico carregadas de humidade, ultrapassam as montanhas, perderam por condensação boa parte do vapor de água que transportavam. Daí o contraste, muito forte, como se verá, entre a zona oceânica e as terras interiores, *transmontanas*, subtraídas à directa influência do mar.

O outono, o inverno e a primavera, conhecem este tempo perturbado, chuvoso e variável. O mês de mais chuva é geralmente Dezembro, mas em muitas estações Março apresenta um máximo secundário.

Tais são as condições gerais que regem o clima de todo o território português. Mas, tal como para o relêvo, do Norte para o Sul desenha-se a opposição entre uma área húmida, chuvosa, de estiagem moderada, e outra mais sêca, de chuvas escassas e de verão ardente e muito longo.

Não é por acaso que aquela coincide com as terras altas do Norte e esta com as planuras meridionais. As chuvas, tão importantes na vertente atlântica, são, em grande parte, devidas à barreira

montanhosa e às condensações que ela determina: *chuvas de relêvo*, como é de uso dizer-se, tanto mais abundantes e prolongadas quanto mais se sobe. Mas, êste factor de contraste, nascido da altitude, não vem senão reforçar as condições da própria circulação atmosférica. É no litoral português que se extremam duas regiões climáticas diferentes: a *mediterrânea* e a *oceânica*. A primeira com as afinidades tropicais do seu verão quente e sêco, seus invernos doces, atravessados por fugazes perturbações vindas do Ocidente. A segunda sujeita já ao influxo permanente dos ventos de Oeste, ventos húmidos do Atlântico, onde nascem os ciclones que rumam a Leste. A aragem marítima tempera o clima e faz descer a amplitude anual. Mas o inverno já se sente, com temperaturas baixas, noites frias, muitos dias consecutivos de chuva, neve nas montanhas.

No verão, o clima mediterrâneo reina por toda a parte, no litoral e no interior, na terra chã e nas serranias. Mas a duração dêle é menor na costa ocidental, nas serras e no Norte, máxima no Sul. O tempo frio, perturbado e chuvoso, dura consoante se mantêm as influências setentrionais. Durante o inverno, em avançadas breves, pode sentir-se já a acção da frente polar, com massas de ar frio que reforçam as do centro da Península. Mas, o elemento característico do clima oceânico e da sua extrema variação é a passagem de perturbações vindas do Ocidente, e o avanço de massas de ar que, ao percorrerem o oceano, se carregaram de humidade. Esta *influência atlântica*, trazida pelos

ventos dos quadrantes de Oeste, domina o clima português: apenas uma época do ano a atenua — o verão — e uma faixa de território lhe escapa — o Sul.

II — ELEMENTOS NATURAIS

Os accidentes do terreno. — Cêrca de sete déimos do solo português pertencem ao maciço antigo ibérico que forma o núcleo da architectura da Península: à volta dêle dispõem-se bacias deprimidas, ou orlas de terras modernas elevadas onde o calcáreo forma tractos importantes. Todo este material participou, mais ou menos, dos movimentos contemporâneos da génese da cadeia alpina.

O moderno, enrugando-se, veio a formar linhas de relevos calcáreos, com os éstratos contorcidos à vista no dorso descarnado. Cimos de pouca altura, contrastam todavia com as terras baixas envolventes, pela pobreza do solo pedregoso, onde a água se some, pela rarefacção do povoamento e das culturas, pela vegetação, esparsa e original. Do Mondego à foz do Sado e no Algarve, constituem o traço mais vigoroso da orografia das terras adjacentes ao litoral¹. Com o arranjo recente destas rochas, de que a instabilidade do solo dá testemunho, alojaram-se os maciços eruptivos de Sintra e Monchique, verdadeiras monta-

¹ Pontos culminantes: Sicó—551 metros, Candieiros—613, Aire — 677, Montejunto — 666, Arrábida — 500, S. Miguel (Algarve) — 408.

nhas senão pela altitude¹, pelo vigor do relêvo, pelo revestimento vegetal e pela economia.

O maciço antigo sofreu também a acção dos mesmos movimentos; mas o material, velho e rígido, rebelde ao enrugamento, reagiu fragmentando-se em blocos desnivelados ao longo de falhas e flexuras. Daí, um estilo especial de relêvo: as montanhas ou são retalhos de planalto ou faixas de rochas duras que a erosão isolou. Assim, quem galgar os ásperos declives que as limitam, admira-se de encontrar, na parte mais alta das serras, largas extensões de terreno apenas molemente ondulado, favoráveis à expansão do povoamento e da cultura, ou cristas agudas e alongadas que mal deixam espaço às instalações humanas e não formam, pela exigüidade da área, um domínio próprio. Até no plano meridional, raros serão os lugares que não divisem uma destas serranias no horizonte, distante e esbatida. Todavia, foi ao Norte da bacia do Tejo que o levantamento geral da terra antiga determinou o trabalho mais intenso da erosão e a diferenciação mais vigorosa do relêvo. As nesgas planas chegam, na Serra da Estrêla², muito perto dos 2000 metros. Os rios encaixaram-se brutalmente por entre serras e planaltos. Acima de 700-800 metros, quando a vinha escasseia e a oliveira se detém, em terra de carvalhos e castanheiros, à roda de campos de centeio e pas-

¹ 529 e 902 metros, respectivamente.

² 1991 metros.

tagens frescas, a população que se junta em aldeias compactas pratica uma economia mais próxima da Europa média do que das baixas mediterrâneas.

Apenas na parte inferior das bacias do Vouga, do Tejo e do Sado, e numa nesga que acompanha o litoral alargando-se aqui e além, se encontram verdadeiras planícies, acumuladas pelos sedimentos continentais ou talhadas pelo mar no fim do Terciário. Elas constituem, com alguns tractos do maciço antigo, unidos e lisos como a palma da mão, que só no Sul alcançam grandes extensões, uma excepção no conjunto do nosso relêvo. A regra são o solo acidentado, a montanha no horizonte de todos os lugares, as áreas planas afogadas entre cabeços pedregosos, os rios fundos e apertados, que rolam mais seixos do que areia.

É neste sentido que deve entender-se a máxima parte da terra baixa portuguesa, cortada de *serras*, *cerros*, *cabeços*, *lombas*, *outeiros*, com tão larga representação na toponímia. O homem do campo, em todo o Sul, não aprecia as grandes elevações, que por isso viveram um pouco à margem da economia agrária, como uma vaga reserva de arbustos e pastagem, onde se ia colher lenha ou roçar mato para a cama dos gados e estrume de curral, apenas atravessada por caminhos de pouco trânsito, que aqui e além, na faixa atlântica, levam ao cabeço, solitário e ventoso, coroado de moínhos. Mas, sob as prementes necessidades da população que cresce, de há um século para cá, foram-se chamando à cultura regular estas terras elevadas e maninhas, ultrapassando-se nalgumas,

com uma tenacidade quási inútil, os limites de um razoável aproveitamento do solo. Lavram-se campos de pedras onde o cereal medra a custo: mas a oliveira, indiferente à constituição do solo, dá-se bem nestas terras pedregosas, e, em todos os lugares abrigados dos ventos mareiros, de que se teme, ponteia com geométrica regularidade encostas que apenas davam mato ou, de longe em longe, viam abrir-se, depois da queimada, a clareira fugaz de uma arroteia.

Muito diferente foi a vocação do domínio montanhoso do Norte, onde os estabelecimentos humanos alcançaram, há cêrca de quatro milénios, os limites que ainda conservam. Apenas a oscilação transumante, de que a Estrêla e o Montemuro guardam os derradeiros vestígios, ligava, pelo laço frouxo da passagem rítmica de gados, as serranias aos lugares de economia mediterrânea.

Calor e secura. — Estas duas palavras resumem a dominante mediterrânea do clima português. Calor de moderado e fugaz inverno, de verão precoce, intenso e prolongado; secura estival, marcada por tôda a extensão do território.

Apenas nas estações de montanha a temperatura média anual ¹ desce abaixo de 14° (Pôrto 14° 0, Lisboa 15° 9, Faro 17° 3), e a média do mês mais frio — Janeiro — é geralmente elevada: Pôrto 8° 8,

¹ Salvo indicação contrária, dão-se os *valores normais* dos elementos climáticos: médias do período de 1901-1930.

Coimbra 9° 0, Lisboa 10° 5, Faro 11° 5; com valores sensivelmente mais baixos nas estações do interior: Moncorvo 6° 0, Campo-Maior 8° 0, Beja 8° 6. Durante o verão, no interior e no Sul, a temperatura sobe muito, mas a proximidade do mar modera-a. No mesmo paralelo, Pôrto e Moncorvo, têm, respectivamente, 19° 5 e 24° 6 no mês de Agôsto, Lisboa e Campo-Maior 21° 9 e 25° 0; Beja tem 23° 3, Faro 24° 0. O número de *noites tropicais* — aquelas em que o termómetro não desce abaixo de 20° — é de 2 no Pôrto, 3 em Coimbra, 12 em Lisboa, 24 em Faro, 14 em Campo-Maior, e chega a 39 em Moncorvo. O calor de verão que, naturalmente, aumenta do Norte para o Sul ao longo da costa, domina no interior, tornando-se ardente no vale do Douro e dos seus afluentes: 136 dias de máxima superior a 25° no Pinhão ¹ (109 em Lagos). Tudo aí favorece uma temperatura abrasadora: o vale fundo e apertado, onde não entra uma aragem oceânica, a reverberação do xisto, então brilhante como metal polido, as noites sufocantes, que nenhuma viração refresca. Sob a ardência implacável do sol, na imensa escadaria de *geios* que o homem penosamente ergueu, amadurece a uva que dará o mais nobre de todos os vinhos! Por isso as isotérmicas de Julho, que correm geralmente paralelas ao litoral, desenhavam ao atravessar o Douro, uma inflexão côncava para o interior. Ao longo do vale do Mondego, mais

¹ Dezasseis anos de observações.

largo e mais aberto, outra inflexão, mas em sentido contrário, marca a passagem de ventos oceânicos que humedecem e refrescam o ar.

A precipitação descrece no mesmo sentido em que a temperatura aumenta: para Sul e para Leste. O Pôrto recebe 1164^{mm} de chuva em 137 dias; Coimbra 984^{mm} em 99 dias; Lisboa 602^{mm} no mesmo espaço de tempo; Faro 363^{mm} em 66 dias. Moncorvo, com 580^{mm} em 71 dias e Campo-Maior, com 574^{mm} em 63 dias, estão sob êste aspecto muito mais próximos do que o Pôrto e Lisboa, situadas, no litoral, quási à mesma latitude que as duas estações interiores.

Caracteristicamente mediterrânea é a repartição das chuvas durante o ano, concentradas no fim do outono e começo do inverno, com um máximo secundário em Março, e um período de carência estival perfeitamente marcado. Até o vale do Gerez, a 430 metros de altitude, entre montanhas, o lugar onde se registou a mais elevada precipitação média ¹ do continente português — 3106^{mm} — recebe durante o mês de Agôsto apenas 22^{mm}, em 3,6 dias dos 154,4 em que chove no ano.

A temperatura elevada durante o estio faz subir o ponto de condensação, que as correntes atmosféricas, dirigidas de cima para baixo, também não favorecem. As brisas atlânticas sopram docemente em direcção à fornalha do centro da Península sem conseguirem alcançá-la. As esta-

¹ Onze anos de observações.

ções litorais carregam-se de humidade¹, mas é raro chover antes das perturbações do equinócio.

Muito significativa é ainda a percentagem de chuva que cai durante os meses de Junho, Julho e Agosto, por tóda a parte os mais secos. De 8,9% em Viana-do-Castelo², 7,8 no Pôrto, 7,1 em Coimbra, êsse valor passa a 4,5% em Lisboa, 3,7 em Lagos e apenas 1,9 em Faro. O interior recebe 3,6% em Moncorvo, 5,7 em Campo-Maior, 4,9 em Beja. A duração da estiagem aumenta também, naturalmente, de Norte para Sul: Pôrto, Coimbra e Moncorvo recebem menos de 30^{mm} de chuva apenas durante dois meses, Lisboa e Campo-Maior durante três, Beja durante quatro, Faro durante seis.

Apesar do incontestável carácter mediterrâneo do clima de Portugal, é o oceano o grande regulador, pelos invernos doces e chuvosos, pelos estios temperados de brisas húmidas, pelas massas de nuvens que os ventos de Oeste impelem contra as montanhas. De tal modo que, à parte um verão bem marcado mas pouco longo, uma área importante de Portugal, o Noroeste, se exime durante grande parte do ano às influências mediterrâneas. Aqui é lícito falar de um *Portugal atlântico* quási puro. A vegetação exprime o doseamento destas

¹ Valores mínimos da humidade relativa média (Julho ou Agosto) em estações, situadas respectivamente no mesmo paralelo, no litoral e no interior: Pôrto, 65,7%; Moncorvo, 35,3%; Lisboa, 44,7%; Campo-Maior, 26,6%.

² Dez anos.

relações: mas o homem baralhou quanto pôde as cartas dadas pela Natureza, sujeitando a oliveira à fresquidão úmida do Minho e derrotando, no Oeste, matas de sobreiros e carvalhos, para substituí-los pelo pinhal bravo que também marca, nas encostas voltadas a poente das serras interiores, os últimos bafejos da aragem oceânica.

O manto vegetal. — A característica fundamental da vegetação portuguesa procede do entrecruzar de influências climáticas no território e reflecte-se na mistura de plantas comuns à Europa ocidental e média e ao mundo mediterrâneo, algumas das quais aqui encontram o limite meridional ou setentrional da sua expansão. Elas formam cêrca de dois terços da flora portuguesa: o têrço restante é constituído por espécies comuns à Península e à África do Norte, próprias da Península, comuns às ilhas do Atlântico (Açores, Madeira, Canárias), endémicas, ou introduzidas pelo homem: mas de tôdas estas ainda a maior parte se aproxima, pela fisionomia ou pelas necessidades, dos dois grandes grupos primeiro considerados.

O clima mediterrâneo, com o verão em tôda a parte bem marcado, faz-se sentir de duas maneiras na vegetação: pela repartição de certas espécies mais exigentes em calor e secura, confinadas ou dominantes no Sul e Leste, nos vales abrigados e nas terras de baixa altitude, ou em solos mais favoráveis, e pela série de formas de ajustamento que determina. Contam-se neste caso as plantas carnudas, raras na flora indígena, mas tão perfeita-

mente adaptadas que são hoje inseparáveis de certas paisagens (piteiras e figueiras da Índia); as folhas cobertas de pelos (carvalho negral, alguns cistos), coriáceas (carqueja), reduzidas (algumas urzes, rosmaninho), transformadas em espinhos (tojos), duras (medronheiro, loureiro, *Quercus* sempre verdes); as plantas perfumadas (alecrim, rosmaninho, tomilhos) que, na primavera, derramaram o cheiro inconfundível das charnecas mediterrâneas, ou cobertas de resina viscosa e odorante (esteva); os bolbos (abrótea); as gimnospermicas de folhas acedradadas (pinheiros) ou reduzidas (zimbros), suportam também com facilidade o verão. Tudo formas de guardar ou evitar perder a água durante os calores e secura estivais.

As espécies mediterrâneas são sobretudo abundantes no Sul e nas regiões afastadas do litoral; as da Europa oceânica, se não possuem defesas especiais, não ultrapassam o Mondego nem se encontram no interior. É muito significativa a proporção dos dois grupos ao longo das planuras e colinas adjacentes ao litoral: europeias e mediterrâneas ocupam, respectivamente, as percentagens seguintes: ao Norte do Mondego, 57 e 26%; entre o Mondego e o Tejo, 38 e 42%; ao Sul do Tejo, 29 e 46%. Influência do clima, ajudada também do solo: nos terrenos calcáreos de entre Mondego e Tejo as espécies mediterrâneas alcançam 56%, nos solos siliciosos apenas 36%.

Entre as plantas mediterrâneas mais importantes na fisionomia da vegetação figuram, em primeiro lugar, algumas árvores e arbustos de folhas

sempre verdes: as *Quercus* de fôlha perene, (sobreiro, azinheira, carrasco), o pinheiro manso, o medronheiro, a urze branca (*Erica arborea* L.)¹, o loureiro, o lentisco, a aroeira, o aderno, a gilbardeira, o rododendro, o loendro, a cana e uma série de *cistus* onde sobressai, pela extensão e importância dos seus povoamentos exclusivos, a esteva; o grupo do alecrim, da alfazema e dos tomilhos perfumados dos terrenos secos; algumas árvores ou arbustos cultivados, óptimos reagentes climáticos que mostram, pela sua propagação embora devida ao homem, as possibilidades extremas das regiões: a tríade algarvia da amendoeira, figueira e alfarrobeira, a laranjeira, a oliveira, e, em muito menor grau, a vinha. Oriundas da América Central, as piteiras e figueiras da Índia alinham-se nas sebes e bordas dos caminhos como elemento inseparável da fisionomia do Sul do país. A palmeira das vassouras, de porte anão, quase desaparecida da Arrábida, apenas se encontra no Algarve, onde caracteriza um clima mediterrâneo quente. Mas nem aqui a influência oceânica se apaga de todo, lembrada ainda nas derradeiras plantas lenhosas comuns à Europa média que lograram alcançar estas paragens meridionais: algumas espécies de urzes, giestas e piornos.

Uma *Quercus* própria à Península e a Marrocos estabelece a transição entre as espécies sempre

¹ Só se dão os nomes botânicos de plantas pouco conhecidas ou mal definidas pelos nomes vulgares.

verdes mediterrâneas e as de fôlha caduca da Europa média: o chamado carvalho português ou cerquinho, que perde as fôlhas tarde e as recupera cedo. Distribui-se nos vales orientais do Douro e entre o Mondego e o Tejo, sendo especialmente abundante na orla atlântica, ligado como anda a moderado grau de umidade.

O repartimento desta vegetação e a fisionomia das associações que constitui, reflectem ao mesmo tempo condições de solo e clima e uma profunda e antiga acção do homem. O desbaste das flores-tas, derrotadas ou queimadas, a degradação dos arbustos mantidos em pequeno porte pelas roças e pelo dente dos gados, ascenderão nalguns lugares aos estabelecimentos neolíticos fixados pela agricultura. Pode dizer-se que até à criação dos primeiros serviços de protecção ou desenvolvimento das matas ¹, a destruição continuou.

Assim se constituíu, no lugar das florestas primitivas, o *maquis* ² de arbustos de fôlha perene, tão denso que não permite o desenvolvimento importante de plantas anuais e de pequeno porte. Há *matos*, e são os mais vulgares, em que predomina uma única espécie; outros em que apparecem misturadas várias plantas. No primeiro caso contam-se as associações de urzes, giestas, e principalmente medronheiros e estevas. É provável que o homem, e os rebanhos, tenham contribuído para

¹ *Administração Geral das Matas do Reino*, 1824.

² *Charneca, mato, matagal*.

esta escolha, no caso da esteva feita por eliminação de plantas que o gado come, deixando apenas o arbusto protegido pelo aroma intenso e pela resina viscosa. Ligada aos solos pobres e delgados de xisto, a associação da esteva constitui uma ilha nas terras baixas trasmontanas e reaparece nas encostas da Cordilheira Central que descem para o vale do Zêzere, constituindo, daí até ao Algarve, povoamentos cada vez mais vastos e mais densos. Ao Sul da Serra de Sintra, perto do mar, cobre já quaisquer terrenos e estende-se largamente no dorso calcáreo da Arrábida. Derrotada periódicamente pela cultura, reaparece nos pousios. Outrora formou matagais bastos e altos onde, dizem, se sumia um cavaleiro e se podiam obter caules tão grossos que serviam para barrotes de telhados ¹.

«Estas montanhas de xisto mostram sempre a imagem da secura e da esterilidade e estão ordinariamente, em Portugal, cobertas de ládano ². Não se pode fazer idéia destes lugares se não se conhecer a esteva. Eleva-se a quatro e às vezes a seis pés; as fôlhas têm quasi a forma das do loendro; são luzentes, verde-escuras e não caiem no inverno. Os botões e as fôlhas estão cobertos de uma resina odorante e espalham na visinhança, sobretudo à tarde, um cheiro muito agradável.

¹ JOAQUIM JOSÉ DE BARROS, *Sociologia botânica*, Coimbra, 1927, pág. 15.

² *Cistus ladaniferus* L., esteva.

Êstes arbustos não têm ramos entrelaçados, mas crescem tão perto uns dos outros que só com dificuldade aí se pode passar; atraem para si o suco de outras plantas, a ponto que só raramente se acham entre êles... Êste arbusto é em si muito bonito, mas a uniformidade dos desertos onde se encontra acaba por torná-lo desagradável»¹.

O mais precioso resto de uma mata mediterrânea primitiva existe na encosta da Serra da Arrábida, no recôncavo de uma baía de águas serenas como num mar interior, em exposição meridional tão perfeita que o relêvo intercepta as influências do Oeste e do Norte, com seus ventos chuvosos ou refrescantes. A temperatura de inverno é notavelmente elevada (13 a 15°), constituindo-se assim um clima mediterrâneo quente que só no Algarve tem paralelo, como a existência da palmeira das vassouras claramente deixa ver.

A mata é propriamente um *maquis* de arbustos de fôlhas sempre verdes, que aqui tomam formas gigantescas. As árvores são poucas e esparsas: sobreiro, azinheira, alfarrobeira, e um único carvalho de fôlha dura e fugazmente caduca: o cerquinho ou português. Dominam espécies arbustivas: medronheiro, aroeira, aderno, murta, folhado, zambujeiro e algumas urzes arbóreas (*Erica arbó-*

¹ LINK, *Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu' en 1799* (trad. do alemão), tómo I, Paris, 1803, págs. 186-187.

rea, E. lusitânica); mas muitas tomam o porte das árvores, elevando-se a 6 e 8 metros. Existem medronheiros enormes e adernos com troncos de meio metro de diâmetro. O maciço vegetal é impetrável: as copas tocam-se, os troncos entrelaçam-se; os arbustos prendem-se uns nos outros, as trepadeiras e silvas eleiam-se; de tal forma que há plantas mortas e desenraizadas, com o tronco a apodrecer, que se conservam de pé por não terem espaço para onde cair. Reina um silêncio profundo e uma luz amortecida. Na camada de húmus, abrigados pela sombra da folhagem, medram alguns fetos. Tudo isto evoca a idéia de floresta virgem, sob clima mais rico de calor e humidade em outras zonas ou em épocas mais remotas da história do globo. «A Serra da Arrábida parece-nos ter conservado um dos últimos, senão o último vestígio de uma floresta preglaciária do Sul da Europa» (Chodat).

Nada em Portugal se pode comparar a este bosque de sombras perfumadas. Mas nalgumas encostas quasi inacessíveis da bacia do Zêzere ou do Algarve, revestidas de brenhas impenetráveis, onde, no fim do outono, os medronhos vermelhos brilham entre a folhagem escura, ou nas imensas charnecas de estevas cobertas na primavera de flores brancas e grandes como borboletas, só a lembrança das roças, das queimadas e outras destruições milenárias, pode corrigir a impressão de espontaneidade que dá este manto de arbustos, denso e uniforme como uma vestimenta primitiva das serras e das planuras.

Maior degredação ainda representa a *garri-gue*¹, associação aberta de ervas e arbustos roçados periódicamente e tosados pelo gado meúdo. Os vestígios da floresta apagaram-se por completo e o próprio solo aparece calvo em grandes extensões. Os terrenos calcáreos e, de um modo geral, pedregosos e secos, são favoráveis a êste tipo de vegetação. Alguns arbustos de fôlhas sempre verdes formam tufos rasteiros que raro ultrapassam um metro de altura: uma *Quercus* de porte anão (o carrasco), a oliveira brava, a aroeira, o lentisco, com o cortejo perfumado de *Thymus*, *Lavândula* e *Rosmarinus*. Nos solos úmidos ou francamente siliciosos, corresponde-lhe uma vegetação atlântica onde dominam os tojos acerados, as urzes e os fetos e codeços.

Antes destas devastações produzidas pelo homem estava o território português coberto de densas florestas. Ao Norte do Mondego e nas montanhas da Beira, predominavam as árvores de fôlha caduca da Europa oceânica, que também se encontram nas serras meridionais mais elevadas. No Sul havia florestas mediterrâneas de fôlhas sempre verdes. Muito reduzida pela cultura ou associada à exploração agrícola, esta vegetação não desapareceu por completo nem se alterou sensivelmente na sua repartição. Apenas se propagaram muito alguns *Pinus*, o pinheiro bravo ou *marítimo* e o pinheiro manso, o primeiro ligado à região atlân-

¹ *Mato baixo, charneca rasteira.*

tica e o segundo aos areais menos úmidos do Sul. Mas, ao contrário das florestas mediterrâneas onde não existem árvores de fôlha caduca, com estas misturam-se elementos de fôlha sempre verde, geralmente o medronheiro, que sobe até 900 metros de altitude. O sobreiro é vulgar aparecer isolado ou em tufos no meio de pinhais bravos, soutos e carvalhais. A azinheira é mais rara, mas vai ainda no Gerez até 1000 metros. Na região interior do Norte (Trás-os-Montes, Alto-Douro e Beira Trasmontana), abaixo dos planaltos da *Terra Fria* com matas de carvalhos e castanheiros, domina uma bela flora mediterrânea cultivada: é a *Terra Quente* dos afluentes orientais do Douro, com sobreiros, oliveiras, laranjeiras, figueiras e amendoeiras. A abrótea espontânea é mais um índice do clima da região.

Do pinheiro manso, árvore da beira-mar, há indícios de ter existido em povoamentos das dunas pelo menos até Aveiro, substituído hoje pelo pinheiro bravo, de grande poder invasor. No vale do Mondego baixo as sebes de silvas, dominantes no Noroeste, enlaçam-se já com piteiras e figueiras da Índia. O zambujeiro e o carrasco cobrem os cerros calcáreos da Estremadura, onde apenas se encontra o carvalho português.

Só ao Sul do Tejo e no Sueste da Beira a dominância dos *montados* de sôbro e azinho marca no revestimento arbóreo um tom mediterrâneo puro. Estas árvores nascem espontâneamente em tufos esparsos, nas terras de cultura ou matagal: a única intervenção do homem consiste em não as

destruir e limpar os pés de modo que cresçam afastadas umas das outras. Muitas vezes associadas, não tem todavia a mesma repartição: o sobreiro requiere alguma humidade oceânica, e por isso se encontra em todo o Norte, e predomina no Ribatejo e no Alentejo ocidental e alto; a azinheira acomoda-se a uma secura estreme e é exclusiva das baixas interiores, onde desce muito, durante o verão, a humidade relativa, e das encostas voltadas a Leste. As colinas e planícies do Algarve revestem-se de belos arvoredos mediterrâneos cultivados.

A distribuição em altitude dos elementos característicos da flora mediterrânea mostra que, à excepção dos mais exigentes, muitos podem alcançar zonas elevadas. A palmeira das vassouras, a cana, o loureiro, a alfarrobeira, as piteiras e figueiras da Índia, não ultrapassam 500 metros; mas, com os primeiros tufos de zimbro e relvados de cervum (*Nardus stricta* L.), até 1.700 metros na Serra da Estrêla, ainda se encontram as grandes urzes arbóreas. Seria, aliás, ocioso pesquisar os limites superiores de uma vegetação em grande parte destruída pelo homem. O único critério possível consiste em procurá-los nas culturas mais espalhadas e características: a vinha e, principalmente, a oliveira.

Pelo número, pela importância na fisionomia da vegetação, pelo largo repartimento no território, a flora mediterrânea mostra a larga influência que, através de um verão quente e seco, o clima sub-tropical exerce no conjunto da paisagem portuguesa: ao mesmo tempo, na degradação profunda

das suas associações primitivas, a luta milenária de uma civilização rural contra os matagais e florestas que por tôda a parte afogavam as clareiras da cultura.

Calamidades naturais. — Mais terrível do que êste combate onde se moldou a própria civilização, foi o ataque de flagelos naturais a que o homem assistiu quási sem defesa: as cheias, os tremores de terra e a endemia palustre, comuns a todo o mundo mediterrâneo.

«As oscilações do nível de águas dos rios portugueses contam-se entre a maiores conhecidas no globo»¹. A um caudal de verão muito reduzido no Sul, que às vezes permite passar a pé os rios mais importantes e seca por completo os menores e afluentes, opõem-se no inverno e na primavera cheias que podem alcançar 20 metros no Douro, 25 no Guadiana, e no Tejo alturas de 26 metros a montante das Portas de Ródão, 11 em Tancos, 7 em Santarém e ainda, na maior largura do estuário, meio metro em frente de Lisboa. Estas cheias estão ligadas à passagem de depressões sobre a Península, com chuvas muito intensas e concentradas, durante dias, que bruscamente fazem crescer e extravazar os rios.

Só os recursos técnicos modernos permitiram diminuir os efeitos desastrosos destas inundações, pela construção de valos de pedra ou de terra fixados pela vegetação. As obras de rectificação do

¹ H. LAUTENSACH, *Portugal*, t. 1, pág. 80.

curso do Mondego ou do Tejo, no século XVIII, encurtando o percurso do leito, tornaram-nas ainda mais violentas.

A subversão dos terrenos da margem dos rios, que no chamado Campo do Mondego e no Ribatejo transforma num imenso lago a planície aluvial e o terraço inferior, é o menor mal e com elle conta já a agricultura, semeando, depois das últimas cheias da primavera, num solo leve e rico. Piores são as enxurradas catastróficas que arrasam pedregulhos, levam a terra arável, abrem sulcos e semeiam de blocos os campos de cultura. Os progressos das arroteias, o desbaste das breñas que cobriam as encostas, as roças e queimadas de mato, abriram o caminho à erosão, ao empobrecimento do solo, ao afloramento de rochedos, que só a rearborização tenaz do último século vai em parte combatendo.

O terramoto de 1755 deu a Portugal um trágico relêvo na história das grandes catástrofes naturais: mas não foi único nem talvez o mais destruidor e violento que houve até então. O de 1858 fêz em Setúbal muitos estragos e vítimas; o de 1909 arruinou a vila de Benavente. Os sismos vêm, ao que parece, das profundidades oceânicas a Oeste da costa portuguesa e do golfo de abatimento que se abre entre o Algarve e Marrocos; outros tem origem no Ribatejo, deprimido entre falhas. A Estremadura, o vale baixo do Tejo e do Sado e o litoral alentejano e algarvio, são as áreas mais assoladas: não há aí quem, por mais de uma vez, não tenha sentido a terra tremer e as casas oscilarem.

O homem pode pouco contra esta força bruta e imprevisível. O reconhecimento das zonas mais abaladas, feito já entre nós com minucioso cuidado, tem afinal escasso valor prático. Os sismos desastrosos são raros e a gente guarda um invencível apêgo aos lugares. Apenas na reconstrução pom-balina da Baixa se procurou, por meio de uma armação interior de madeira, aumentar a elasticidade das casas, dando-lhes assim maior resistência aos abalos.

O mosquito transmissor do parasita das febres palustres desenvolve-se, durante os meses de temperatura média superior a 16°, nos charcos e águas represas. A rega de verão, a cultura alagada do arroz, a estiagem que interrompe o curso dos rios, favorecem a criação de anofeles durante a estação quente. Quási tôdas as regiões baixas do Sul, o Mondego inferior e o Douro oriental e seus afluentes, conhecem o sezonismo no estado de endemia mais ou menos grave.

Nas áreas de temperatura mais elevada e de humidade relativa alta durante os meses quentes, condições favoráveis ao grande desenvolvimento de anofeles, a doença toma feição particularmente perniciosa. Está neste caso o vale do Sado, «uma das regiões da Europa em que presentemente se observa endemia sezonática mais elevada e comparável ao que se passa em certas áreas da região tropical»¹. Lugares há onde 60 a 70% da popula-

¹ F. CAMBOURNAC, *Sôbre a Epidemiologia do Sezonismo em Portugal*, Lisboa, 1942, pág. 84.

ção está infestada e, embora a mortalidade seja baixa, o estado sanitário ressen-te-se do enfraquecimento que a doença provoca nos indivíduos mordidos pela febre. O Ribatejo e o Baixo Alentejo litoral aproximam-se destas condições.

No interior, a humidade relativa menos elevada diminui o número de anofeles; mas a carência de água faz com que êles piquem muitas vezes e a transmissão se realize com freqüência. No Mondego baixo, o carácter grave que o sezonismo por vezes reveste deve-se a um facto de ordem humana: os «ranchos» que vão trabalhar, no verão, nos arrozais do Sado, voltam no começo do outono infestados e exacerbam a doença. Já na Ria de Aveiro, apesar da cultura do arroz manter os anofeles em grande quantidade, o sezonismo é raro: porque a existência de numeroso gado estabulado faz com que os mosquitos, que preferem os animais, neles obtenham a provisão de sangue que necessitam, sem precisarem de picar o homem.

Condições naturais e humanas aparecem assim entrelaçadas. Os charcos que a seca provoca no verão, a temperatura elevada, a humidade relativa alta nas áreas litorais e baixa no interior, o desenvolvimento dos arrozais alagados, as migrações periódicas dos «ranchos» que nêles vem trabalhar, a escassez de gado estabulado, a vida ao ar livre, em cabanas mal protegidas ou em casas obscuras onde os anofeles gostam de permanecer durante o dia, parecem ser factores importantes do desenvolvimento ou da manutenção da endemia sazonal. Computa-se em cêrca de 70.000 o número de impa-

ludados: com 1^o/₁₀ da sua população, Portugal marca um ponto levemente carregado no mapa do sezo-nismo, a mais geográfica das doenças, porque é a mais ligada ao clima, ao regime das águas, às cul-turas, modos de vida e hábitos de trabalho das populações.

III—INFLUÊNCIAS DE CIVILIZAÇÃO

O contraste entre as serranias e fundos vales do Norte e os monótonos plainos meridionais condiciona duas vocações humanas. De um lado o isolamento e o localismo de uma população densa, ensimesmada e esparsa, onde apenas se inscreve uma forte acção histórica — a romana; do outro, caminhos fáceis e abertos, gente pouco numerosa em grandes núcleos afastados. Foi sempre aqui a larga porta de entrada de tôdas as influências culturais mediterrâneas: colonizações fenícias e gregas, reflexo da brilhante civilização bética de Tartessos, ocupação romana e árabe, que ambas caminharam do Sul para o Norte e no Sul deixaram um vinco mais profundo. Aí estão as ruínas das principais cidades e monumentos romanos e tiveram assento as povoações mouriscas mais ricas e prestigiosas.

A romanização manifestou-se em todo o território português por uma profunda transformação das paisagens e modos de viver. Ao povoamento das colinas da época castreja sucedem as *villas rusticas* — isto é, quintas — nas terras baixas, gemes de povoações maiores. A telha substitui na

cobertura das casas o colmo, a lousa ou o barro, e o ladrilho o chão de terra batida. A economia de montanha, com episódicas culturas de cereais nas encostas e larga utilização de produtos dos bosques, cedeu lugar ao aproveitamento intensivo dos bons solos da planura e do vale, com emprêgo regular do arado de madeira, que ainda se usa. Se não se introduziram plantas novas, desenvolveu-se o cultivo do trigo, da vinha, da oliveira, das árvores de fruto, — especialmente no Sul. Fixaram-se, pelas necessidades da tributação, os limites das unidades agrárias, que atravessam a alta Idade-Média, fraccionando-se apenas interiormente, para virem a formar ainda os quadros das freguesias da reconquista. Rasgaram-se estradas, que serviram até à construção das actuais de macadame, apesar do traçado rectilíneo mal adaptado ao relêvo. Surgiram indústrias — olarias, forjas, pedreiras, minas, salgas de peixe, tecelagem doméstica — umas novas, outras renovadas. E, como consequência dêstes moldes de uma produção regular, anima-se o trânsito, circula a moeda, estabelecem-se lugares de câmbio habitual. E, sobretudo, o latim apaga os velhos falares indígenas e dá a mais clara expressão de uniformidade do território.

Mas, para saber ao certo o valor que pode atribuir-se à acção romana em Portugal, convém reler esta página de síntese do seu mais minucioso arrolador:

«Como época do apogeu da civilização lusitano-romana poderá marcar-se, pelo menos para o Sul, o século II: é de então o templo romano de

Évora e a lei de Adriano dada ao *metallum Vipascense* [mina de Aljustrel]; dos fins do século I ou começos do II é a inscrição metrificada de *Pax Iulia* [Beja] e duas estátuas marmóreas de *Myrtis* [Mértola].

«Digo «pelo menos para o Sul», porque o Norte e certos territórios do Centro, por várias circunstâncias, algumas das quais já Estrabão indicou, e que em parte ainda existem hoje, foram mais lentos do que o Sul em receberem o jugo e influxo romanos, perdurando aí os elementos nacionais pelos séculos fora. A avaliar do que se conhece, não há, por exemplo, nada ao Norte do Douro que se compare ao luxo das termas de Milreu, às esculturas de Beja e Mértola, ao já citado templo de Évora, aos lindos espólios funerários do Algarve, do Alentejo e da Estremadura, ao esplendor do santuário de Endovélico, perto de Terena. Por outro lado, só ao sul do Tejo houve cidades que cunhassem moeda; só na riba direita dêsse rio, e entre êle e o Guadiana, o gôsto dos habitantes se comprouve de representações cénicas e de jogos circenses; nas inscrições meridionais lêem-se menos nomes bárbaros do que nas Septentrionais e nas da Beira; das margens do Sado era, ao que se crê, o escritor Cornélio Boccho.

Ainda assim, ninguém se iluda com o que digo. Pôsto que a acção dos romanos se estendesse tanto, que quasi não se anda uma légua em Portugal, sem que transpareçam indícios dela — ruínas, cerâmica, moedas... — a Lusitânia, principalmente a portuguesa, é dos países onde, com

uma ou outra notável excepção, a civilização romana deixou monumentos menos aparatosos e de menor importância»¹.

É ainda no Sul que se encontra a representação mais próxima do latifúndio romano: a *herdade* alentejana e o *monte*, corresponde à *villa* rústica, com a multidão de clientes e a organização complexa da lavoura. Mas aqui a invasão árabe, por ser mais recente, sobrepôs-se aos vestígios anteriores e contribuiu para que, de algum modo, se desenhe um contraste entre um Portugal mourisco, meridional, e um Portugal românico, setentrional. Românico, note-se, não porque o cunho romano aí tivesse sido mais impresso, mas porque o fugaz domínio árabe mal se fêz sentir.

Não se conhecem, ao Norte do Douro, nenhuns vestígios materiais da presença dos mouros e os nomes de lugar de origem arábica são pouco abundantes. O próprio vocabulário comum serve-se de palavras românicas para designar objectos, medidas, operações agrícolas que no Sul se exprimem por vozes arábicas. Em Trás-os-Montes diz-se *segada* e *decrua*, no Alentejo *ceifa* e *alqueive*. No Norte chama-se *rasa*, *libra*, *cântaro*, ao que no Sul se designa por *alqueire*, dois *arráteis*, meio *almude*; ali diz-se *cäleira*, *copos*, aqui *algeroz*, *alcatruz*. É certo que a reconquista e a apropriação do solo pelos novos senhores, des-

¹ J. LEITE DE VASCONCELLOS, *Religiões da Lusitânia*, III, 190-192.

cendentes da nobreza visigótica, cobriu de nomes germânicos o Norte do território; mas aqui a toponímia não pode servir de índice porque, se as terras mudarem de dono, permaneceram as unidades agrárias e a população de adstritos que as cultivava.

O Mondego pode considerar-se o limite entre as duas regiões assim demarcadas. Ao Sul dêste rio o domínio árabe foi mais duradouro e profundo, a reconquista mais tardia e lenta: aqui começa o Portugal feito já em parte pelos portugueses do Norte, que dêles tomou as instituições, os usos, a língua e algumas tintas de uniformidade.

Contraste de civilização, contraste de clima e de paisagens. Não será a similitude de ambiente, de ambos os lados do estreito de Gibraltar, que, de certo modo, explique porque os mouros cedo abandonaram a Galiza e os confins do Douro e se agarraram tenazmente ao rincão meridional?

Os árabes reforçaram o tom mediterrâneo que os romanos haviam começado a imprimir à agricultura. Introduziram plantas: a alfarrobeira, o limoeiro, a laranjeira azeda e porventura já uma variedade doce, talvez o arroz; desenvolveram a cultura da oliveira como se vê do nome que deixaram ao fruto e ao óleo extraído dêle; plantaram grandes pomares, sendo afamados os do Algarve e dos arredores de Évora, os figos e uvas daquela província, as maçãs enormes de Sintra; e, sobretudo, com a técnica do regadio, de que talvez aproveitassem alguns ensinamentos peninsulares mas, em todo o caso, desenvolveram extraordiná-

riamente, criaram no âmbito das principais cidades nova forma de exploração intensiva e minuciosa. Com pequena diferença nos produtos cultivados, algumas *hortas* dos arredores de Silves, Faro, Setúbal ou Lisboa, repetem, com suas noras, canais de rega, talhões de legumes ou pomar, as práticas do tempo dos mouros.

Esta influência sobreviveu à Reconquista, por meio dos cristãos arabizados ou *moçárabes*, tão numerosos em Coimbra por exemplo, ou dos mouros que se submeteram e permaneceram nos lugares cultivando a terra e exercendo pequenos mes-teres: os *mouros forros* ou livres dos arredores de Lisboa. É ainda um nome de origem árabe, *saloio*¹, que designa o agricultor rotineiro e minucioso do termo da capital; e muitas palavras da língua comum, relativas à vida do campo², mostram como foi intensa e profunda a acção de um povo que, na orla do deserto, aprendeu a vencer a escassez de chuvas com a escolha de plantas apropriadas e um engenhoso aproveitamento de águas.

Para além destas duas influências históricas

¹ Habitantes do campo, por oposição à cidade.

² Lembram-se alguns, entre dezenas de exemplos: nomes de plantas — *alface*, *arroz*, *açucena*, *alecrim*, *alfazema*; de frutos — *alfarroba*, *azeitona*, *laranja*, *limão*, *romã*, *tremoço*; de práticas agrárias — *alqueive*, *ceifa*, *saфра*; de instalações e utensílios de rega — *albufeira*, *açude*, *alcátruz*, *nora*; de moendas — *azenha*; de pesos e medidas de produtos da terra — *arrá-tel*, *arroba*, *alqueire*, *almude*.

razoavelmente conhecidas, seria do maior alcance procurar os substratos mais remotos de uma unidade de civilização agrária mediterrânea, de que a romana e a árabe em parte já procedem. Mas aqui entra-se num domínio conjectural e impreciso que a Arqueologia e a Filologia mal vislumbra. O que deve aos celtas a economia dos nossos campos do Norte? Qual era a vida material dos lígures que, com vária fortuna, aparecem e se ocultam nos alvares da Proto-história mediterrânea? Que relações há entre os habitantes pre-romanos da Península e da Mauritânia e os seus modos de possuir e trabalhar a terra? Eis um vasto terreno a desbravar: até lá é um emaranhado matagal de conjecturas, por onde seria perigoso a um forasteiro aventurar-se.

IV — ECONOMIA E VIDA AGRÁRIA

A agricultura é o aspecto dominante da economia portuguesa. Se lhe juntarmos a criação de gados e os arvoredos, os produtos da terra alcançam, em tempos normais, $\frac{4}{5}$ do valor da actividade económica e entram em $\frac{3}{4}$ das exportações. A gente que vive destes trabalhos é pouco menos de metade da população total.

Os traços essenciais da agricultura portuguesa têm o cunho do Mediterrâneo: o predomínio dos cereais, entre estes o trigo e o milho, a importância das culturas arbustivas e arbóreas, a extensão das áreas de regadio e a preponderância do gado

miúdo. Nem todos são comuns à extensão do território ou coexistentes na mesma região; mas procedem de análogas influências naturais ou exprimem idênticas necessidades económicas. Do mesmo modo, o regime de propriedade não se exime à extrema fragmentação ou às tendências latifundiárias, duas taras mediterrâneas que fazem oscilar a cultura entre uma quási jardinagem e uma exploração extensiva, com baixos rendimentos e longos pousios relvados.

Os campos e os cereais. — Campos, prados e matas, peças distintas e separadas da ocupação do solo na Europa média, aparecem aqui misturadas ou até confundidas por insensíveis formas de transição. As florestas primitivas, degradadas em matagais e charnecas, desaparecem quási por completo: neste manto de arbustos, a derrubada e a queimada abrem clareiras que, depois de uma ou duas searas, voltam ao bravio primitivo. Apenas as matas nacionais, vistas com maus olhos pelo homem do campo a quem roubaram extensões de mato e pastagem, se desenvolvem protegidas por um regime legal e por uma guarda própria. Os prados, isto é, culturas regadas de ervas de pasto, têm uma repartição limitada ao Sul pela linha do Mondego — Serra da Estrêla, e, na maior parte, transformam-se em campos de milho no verão. As árvores cultivadas admitem geralmente cereais intercalares; o montado sub-espontâneo ponteia a vastidão ondulada das searas meridionais. As plantações arbustivas e arbóreas contam-se entre

os cultivos mais exigentes de minucioso e repetido trabalho.

Da maneira como se combinam êstes elementos e as necessidades económicas a que êles correspondem resultam vários tipos de campos.

Pode definir-se um campo como uma unidade de exploração agrária essencialmente destinada a produzir cereais de pão; subsidiariamente, como culturas de rotação ou intercalares, semeiam-se na mesma terra cereais de pasto e alimento do gado (cevada, aveia), grãos para o sustento dos homens (feijão, grão de bico, fava) e animais de trabalho (fava), para estrume (tremoço) e, nas terras regadias, batatas.

Os campos imprimem o traço mais vigoroso da paisagem agrária portuguesa. «Se o pão, o vinho e o azeite formam a trilogia da alimentação nos países mediterrâneos, aos cereais, que constituem a base tradicional da nossa exploração agrícola, cabe de direito nessa trilogia o primeiro lugar» (Amorim Girão). O cereal acompanha por tôda a parte as instalações humanas, no vale, na planura, na encosta ou na montanha, onde ultrapassa de 500 metros o limite do povoamento¹.

Apenas o trigo, o milho e o centeio se contam hoje entre os cereais panificáveis; mas a Idade Média conheceu os pães *terçados* e *quartados*, em que entravam farinhas de trigo, centeio, cevada e milho miúdo.

¹ À roda de 1:100 metros na Peneda, Barroso, Montemuro, ao passo que o centeio sobe a 1:650 na serra da Estrêla.

Até ao século xvi, cultivavam-se cereais de inverno—trigo, centeio, cevada, aveia—e de verão—milho alho, milho miúdo, ou simplesmente milho, e painço. Todos de sequeiro, exigiam terrenos enxutos e lisos, onde o arado manobrasse com facilidade. Os fundos húmidos dos vales constituíam as hervagens, prados ou lameiros, reservados para pasto.

Com a introdução do milho grosso, oriundo da América, appareceu um cereal de regadio, tratado por processos culturais muito diferentes, cuja originalidade se estudará no capítulo seguinte.

A área dos três cereais de pão é calculada em 1.140.000 hectares, de que cabem 48% ao trigo, 38% ao milho e 14% ao centeio. No conjunto, mais de um têtço (34%) da superfície agrária total¹ e de 12% da área do país. Há 70 anos, as proporções eram muito diversas: 49% para o milho, 26% para o centeio e 25% para o trigo. O trigo, cereal de civilização, vai suplantando os outros: mas cada um conserva a sua área própria. O Alentejo e a Estremadura produzem 86% do trigo; o Minho e a Beira Alta e Litoral 66% do milho; Trás-os-Montes e a Beira interior, 53% do centeio, cada vez mais confinado a regiões muito rústicas, especialmente montanhosas, que não comportam, pela pobreza do solo ou pelo rigor do clima, searas mais exigentes.

¹ Culturas arvenses e hortícolas, vinha, oliveira e outras árvores de fruto.

As condições naturais em que se faz a mais espalhada de tôdas as culturas variam muito, e também os processos que requerem por um lado os cereais de pravana, trigo e centeio, por outro o milho.

Na área húmida do Noroeste, rica de águas, em terras regadas que no inverno dão pastagem, o milho adaptou-se a uma forma de exploração que já existia antes. Daqui um tipo muito especial — o *campo-prado* —, essencialmente atlântico porque confinado à região das chuvas abundantes e do verão curto.

O Nordeste trasmontano ou interior e a maior parte do Sul, com cereais de sequeiro, conhecem outro tipo de campo, vasto, sem muros, sebes, renques de árvores ou qualquer forma de divisão que impeça o trânsito livre dos homens e dos gados. São os *campos abertos* sujeitos ao afolhamento e à decorrente economia pastoril.

Este regime anda ligado a causas naturais e sociais complexas: relativa carência de chuvas e pobreza do solo, relêvo pouco vincado, planaltos ou planícies onduladas onde os solos fornecem vastas extensões contínuas, grande propriedade ou grande exploração, que permita levar a isto os trabalhos agrícolas e juntar grandes rebanhos. A cultura de cereais — centeio no Nordeste, trigo e centeio no Sul, toma feição extensiva, precedida no inverno de uma lavoura funda preparatória (*decrua, alqueive*) e seguida de um pousio mais ou menos longo. Portanto, a área em exploração está dividida em parcelas (*fôlhas*), sujeitas alter-

nadamente a estas operações culturais. Com o pousio desenvolve-se a vegetação sub-espontânea e nas relvas dêles, dos alqueives e no restôlho do cereal ceifado, encontram os gados o pascigo.

Tentei, ao Norte do Tejo, reconstituir o quadro das instituições comunitárias, hoje decadentes ou extintas, a que esta forma de exploração anda ligada: aldeias aglomeradas, rebanhos que juntam o gado de todos, afolhamento obrigatório com as parcelas em cultura sempre reunidas, interdição de tapar as terras e servidão dos pastos comuns, auxílio mútuo nas fainas agrícolas sujeitas a forte disciplina colectiva, aqui e além autoridade de um *conselho* de vizinhos e distribuição periódica de *sortes* para seara. A comunidade rural, em Trás-os-Montes, que agrupa a exploração 'dos campos da aldeia, corresponde aos grandes senhores de terra do Alentejo ou do Sueste da Beira ¹, com análogas conseqüências: a exploração em grande baseada no cereal e no rebanho. Com uma importante diferença também: a aldeia semeia para se alimentar, o grande proprietário para vender. Daí a redução dos pousios do Norte, favorecida também pela maior quantidade de chuvas, cuja carência, no Sul, obriga a mais longo repouso da terra. Ao *afolhamento bienal*, característico de Trás-os-Mon-

¹ Aqui, como mostrei noutros trabalhos, interferem os dois sistemas e, sobre o latifúndio, pesavam servidões e limitações de posse, com importantes direitos de fruição pelos vizinhos da aldeia.

tes, com a alternância de cultura-pousio, sucede, no Sul da Beira, o *afolhamento trienal*, com dois anos de pousio que, no Alentejo, chegam a durar cinco ou sete.

Nesta duração dos pousios se deve procurar a causa de uma importante distinção entre os *campos limpos*, isto é, sem árvores, do Norte, e os *campos arborizados*, que começam ao Sul da Serra da Gardunha com montado ou olival. O *afolhamento* bienal comporta apenas um pousio curto, cortado pela lavoura do alqueive. Todo o terreno tem de ser aproveitado para cereal e pastagem, sem que os arvoredos embarquem o arado ou o rebanho. No *afolhamento* com pousios mais longos, o arvoredo é a única forma de compensar o baixo rendimento da terra: dá o fruto (oliveira), a casca (sobreiro), os ramos para lenha, e alimenta, com a bolota (azinheira, sobreiro), as varas de porcos criados em regime pastoril, que o Norte desconhece. Mas, mesmo na região dos campos arborizados, em terras mais férteis — os barros de Beja por exemplo — ou no âmbito das povoações principais, com searas bem adubadas e cultura mais cuidada, aparecem grandes peladas, porque a sombra dos arvoredos prejudica o amadurecer do cereal.

Na orla marítima, ao Sul do Mondego, começam a ver-se os campos abertos, que são a regra nos arredores de Lisboa. Limpos de arvoredo, revolve-os todos os anos o ferro da charrua, bem adubados, com culturas de leguminosas para alimento (fava, grão de bico) ou para estrume (tre-moço), alternando com cereais de praga e milho

de sequeiro. Distinguem-se dos campos afolhados do Sul e do interior pela supressão do pousio, por não servirem necessariamente de terrenos de pastagem, que os rebanhos procuram nas charnecas maninhas, e por não seguirem nenhum afolhamento regular. Em regiões de população densa, os métodos de cultura procuram, multiplicando as lavradas fundas e aumentando a adubação, que a terra produza sempre e mais de uma colheita por ano. Podem designar-se por *campos abertos sem pousio*.

Os *campos fechados* por muros ou sebes andam ligados a complexas e múltiplas causas naturais e sociais. Fechar um campo é maneira de o resguardar de gente e gados estranhos e, portanto, expressão de uma economia individualista ou, melhor, familiar. Mesmo na região dos campos abertos, a usança era de *tapar* terrenos de pasto mimoso, de horta regada, de vinha ou olival, com que a comunidade nada a tinha a ver. Mas um muro ajuda a sustentar a terra e, nos declives, não é mais do que um socalco, havendo entre ambos tôdas as transições possíveis. Fechado o campo acima e abaixo, por necessidade da própria cultura, pouco custa completar o circuito. Por isso eles andam muito ligados às regiões onduladas e abundantes de pedra, sendo raro, em terrenos calcáreos, encontrar campos abertos. O muro nasce às vezes insensivelmente dos blocos maiores de que se desembaraça o terreno nas primeiras surribas. As sebes ou renques de árvores correspondem mais claramente à manifestação de um uso ou de um propósito. Em todo o caso, vedações com arbustos espinhosos

(silvas, gilbardeira) no Norte, ou sebes de piteiras e figueiras da Índia, no Sul, resguardam, tal como os muros de pedra sôlta, solos parcelados, descontínuos pelos afloramentos de terreno estéril, de matagais, de bosques, de areias, que dividem a terra arável em fragmentos esparsos, no *puzzle* tão característico do cadastro mediterrâneo. • Daí a coexistência dêstes *campos fechados de sequeiro* e de *campos abertos sem pousio* na mesma região.

Terra regada, terra muito produtiva, terra fechada, são cousas que andam geralmente a par. Por isso os campos-prados do Noroeste são vedados por árvores, as quais não só dividem como servem de complemento a uma economia que realiza, em espaço exíguo, o milagre da variedade.

Apesar da importância do cereal de pão na economia agrária, o rendimento de trigo por hectare (802 quintais) coloca Portugal no penúltimo lugar dos países mediterrâneos europeus, só acima da Grécia (724 q.) e de territórios mediterrâneos da Ásia e da África, mas abaixo da Itália (1349 q.), da Jugoslávia (1103 q.), da Albânia (1072 q.), da Espanha (908 q.) e da Turquia (832 q.). Por isso, corrigindo quem quer ver na intensificação da cultura de cereais o remédio salvador, voltam-se os olhos de alguns economistas para os produtos das culturas arbustivas e arbóreas, aliás já largamente representados na nossa economia tradicional. A incerta migração característica do limite climático que atravessa o território português torna a cultura de cereais de sequeiro aleatória e oscilante, como são oscilantes a quantidade e a época do ano

em que a chuva cai. As plantas lenhosas têm outras defesas. Em quasi todo o Algarve propriamente dito ¹, o cereal acomoda-se, como cultura subsidiária, entre as figueiras, alfarrobeiras e amendoeiras, que fornecem aos homens alimento, riqueza e comida para o gado. Semeia-se nalguns pontos no olival e na vinha, principalmente na Estremadura e no Ribatejo. São os *campos intercalares*, que estabelecem a transição para as plantações de árvores e arbustos ².

Culturas arbustivas e arbóreas. — Uma distinção importa estabelecer entre matas, arvoredos esparsos e plantações de árvores, às quais se podem juntar as de arbustos.

As *matas* não admitem nenhuma cultura entre as suas árvores densas; associações espontâneas ou sub-espontâneas, tomam, quando semeadas, o

¹ Isto é, com exclusão da *Serra* de xisto.

² O seguinte quadro resume os principais tipos de campos que ocorrem em Portugal:

campos abertos . .	{	afolhados . {	limpos . .	} cereais de sequeiro
			arborizados.	
		{	sem pousio	
campos fechados. .	{	de sequeiro		} milho regado
		campos-prados.		
campos intercalares				cereais de sequeiro entre culturas arbóreas e arbustivas.



aspecto bravo e natural. Estão neste caso os bosques de fôlha caduca do Norte e de coníferas da área atlântica e do litoral. Ligados às chuvas abundantes e a humidade relativa elevada, mesmo durante o verão, têm a área própria em regiões que escapam à dominância do clima mediterrâneo. No Sul, à parte os pinhais, e nas terras baixas interiores, são muito raros. Aparecem então os *arvoredos esparsos*, em regra sub-espontâneos, que o homem obtém eliminando certo número de pés quando procede à cultura dos campos onde os deixa medrar. O montado alentejano é a forma mais característica. No conjunto, verifica-se a oposição entre as terras mediterrâneas, desarborizadas, e as atlânticas, com bosques de folhagem densa, que recordam já a Europa média, e enormes áreas de rumurosos pinhais.

O aproveitamento dos produtos florestais na alimentação é comum a ambas as regiões. Com a lande faziam pão os lusitanos; a decadência da castanha, nas terras montanhosas, foi compensada pela expansão de culturas novas—o milho e a batata; no Alentejo, a bolota doce da azinheira tem vários usos alimentares e, nos anos maus, era ainda de consumo geral entre gente pobre, no século XVIII; no Algarve, como no Magrebe, o figo sêco é um grande alimento. Tudo isto concorre com o pão, e lhe atenua a escassez em tempos de crise. É do fruto de uma árvore que se extrai a principal gordura e com o de um arbusto se prepara a bebida fermentada. As árvores e arbustos tiram, aliás, melhor partido do solo e do

clima que os cereais, mais exigentes e sensíveis. As raízes penetram fundo e aproveitam a humidade do sub-solo; agarram-se bem nas terras pedregosas e nos grandes declives; uma vez a produzir, fazem-no por muito tempo, sem imobilizar uma parte da colheita na incerta sementeira de todos os anos. Daí a larga expansão das *plantações de árvores e arbustos*, parte essencial do esforço agrário e não simples recurso complementar, como as fruteiras que ensombram a periferia das povoações da Europa média.

A área ocupada em Portugal por vinhedos, olivais e árvores de fruto é de 880.000 hectares, 26% da superfície agrícola e cerca de um décimo da do país: 42% desta área pertencem ao olival, 39% à vinha e 19% às árvores de fruto.

Se a variedade brava da oliveira ou *zambujeiro* cresce de preferência em terrenos calcáreos, a planta cultivada dá-se hoje em todos os solos, mas não é indiferente ao clima. Teme-se das geadas, dos nevões, dos estios húmidos e dos ventos fortes da beira-mar; requiere invernos moderados, chuvas abundantes na estação fria, temperatura não inferior a 18° durante a floração, estio quente, seco e prolongado. A oliveira tem um limite em altitude, que parece andar entre 600 e 800 metros, e embora o homem consiga, graças a especiais condições de abrigo e exposição, fazê-la subir na montanha, e a cultura a tenha levado, em grupos pequenos, a regiões que naturalmente lhe são pouco favoráveis, ela constitui ainda o melhor índice do clima mediterrâneo. Mas serão as regiões

de cultura mais antiga e mais densa, as grandes áreas de plantação, que poderão demarcar-se como abrangidas pela dominância dêste tipo climático.

A oliveira conta-se entre as poucas plantas cultivadas de origem mediterrânea e a sua difusão é muito antiga. Era conhecida, no Ocidente da Ibéria, antes da conquista romana: Estrabão fala de olivais no Ribatejo, mas não os haveria muito para Norte, porque os lusitanos em vez de azeite serviam-se de manteiga.

Entre os visigodos, a multa em que incorria quem cortasse uma oliveira mostra que esta era a mais apreciada das árvores de fruto. Apesar do que a cultura deve aos árabes, a propagação dela, feita do Sul para o Norte, não se generalizara ainda às margens do Mondego no começo da monarquia. O geógrafo Edricí fala da fertilidade dos campos de Coimbra, de «vinhedos e pomares de macieiras, cerejeiras e ameixieiras» com suficiente pormenor para também ter mencionado olivais se os houvesse importantes. Parece que nos séculos seguintes se cultivariam em larga escala apenas no Sul, Estremadura e Alentejo, regiões onde os mouros demoraram por mais tempo. Os monges de Alcobaça plantaram de olival as encostas calcáreas dos seus Coutos. No fim do século xiv, já o azeite é dado como o principal produto dos arredores de Coimbra. No século xvi, o ponto mais setentrional onde havia olivais de grande rendimento crê-se ter sido Aveiro; êles rareavam na maior parte da Beira e em todo o Norte. No Minho, a propagação da árvore, ainda

assim recente e escassa, anda ligada à grande transformação agrária operada quando se introduziu o milho grosso: cultivado êste nas terras fundas e regadias, até aí reservadas para pastagens, foi o azeite chamado a suprir a escassez de gorduras animais que a decadência da criação de gado bovino provocou.

Foi no último século que a oliveira se generalizou a todo o país. Na orla do rio Zêzere, nas serras da Beira, em terras de xisto, guarda ainda a feição de uma cultura nova, feita com minuciosos cuidados, bem estrumada, junto do homem, nos quintais entre casas ou à roda das povoações, em manchas que ponteiam vastos ermos de charneca ou de pinhal.

Só então o uso do azeite chegou a tóda a parte, como condimento hoje inseparável da cozinha popular, acompanhando, para tempêro, o emprêgo cada vez maior da batata e do peixe sêco na alimentação. Acrescente-se o azeite da candeia, chamado ainda na outra guerra e nesta a substituir o petróleo na iluminação, o consumo de azeitonas curtidas, que no Sueste da Beira e no Alentejo entra de obrigação nas *comedorias* pagas em gêneros aos trabalhadores rurais e, principalmente, o desenvolvimento da indústria das conservas de peixe, grande cliente de azeite fino. Não admira que, dada a irregularidade da produção, Portugal importe azeite e óleos coloniais, que já concorrem com êle nas cidades.

Por causa desta procura cada vez maior, a oliveira não só acompanhou os progressos gerais

do povoamento e da agricultura no último meio século, como ainda o fez com incremento muito particular. Assim, a área coberta de olival aumentou 85 % entre 1874 e 1834, enquanto a superfície cultivada total aumentou 70 %, e a da vinha 68 %. O número de oliveiras ultrapassa hoje 40 milhões, numa área de 370.000 hectares, cêrca de 11 % da superfície agrícola. A produção, muito oscilante, foi de 73,5 milhões de litros em média nos últimos cinco anos conhecidos (1937-1941; máxima 1941: 100 milhões, mínima 1940: 38,3).

A cultura levou a árvore a tôda a parte e acomodou-a a todos os solos e climas: mas é visível a preferência dela pelos calcáreos e regiões quentes resguardadas de ventos do mar. As suas áreas mais importantes são, do Norte para o Sul: o vale do Douro e do Tua (Terra Quente transmontana), a bacia do Mondego, o Sul da Beira Baixa, os relevos calcáreos da Estremadura central, o Norte do Ribatejo, o Alentejo, excepto as áreas mais costeiras e meridionais e, em especial, a bacia do Guadiana; tôdas regiões de chuvas primaveris abundantes, de inverno moderado, de verão quente, sêco e longo, e de outono luminoso e tépido.

A Estremadura, com o Ribatejo, e o Alentejo, produzem 60 % do total. Aí principalmente o olival forma enormes plantações alinhadas, associado a cereais e beneficiando das lavouras dêstes, a vinhedos, ou sòzinho em encostas declivosas que não suportariam outra cultura. No maciço de Pôrto-de-Mós abrem-se à broca covas no calcáreo, lança-se-lhes um pouco de terra, estrume e pedra

triturada, e a estaca da oliveira entraíza e medra no solo criado pelo homem. Nas cristas quartzíticas da Beira Baixa e nos vales fundos da Cordilheira Central, só há poucos anos se romperam as encostas até então revestidas de matos bravios. Cada árvore tem ao pé um murinho de pedra sôlta para sustentar a terra, que as enxurradas nem sempre respeitam. Vistas de longe, são como um ponteadado geométrico e denso que sublinha tôdas as ondulações do relêvo. A oliveira acomoda-se bem às encostas cascalhentas e aos solos soltos, pedregosos e íngremes; e é muitas vezes por subidas ínvias que, em milagres de equilíbrio, se transporta a azeitona.

Última das grandes culturas mediterrâneas a difundir-se entre nós, a sua expansão não terminou. Além dêstes olivais recentes há inúmeras árvores plantadas na orla dos campos, esparsas entre quaisquer cultivos, ao pé das casas, à beira de caminhos, no adro das igrejas, e até algumas se podem ver ainda no coração de Lisboa, em quintais das íngremes encostas da Graça e do Monte, derradeiros restos dos olivais que, no século xvi, coroavam graciosamente as colinas da cidade, e D. Manuel mandou arrancar, numa preocupação de urbanismo tão dendroclasta que até parece dos nossos dias. A bem dizer, só a detêm a altitude e os ventos húmidos e impetuosos do litoral. Por tôda a parte, com o tronco contorcido e às vezes roído da cárie, com a fôlha miúda e prateada à luz do entardecer, na sombra protectora dos seus ramos simbólicos, a oliveira exprime, como nos tempos

bíblicos, a rústica paz das almas e a fecundidade sagrada da terra.

A cultura da vinha, que as necessidades do rito católico levaram até à Irlanda, na alta Idade-Média, e a colonização ibérica implantou na América tropical, é hoje menos caracteristicamente mediterrânea do que a da oliveira por causa da enorme expansão que tomou. Mais capaz do que esta de resistir ao frio, à humidade, aos ventos mareiros, ultrapassa em tôda a parte consideravelmente o domínio do olival.

A vinha estava confinada ao Sul da Península antes dos romanos; é provável que êstes contribuissem muito para a sua difusão e os mouros continuaram-na para consumo de uvas e passas. Entre nós, os vinhedos eram já vulgares, em glebas especiais a cada passo mencionadas nos documentos do Noroeste, nos primeiros tempos da Reconquista. Talvez então a cultura se tenha alargado. No comêço do século XII, era das mais importantes nos arredores de Coimbra; e poucos são os forais posteriores, de qualquer região do país, que não mencionem vinhas ou o produto delas. Por isso, alguns séculos depois, o direito de *relêgo*, que dava a prioridade de venda ao vinho do Rei, constituía, por tôda a parte, um dos grandes rendimentos da coroa. Com as frutas e o sal, coube-lhe importante papel nas exportações medievais.

Os vinhedos ocupam hoje um lugar de relêvo na nossa paisagem agrária. O limite em altitude, de 800-900 metros nas montanhas do Norte e mais

de 1.000 na Cordilheira Central, faz com que, à excepção dos planaltos cimeiros da Peneda, do Barroso e do Montemuro, rara seja a aldeia que não possua vinhas no seu âmbito cultivado. Foi a vinha o principal incentivo para se arrotearem terras pobres, declivosas ou areentas. No Douro, em encostas que até aí só davam mato bravia, começou, no século xvii, a levantar-se a escadaria de *geios* ou socalcos destinados a sustentar a terra, em parte criada com a rocha moída e cabazadas de estrume—a mais vasta e imponente obra humana do território português. O vinhedo de Colares, abrigado dos ventos do mar por detrás das sebes de caniço, estende-se sobre a duna e até à borda da arriba. No século xix, romperam-se charnecas e secaram-se brejos na Península da Arrábida para pôr uma das maiores vinhas do mundo.

Os areais e as encostas prestam-se bem ao cultivo da vinha e difficilmente suportariam outro; mesmo em terrenos pobres, o rendimento é sempre compensador.

As exigências de mão de obra, nos trabalhos que trazem o homem à roda da cepa durante dois terços do ano, confinam a cultura a áreas assaz povoadas e reduzem-na muito nas regiões de grande extensivo de cereais. No Alto Douro, aco-dem à vindima grandes *rogas* de gente das pobres serranias que o rodeiam. Nas vertentes xistentas deste rio, nas colinas da região de Tôrres, em vastos plainos do Ribatejo, os vinhedos chegam a constituir uma paisagem de monocultura rara em Portugal.

A vinha ocupa hoje uma área de 344.000 hectares, 10 % da superfície cultivada. Com 785 milhões de litros por ano ¹, Portugal é o quinto país produtor de vinho do mundo; êle representa cêrca de um quarto no valor das exportações antes da guerra e o *Pôrto* é certamente o produto do nosso solo que logrou mais universal celebridade.

Desta produção, 74 % pertencem aos vinhos maduros, 18 % aos verdes e o resto aos generosos. Os primeiros e os últimos obtêm-se em vinhas baixas, com as cepas em longos renques alinhados, submetidas a um porte artificial por podas e torções dos ramos; é o processo usual no Sul. O bardo, vulgar no Douro, consiste em fios de apoio que permitem apenas a expansão lateral dos ramos; na latada ou parreira, o arbusto cresce em altura e os ramos desenvolvem-se e ensombrarem decorativamente caminhos e quintais, sistema que concorre com todos os outros, embora seja mais vulgar no Norte. A *vinha de enforcado*, característica da região atlântica de entre Minho e Vouga, deixa a planta entregue ao seu desenvolvimento natural: e a vide, como um cipó, que é na sua forma espon-tânea, enrola-se nos troncos, enlaça os ramos e confunde as parras com a folhagem da árvore que lhe serve de suporte (*uveira*).

Não é conhecida a origem desta prática, confinada hoje apenas à Itália e a Portugal. A vide, assim disposta, não forma plantações e alinha-se na orla de campos e caminhos.

¹ 1937-1941.

No Noroeste, os documentos da Reconquista, que falam de *vineas* em glebas distintas, parecem excluir as uveiras; mas, na comarca de Riba Douro, em 1372, já o mais do vinho que se colhia era das videiras enlaçadas nos ulmeiros. É provável que o processo se tenha generalizado quando parte das vinhas das encostas se transformou em campos de milho¹. A vinha de enforcado existe também no vale do Zêzere e terras de xisto próximas, e dá aí um vinho muito leve, picante, perfumado, côr de bago de romã. Em região tão arcaica como esta, pensa-se logo na sobrevivência de velhos usos.

Seja como fôr, duas áreas se distinguem na viticultura portuguesa: uma abrange as terras ao Sul do Vouga, e a Terra Quente do Douro e dos seus afluentes menos ocidentais — a dos vinhos maduros e generosos; outra, cobre o Noroeste atlântico, com o Douro inferior e os vales do Tua e do Paiva, e ilhas na Terra Fria trasmontana (Miranda por exemplo) e nas serranias do Zêzere. O travo ácido e picante dos vinhos verdes ou quâsi verdes, feitos de uvas mal amadurecidas durante estios já húmidos, guarda a débil lembrança de outras bebidas fermentadas, como a cidra e a cerveja, que a expansão da vinha suplantou.

A cultura das árvores de fruto faz-se por tôda

¹ Não me parece de aceitar a opinião de ALBERTO SAMPAIO, *Estudos Históricos e Económicos*, tomo I, pág. 114, que atribui à legislação do século XVIII a morte da vinha baixa no Noroeste. No fim dêsse século, segundo LINK, a vinha de enforcado era a única de uso corrente.

a parte, desde os agrumes (laranjeira, limoeiro, tangerineira, cidreira) das terras baixas e abrigadas, até ao castanheiro dos planaltos e montanhas. Mas, em tufos ou em pés isolados, aqui e além em pomares mais extensos, é sempre escassa a importância dêste elemento na paisagem agrária. Não assim no Algarve: na planície e no sopé dos cerros calcáreos e dos relevos de xisto, amendoeiras, figueiras e alfarrobeiras cobrem o chão em tal quantidade que, vistas de um ponto alto, parecem antes uma mata espontânea e densa do que uma cultura onde o homem intercala o cereal, as favas e as ervilhas. Cerca de quatro quintos do solo estão assim cobertos. As frutas continuam aqui uma tradição que vem dos mouros: elas constituíam, no fim da Idade-Média, o principal movimento dos portos algarvios.

Apenas o tracto mais oriental do Alto Douro se pode comparar ao Algarve: aí alternam a oliveira e a amendoeira nos socalcos das íngremes vertentes de xisto. Nesta região muito quente, muito sêca, e abrigada, também as brancas flores da amendoeira lembram, no fim do inverno, a neve que não chegou a cair.

Regas e culturas de regadio. — Os cereais de inverno, semeados com as primeiras chuvas de outono e ceifados com os primeiros calores de verão, as árvores e arbustos com raízes que procuram fundo a humidade do solo, constituem o grande grupo das *culturas de sequeiro*, uma das maneiras de vencer a aridez dos estios mediterrâ-

neos. A maior parte das sementeiras de milho, o arroz, os legumes, os pomares de laranjeiras e limoeiros, os prados, não dispensam a rega artificial e constituem o conjunto das *culturas de regadio*.

Podem distinguir-se na prática da irrigação artificial duas modalidades: uma destina-se a intensificar a produção mas, em rigor, poderia dispensar-se — a *rega de abundância*; outra, a corrigir as condições do clima e sem ela seria impossível obter certos produtos — a *rega de carência*. A primeira é o prolongamento da acção da Natureza, a segunda uma vitória sôbre ela. Num caso estão os *prados* destinados a pastagens ou à produção de feno, regados também na Europa média; no outro, os campos, hortas e pomares, regados, especialmente durante o verão, nas regiões mediterrâneas.

Não é fácil calcular a área irrigada em Portugal¹. Separam-se perfeitamente dois tipos de regadio. Um, que ocupa muito maior extensão, abrange os campos de milho estival, que dão pasto no inverno, os batatais e os *lameiros* da borda dos rios ou das encostas dos montes. Está confinado à região de maiores chuvas, onde o verão é mais

¹ MENEZES PIMENTEL, «Regiões pluviométricas do continente português» in-*Boletim da Direcção Geral da Agricultura*, XII, 1915, n.º 6, calcula-a, de maneira arbitrária e pouco clara, em cerca de 9 a 10.000 km², mais de um décimo da superfície total e quasi um quinto da superfície cultivada; cómputo manifestamente exagerado!

curto; a água brota por tôda a parte ou é trazida por cursos de água que não chegam a secar na estiagem. É fácil extraí-la do sub-solo, guiá-la pelos socalcos dos montes ou eleva-la dos rios aos campos e prados das margens. As instalações de rega são muito rudimentares mas a área regada abrange a maior extensão da superfície agrária. Na estreita dependência do clima que a favorece, esta rega de abundância é uma forma de economia atlântica. Embora aproveite à produção do milho, aparenta-se com os tipos da Europa média porque, na origem, se destinava apenas aos prados, onde este cereal se propagou, intercalando-se na cultura de ervas de pasto.

O outro tipo é essencialmente mediterrâneo: compreende os arrozais, os pomares de agrumes e as hortas, que todavia ocupam no conjunto da superfície agrária quási sempre área muito limitada. Faltam, além disso, entre nós, grandes instalações comparáveis às *huertas* do Levante espanhol, com a captagem dos cursos de água por meio de barragens, os complexos regulamentos de distribuição das águas; e nunca se regam, como ali, cereais de inverno. Dentro da agricultura de feição mediterrânea, esta é dada principalmente pelo largo predomínio do *sequeiro* sôbre o *regadio*. Onde as regas tomam lugar preponderante, a técnica rural tem já um cunho atlântico.

A *poça* no alto do barranco, ligada quási sempre a uma nascente, e a série de canais dispostos nas encostas quási segundo as curvas de nível, parecem constituir o processo mais antigo, usado

já no Noroeste em tempos pre-romanos, onde a água de rega permaneceria, desde então, em regime de propriedade comunitária. Foram talvez os romanos que introduziram o instrumento elevatório mais divulgado entre nós, a *cegonha*, *engenho* ou *picota*, que tanto se vê em poços ou charcos como na margem dos rios. Os árabes trouxeram a *nora*, puxada por animais, dominante no Algarve e nas hortas dos arredores das grandes cidades do Sul, mas conhecida até ao extremo Norte do país. No Mondego usam-se rodas verticais movidas pela corrente e no Zêzere por homens que, tentando subir, agarrados a duas varas, as deslocam com o próprio pêso. Albufeiras destinadas a reter a água quási se empregam apenas para regar o arroz.

A mais característica e importante instalação de regadio é constituída pelas hortas das planícies de sopé do Algarve, especialmente em tórno das cidades. O sub-solo é rico de águas e nêles se abrem muitos poços. A água é tirada por meio de noras — hoje substituídas em parte por motores — para um grande tanque reservatório situado em lugar alto, ou para uma *levada* (aqueduto) de dois a três metros de altura, donde divergem canais menores, providos de aberturas espaçadas de alguns metros, que a levam aos talhões de cultura. Tôda a construção, de alvenaria ou tijolo, é escrupulosamente caiada. Assim se regam o milho, o feijão, a batata, a batata doce, tomates, cebolas, hortaliças, saladas e os pomares de laranjeiras, tangerineiras e limoeiros. Na horta trabalha-se sempre, de dia e de noite: cavar, sachar, mondar, estrumar,

guiar as águas, colher, desembaraçar um talhão para logo o preparar para outra *novidade*, fazer com que a terra produza, sem pausa nem fadiga, à força de ser mexida, adubada e regada.

À roda de algumas cidades alentejanas, Setúbal e Lisboa, há hortas cultivadas por processos análogos, destinadas essencialmente a abastecer a população das grandes aglomerações. Os fundos aluviais são principalmente consagrados a estas culturas ricas, variadas e minuciosas. A baixa de Loures, a Nordeste da capital, oferece uma imagem sugestiva da importância delas, crivada de poços, onde as cegonhas lembram a mastreação sem velas de uma enorme frota de pesca. Mas o traço dominante da paisagem agrária é dado pelos arvoredos algarvios, por onde se insinuam, em retalhos de solo entre calcáreos brancos, as favas, as ervilhas e o trigo de sequeiro, pelas enormes fôlhas de cereal do Alentejo ou pelos campos, ainda vastos e nus, dos arredores de Lisboa.

Os socalcos, com que se quebra o pendor das encostas e se retém a terra arável, constituem um traço bem marcado em tôdas as paisagens de relêvo do Noroeste e da Beira. Estas admiráveis construções, que intrêpidamente galgam as serras até 700 ou 800 metros de altitude, exigem um esforço penoso e vigilante: porque as enxurradas de um inverno mais chuvoso abrem nelas grandes sulcos, por onde tôda a obra se desmoronaria se não fôsse rapidamente reparada. Também aí se pratica a rega pelo processo da poça e dos canais em níveis sucessivamente menos elevados, de modo

que a água, recolhida no alto do barranco, fertiliza-o e percorre-o de cima a baixo.

A difusão da cultura do milho foi sem dúvida o motivo de se divulgarem os socalcos, depois aplicados a culturas de sequeiro que se expandiram em data mais recente: as vinhas do Douro, os olivais das montanhas da Beira. Apesar da sua origem mediterrânea, talvez árabe, faltam na maior parte dos relêvos meridionais. Na Serra de Monchique, porém, sublinham nos barrancos, com geométrica regularidade, as curvas de nível até um cento de metros do cimo. Neste «penico do céu», é ainda a água de rega que estimula a produção de milho, batata, legumes, hortaliças, laranjas e pasto¹.

O arroz, originário dos climas tropicais, talvez introduzido pelos árabes, é em todo o caso entre nós de uso muito recente, divulgado apenas há um século. As suas áreas, porém, alargaram-se muito nos últimos anos até cobrirem cerca de 2.500 ha, com uma produção de 80 mil toneladas, em média, que está longe de chegar para o consumo.

O arroz é uma cultura *alagada*, feita em tabuleiros dispostos em degraus e em baixas aluviais

¹ O relêvo é responsável desta analogia com a técnica de regadio usada no Norte: mas seria muito importante averiguar se os *canteiros* de Monchique se filiam nos *calços* setentrionais, se são anteriores a eles, ou se representam apenas uma forma de convergência de um dispositivo usado também desde os Andes à Insulíndia para fins análogos.

inundáveis. A lavoura tem de fazer-se em sêco; mas já se semeia, na primavera, dentro de água. Exige, durante o crescimento, temperatura elevada; pouco tempo antes da ceifa, que se faz no fim do verão, põem-se os arrozais outra vez em sêco. Cereal de verão por excelência, o arroz requiere grandes quantidades de água corrente, precisamente durante a maior estiagem, sem que as cheias dos rios lhe aproveitem, porque a lavoura só pode fazer-se depois delas. Por isso, as maiores instalações de rega — barragens, albufeiras, canais ou elevação de água dos rios com bombas capazes de fornecer grande caudal — foram feitas para esta cultura. Só a grande propriedade ou a iniciativa do Estado comportam tais despesas. E assim os arrozais tendem a desenvolver-se em herdades do Ribatejo e do vale do Sado; e, no Mondego baixo, a cultura capitalista concentra hoje nas mãos de poucos a propriedade e a exploração, que o milho, antes do arroz, tendia a fragmentar, com proveito do maior número.

A área dos arrozais está assim distribuída: 7% no baixo Vouga, limite Noroeste da cultura do arroz no Velho Mundo; 25% no Mondego, a juzante de Coimbra; 63% nas bacias inferiores do Tejo e do Sado. Cultura muito exigente em mão de obra, determina, para esta última região, pouco povoada, migrações periódicas de gente da Beira litoral, os chamados *caramelos de ir e vir*, que às suas terras voltam portadores dos germes de paludismo, intimamente ligado aos arrozais e, como êles, em via de aumento e de expansão. Confinado a menos

de um centésimo da superfície agrária, quasi desconhecido na alimentação da gente rural, o arroz ocupa, mesmo entre as culturas regadas, ainda lugar secundário, apenas acima dos pomares de agrumes pelas áreas que lhe são destinadas.

Nas regiões onde a rega menos se pratica, nas terras mais interiores de Trás-os-Montes e da Beira, e na maior extensão do Alentejo, apenas as hortas, em tôrno das povoações ou à beira dos rios, se aproveitam parcamente das águas correntes e profundas.

Um vasto plano de obras de hidráulica agrícola, da iniciativa do Estado, que já começou a executar-se, prevê, no futuro, a irrigação de 4.000 km², a correcção dos rios e defesa dos campos marginaes, por meio de diques, a abertura de valas de drenagem para enxugo de pauís. São trabalhos que não cabem nos recursos dos proprietários. O que, desde a Idade Média, se fêz nesse sentido, partiu do poder central ou de mosteiros poderosos, como o de Alcobaça. O problema da água não deixou, desde o século xvii, de preocupar os nossos melhores espíritos. Ainda aqui se sente o reflexo da grande oscilação climática a que se devem as cheias desastrosas e a longa estiagem, que só a rega em grande escala consegue atenuar.

Propriedade e exploração. — Em cêrca de um têrço da superfície de Portugal há mais de 250 prédios rústicos por km²; em cêrca de outro têrço, menos de 25. O Noroeste, com o Ocidente e o Norte de Trás-os-Montes, a Beira Alta e marítima,

o Norte da Estremadura, estão no primeiro caso; a área desde o Tejo até à serra algarvia e o Sueste da Beira estão no segundo. Nos distritos de Setúbal, Beja, Évora e Portalegre, os prédios rústicos, em média, têm mais de 10 ha; nos de Viana, Braga, Aveiro, Viseu, Coimbra, Leiria, menos de meio hectare. No Minho, diz-se de modo anedóctico, há leiras tão pequenas que, se lhes meterem uma vaca a pastar, ela esterca no campo do visinho; aqui a propriedade tende para a fragmentação. No Alentejo há herdades de 20.000 ha e, em muitos sítios, a propriedade tende ainda a concentrar-se.

A posse da terra enquadra-se assim nos contrastes, já apontados, entre o Noroeste e o Sul; e as circunstâncias históricas, que determinaram a formação e distribuição dos vários tipos, reflectem, por sua vez, as condições naturais.

No Noroeste, deve-se aos romanos a transformação radical de uma região selvática numa área cultivada e produtiva. As populações castrejas desceram em grande número para os vales, onde as *villas* sucederam, no pé das colinas, aos castos alcandorados nelas. A fruição comunitária das terras e das águas, substituíram-se unidades agrárias bem definidas pelas necessidades da tributação, que irão fraccionar-se interiormente em parcelas cultivadas como um todo. Na terra ocupada por gente numerosa, as glebas são pequenas e bem trabalhadas. Segundo os primeiros documentos da Reconquista, já, como hoje, o campo de entre Minho e Mondego formiga de gente: aqui uma vinha, além um pomar, mais

longe uma horta, a casa com sua corte murada, os gados de lavoura, compram-se, vendem-se, herdam-se e dividem-se. Indício claro da pequena exploração e do parcelamento temo-lo na enumeração dos bens de mosteiros e magnates, constituídos por muitas glebas disseminadas, e nos exemplos de propriedade, em especial de árvores de fruto de um dono em campos de outro.

Foi nesta terra onde, no século xvi, é preciso proibir que se rompessem mais maninhos, tal a escassez de mato para estrumes, que se introduziu um cereal novo — o milho grosso —, se intensificou a rega e com ela a produção, permitindo à gente, já abundante, novo incremento.

A Montanha e as regiões trasmontanas, fechadas nas suas comunidades de terras e gados, permaneceram à margem destas transformações. A população que cresce emigra e estaciona. A propriedade divide-se, mas a exploração permanece agrupada no auxílio mútuo dos vizinhos da aldeia; e conserva-se até tarde a fruição comum de grandes tractos de *monte*, reserva de pasto, mato e lenhas, onde às vezes se fazem *sortes* de seara.

Os latifúndios alentejanos ascendem, como se viu, também à época romana. Na terra vasta e uniforme, escassamente povoada, assolada pelas guerras da Reconquista, talharam os primeiros reis os limites de enormes doações: muitas serão unidades agrárias, onde a exploração tomou a forma extensiva pela carência de gente que trabalhasse a terra. Com as leis liberais, passaram à posse do Estado grandes domínios das ordens religiosas,

arrematados depois em hasta pública pelos *ricos novos* da cidade. Até ao século XIX, predominavam vastos tractos de charneca e a cultura regular fazia-se apenas em tórno das povoações e nos melhores solos. Quando, no fim do século, a «lei dos cereais» dificultou a importação de trigo para estimular a produção nacional, romperam-se êstes terrenos virgens, que deram searas opulentas. Há espaços onde as arroteias abriram grandes peladas, eliminando por completo as árvores do montado. Mas a terra, pobre e delgada, logo deu indícios de cansaço: houve que alargar os pousios e procurar, nos arvoredos e nos gados, a compensação dos rendimentos muito baixos do cereal.

A riqueza consegue-se só à custa de espaço. Quando, no último meio século, a população cresceu em ritmo acelerado, estava a terra agrupada em poucas mãos, arredondada pelos casamentos, imobilizada numa classe que, no geral, apenas se preocupa em lhe usufruir o rendimento. As herdades andam arrendadas em prazos curtos: os rendeiros, para tirarem bons lucros, cansam a terra e não têm interêsse em melhorar um bem transitório. As taras do latifúndio, o absentéismo, o baixo rendimento, a rotina, as desigualdades sociais, preocupam, desde os perspicazes economistas do século XVII, os espíritos reflexivos. Pensa-se no parcelamento, na divisão das grandes unidades agrárias em pequenas glebas onde se instalariam colonos que as fizessem produzir pela exploração intensiva, criando bem estar para êles e riqueza para a Nação. Fazem-se ensaios, que às vezes conduzem, em poucos anos,

ao reagrupamento na mão dos mais hábeis ou mais favorecidos. Às vezes, nem sempre, como os *foros* deixam de ver.

Pelo contrato de aforamento, muito em uso até há meio século, o dono alienava ao foreiro o domínio útil da terra e este, mediante a prestação de um cânone (*foro*), podia vender, arrendar, doar, deixar em herança, hipotecar, e até remir a sua parcela. Em herdades enormes a que os donos mal sabiam a extensão e o valor, e não tinham recursos para explorar, fizeram-se muitos aforamentos, alguns em que o senhor da terra nada mais procurava garantir que um direito simbólico sobre ela; estão nestes casos os *foros* de uma galinha ou até de «um copo de água», por exemplo. Os *Foros* de Almerim, Coruche e do litoral alentejano, cobertos de casas espassas nas courelas intensamente cultivadas, constituíram-se dêste modo.

Temos aqui o reverso do latifúndio e a sua condenação. À monocultura de cereais acompanhada de pastoreio extensivo e do aproveitamento de produtos florestais, opõe-se a outra tendência, ainda mais forte, da exploração agrícola mediterrânea: a *policultura*.

A *policultura regada*, que tem como paradigma a horta, traz inevitavelmente consigo os germes do parcelamento. As necessidades de mão de obra, o custo da manutenção das instalações de regadio, o elevado rendimento por unidade de superfície, a limitação inevitável da extensão que se pode irrigar, fazem sempre da horta uma propriedade pequena, que raramente alcança dois

hectares. Todos os projectos de divisão da propriedade privada e de colonização interna das regiões meridionais assentam no pressuposto de grandes trabalhos de irrigação.

Algumas práticas da lavoura extensiva anunciam já a *policultura de sequeiro*, especialmente os campos complantados de oliveiras, onde se fazem sementeiras de cereal. Uma imagem perfeita desta modalidade temo-la no Algarve, no trigo, nas favas, nas ervilhas que crescem à sombra das árvores de fruto, ou no Ribatejo setentrional e em muitos sítios da Estremadura, com olival e pomar espaçados, para deixar lugar a tôdas as culturas baixas de sequeiro. Com propriedade se poderia falar de dois estratos de cultura, um arvense e outro arbóreo; o mesmo sucede nas hortas e campos regados, que, no Oeste da Beira e de Trás-os-Montes, comportam também árvores de fruto esparsas, mesmo que não precisem de rega. Até nas maiores áreas de vinhedo se encontram cereais, legumes e árvores frutíferas entre os renques de cepas. E, quando as oscilações inevitáveis do mercado fazem baixar o preço do vinho, os maiores cuidados do lavrador vão para estas plantas que, se nem sempre deixam dinheiro, matam a fome.

O campo de milho regado, ao mesmo tempo prado, horta e linhar, rodeado de uveiras e árvores de fruto, é ainda uma unidade de produção mais complexa. Mas aqui as afinidades são já com outro domínio de policultura, que abrange as grandes bacias sitas entre as cordilheiras alpinas, os maci-

ços hercínicos cobertos de bosques e as imensas planícies de cereais da Europa média.

A distribuição da policultura mostra as relações dela com os factos naturais e humanos. Ligada às melhores terras, mesmo quando se não pratica a rega, insinua-se, no Norte, ao longo dos vales e baixas, entre as montanhas e planaltos interiores. Ao Sul, está confinada às regiões ocidentais e, no Alentejo, a uma estreita orla litoral, onde, se as chuvas são escassas, a humidade relativa se mantém elevada. É evidente, por outro lado, a concordância com a densidade de população e a ocupação recente do solo¹. Sob o impulso da pressão demográfica, para alimentar gente cada vez mais numerosa, não só se alargaram as áreas de cultura, como ainda se procurou, pela variedade e pela intensidade, com a rega, o estrume, o trabalho, fazer com que a terra produza mais na mesma superfície.

Instrumentos e práticas agrárias: os arcaísmos. — A grande propriedade do Sul, melhor provida de capitais, decidiu-se, no último quartel do século passado, pela lavoura mecânica, com apreciável economia de tempo e de braços e aumento da produção da terra. As comunicações rápidas generalizaram o emprêgo da charrua americana, de ferro reversível, fabricada entre nós, dos adubos químicos, da debulhadora mecânica, da prensa metá-

¹ Vide adiante: «A pressão demográfica».

lica para espremer uvas ou azeitonas, do eixo de ferro fixo na roda dos carros, etc. Mas os instrumentos agrários arcaicos, que a Europa média e setentrional conhece apenas dos museus etnográficos, continuam ainda, especialmente nas terras montanhosas e interiores do Norte, cumprindo milenárias funções.

Para abrir o sulco na terra emprega-se o velho *arado* romano, de madeira, apenas provido de *relha* de ferro, o qual convém a solos delgados e pedregosos, e continua a usar-se para a sementeira mesmo onde se lavra com a charrua metálica. A *grade* com que se esmaga o cereal nascente é, do mesmo modo, uma simples armação de madeira.

A ceifa faz-se, como em todo o Mediterrâneo, com a foice curva de cabo curto, e nem o Alentejo renunciou ainda às *maltas* de ceifeiros que, todos os verões, descem das serras pobres da Beira central e do Algarve e levam searas a eito, sob a ardência do sol, num esforço heróico que não é apenas expressão retórica.

De Trás-os-Montes à Beira-Baixa vê-se o *trilho* (*tribulum*) mediterrâneo, introduzido provavelmente entre nós com as primeiras colonizações do Oriente. Consta de uma prancha de madeira com a frente levemente virada para cima, que tem alinhadas, na face inferior, pontas metálicas e de seixo, ou só dêste. O instrumento, puxado por um animal ou uma parelha, destina-se a esmagar os cereais, separando o grão da palha e cortando esta em pedacinhos. Para o fazer penetrar mais profundamente na camada de trigo ou centeio espalhado na eira, o condutor

sobe para o trilho e percorre assim, em voltas cada vez mais apertadas, o espaço coberto de cereal. Na sua forma mais primitiva, só madeira e pedra, êste engenho pode ascender ao neolítico. Outras vezes o cereal é pisado pelas patas dos animais ou, quando se quiere conservar a palha, batido a *mangual*, à *vara* ou por processos muito mais primitivos ¹.

As serranias de xisto da Cordilheira Central, com solos muito delgados e caminhos estreitos, íngremes e irregulares, representam uma fase ainda mais arcaica da economia rural. O emprêgo de animais é quási desconhecido e os trabalhos agrícolas são todos feitos a braço, desde a lavoura a *enxada* até à debulha a *mangual*.

A pisa da uva pelo homem é processo muito geral e as grandes prensas de vara para espremer os cachos ou a azeitona, que ascendem à Grécia clássica, não desapareceram por completo.

Os instrumentos do moer o grão têm todos origem mediterrânea; a própria mó manual, (*molineta*) ainda usada no Algarve, por exemplo, como na Espanha e no Magrebe, que deve à sua simplicidade emprêgo muito geral, persistiu neste ambiente em extremo conservador. Os romanos trouxeram o moínho de água, de rodízio horizontal,

¹ Como êste que observei na aldeia da Pena, perdida no fundo de uma bacia de recepção do maciço da Gralheira: o centoio, disposto em molhos, é batido de encontro a uma prancha de madeira; a pancada faz saltar o grão que assim se separa da palha.

os árabes a *azenha*, de roda vertical, mais potente, ambos movidos pela fôrça da corrente de rios e ribeiros, que é preciso reter por meio de açudes e desviar por canais; as relações medievais com o Oriente divulgaram, no tempo das Cruzadas, o moinho de vento, hoje inseparável das colinas da orla marítima sêca, da Estremadura ao Algarve, mas conhecido ainda ao Norte da foz do Cávado. De pedra, fixo, ou de madeira, desmontável, sempre com velas de pano, é muito diferente dos poderosos moinhos da planície flamenga, com grandes velas de pau, cujas dimensões, só por si, exprimem uma terra de outro modo rica.

A técnica do aproveitamento das águas traz, como se viu, impresso do mesmo modo forte cunho mediterrâneo.

Os meios de transporte levam-nos à época romana, com o *plaustrum*, antepassado do carro de bois de eixo móvel de madeira e roda cheia ou pouco vasada, e o *carpentum*, de roda radiada, representado pelo pesado carro alentejano. Isto não quer dizer que a introdução do carro, documentado aliás na arte rupestre da Estremadura espanhola desde o calcolítico, se fizesse nesta época, mas é nela que os actuais encontram os seus paradigmas.

O eixo móvel e a tracção pelos bois desapareceram do Alentejo ainda não há um século, substituídos pelo carro de muares, animais também empregados nos trabalhos agrícolas. O relêvo não será estranho ao facto, assim como à difusão, muito recente, do grande carro das planícies de cereais

da Europa Central, com dois pares de rodas e puxado por mais de uma parelha. No Norte persiste todavia o tipo primitivo, e o boi é o único animal atrelado, por meio de jugos ou cangas, consoante os caminhos requerem mais ou menos firmeza no puxar e equilíbrio na posição do carro. Nas serras da Beira central, na Estremadura e, principalmente, no Algarve, o burro, sóbrio e acomodado a todos os trabalhos, presta ao homem precioso concurso, como montada, animal de carga e de tracção. O moinho no alto da colina, aonde leva o carreiro trilhado pelos burricos que sobem carregados de grão e descem carregados de farinha, tanto pode ser uma imagem do Algarve ou da Arrábida como da Ática ou do Peloponeso.

Caracteristicamente mediterrâneos são ainda os trabalhos à mão: a sacha, a monda, a ceifa, a debulha, o erguer dos cereais para que o vento separe a palha do grão, o tempo das eiras onde a família passa o dia lidando; a vindima e a complexa série de operações que fazem andar o homem nove meses à roda da cepa — poda, empa, cava, desparra, a que se juntaram modernamente o enxofrar e sulfatar; a apanha da azeitona pelo varejo ou à mão, processo moroso seguido cuidadosamente nas grandes regiões produtoras (Beira Baixa, Alentejo); a colheita de frutos e os cultivos da horta, complexos e miudos como o tratamento de um jardim.

Tudo isto traz o homem em estreito convívio com o mundo vegetal, produto já de ininterrupto esforço de criação, em que, na larga variedade e

mistura das culturas, se requerem, para cada planta e consoante a época do ano, cuidados minuciosos. Ao mesmo tempo, porém, a repetição constante de práticas sempre iguais gera a rotina e o estagnamento. Quem percorrer as iluminuras bárbaras do Apocalipse de Lorvão ficará surpreendido de encontrar aí figuradas cenas que, à parte a indumentária das personagens, se repetem ainda a cada passo na vida do campo. Cenas, aliás, que os tradistas da agricultura e os poetas bucólicos da Antiguidade permitem reconstituir, numa espantosa imobilidade milenária.

Para além dessa camada de civilização, fortemente colorida de tintas romanas, é possível ainda, tal o extraordinário poder conservador desse ambiente, encontrar formas de amanhã da terra que ascendem, certamente, às primeiras tentativas de agricultura regular. Pertencem aqui, por exemplo, as *cavadas* de regiões montanhosas (Serras do Caramulo, Estrêla, Buçaco, etc.), que consistem na derrubada do mato, junto em montes, queimado, para ser semeado em seguida cereal; e as culturas nómadas da Cordilheira Central, da Beira-Baixa e da charneca alentejana (*bouchas*), em matagal roçado e às vezes queimado, que logo se volve maninho depois da primeira seara. E também inúmeros processos e objectos da vida quotidiana, de madeira, de cortiça, de chifre, de peles, alguns apontados já e outros que seria longo enumerar, mas muito convinha que o geógrafo nonografasse, não apenas como sobrevivências primitivas, de curiosidade etnográfica, mas como

dispositivos de milenário e perfeito ajustamento ao ambiente.

No meio destes instrumentos e usos arcaicos, ao mesmo tempo singelos, engenhosos e variados, que serviam completamente as necessidades de uma economia sóbria, baseada no equilíbrio da produção e do consumo, o homem do campo foi moldando o espírito rotineiro e avesso às inovações, que só com relutância aceita. A vantagem das velhas práticas agrárias está, por um lado, na sua simplicidade, por outro, na integração perfeita dentro da vida rural. Só o carro de bois de eixo móvel pode circular por caminhos declivosos, lamacentos ou irregulares. O ferro do arado de madeira é o único que se solta das pedras do chão e não se embaraça na rocha mãe pouco funda. O fio de água da azenha e o vento do moinho são força gratuita que move mecanismos simples, em lugares perdidos e pobres onde não seria fácil nem lucrativo fazer chegar modernas formas de energia. Qualquer destes engenhos e utensílios pode ser construído e reparado na aldeia, sem o recurso de técnicos especializados e distantes, e o rústico comanda assim todos os elementos do seu primitivo viver.

Chegámos porém a um momento crítico da história rural: o da penetração, mais ou menos lenta, mas inevitável, da técnica moderna no localismo arcaico da economia dos campos. Sem dúvida para bem da terra, pelo aumento das condições da produção, necessário e inadiável num país de tão baixos rendimentos como o nosso. Mas o solo só

vale em função do homem que o rega de suor para depois lhe colher os frutos. Ora a introdução do tractor, da moagem, do lagar mecânico, formas de aperfeiçoamento da técnica agrária que não cabem geralmente na carência de capital do pequeno lavrador do Norte, tem-se feito quasi sempre em proveito dos mais hábeis ou dos mais afortunados, sem que o trabalhador da terra visse melhoradas as condições de vida, a salubridade das casas, a composição das refeições, a criação dos filhos. Estes progressos técnicos não foram acompanhados de nenhuma revisão da distribuição dos produtos e dos fundamentos da propriedade, que a desastrada evolução agrária do último século pulverizou ou concentrou excessivamente. Entretanto, ao embate de novas tendências, lá segue o velho carro do nosso trabalhador rural: aos solavancos, por caminhos ásperos e incertos, mas abrindo cada vez mais fundas as rodeiras de uma pobreza estreme.

V — OS GADOS E O PASTOREIO

A área ocupada por terrenos incultos e por pousios é calculada em 44% do total do país. É este o domínio da criação de gados e do pastoreio extensivo. Naturalmente, nem todo se pode aproveitar como pastagem. As cumeadas rochosas, os areais estéreis, as enormes manchas de estevas, que nenhum gado come por causa da resina odorante que cobre caules e folhas, são

terrenos perdidos para o pasto. Pelo contrário, devem acrescentar-se os prados regados, que existem ao Norte da Serra da Estrêla, uns permanentes, outros que se desenvolvem no mesmo chão onde se cultiva o milho estival, e os *agostadouros* ou pastagens de verão nos restolhos dos cereais de pravana.

O predomínio de uma ou outra espécie animal anda ligado à natureza do pasto. Assim, aos bois e vacas convêm os prados regados e as montanhas onde a seca de verão pouco se faça sentir: por isso o Noroeste possui metade das reses bovinas. Os cavalos criam-se nas ervagens da borda dos rios, e a Lezíria inundada do Tejo reúne 40% do total. As ovelhas acomodam-se às montanhas de estio mais sêco e pastam nas fôlhas pousias, nos alqueives, e ainda nos restolhos ressequidos encontram alimento: dominam, portanto, na área da cultura extensiva de trigo e, de um modo geral, nas regiões orientais onde a humidade é mais baixa. As cabras acomodam-se ao pascigo das terras mais pobres, ultrapassam o número de ovelhas nas montanhas e charnecas de xisto, na Beira e no Algarve, nos matagais, e são excluídas das áreas de cultura intensiva ou de campos arborizados, que é preciso defender do seu dente voraz e destruidor.

O animal de trabalho, com que se lavra, semeia ou puxa o carro, é, ao Norte do Tejo, quási por tóda a parte o boi. A falta de pastagens sempre verdes, no Sul, não permite a criação de reses em número suficiente para assegurar as necessidades da agricultura. Recorre-se então às muares, que

conservam do cavalo a fôrça e do burro a resistência e a sobriedade, na lavoura alentejana, ou aos burrinhos que no Algarve lavram a terra, puxam a nora, transportam as bilhas de água, o estrume, as colheitas e as pessoas.

Os bovinos dão a fôrça, o leite, de que se faz apenas manteiga, o coiro e os chifres, o estrume. As ovelhas fornecem a lã, os queijos mais afamados (Serra, Castelo Branco, Alentejo, Azeitão, etc.) e o estrume. As cabras criam-se pelo leite, pois até nas regiões de bovinos é êste que o homem do campo habitualmente bebe, e com êle se fazem queijos de qualidade inferior. De todos se aproveita a carne. Cavalos, muares e burros servem só como bestas de carga e de tiro. Um único animal se utiliza apenas como alimento: o porco. Êle dá a carne fresca ou salgada, o presunto, os enxidos, a gordura com que se tempera a comida. Criado à pia, no Norte, alimentado, no Sul, com a bolota do montado onde vive em regime pastoril, pede-se-lhe apenas que coma, que aumente de corpulência e de carne gorda e saborosa. Alcançado êste fim, o bicho é sacrificado, num ritual festivo, e parcamente consumido no decurso no ano; cabe-lhe fornecer a maior percentagem de produtos animais na alimentação do homem do campo.

Estas circunstâncias explicam a estrutura pecuária de Portugal¹. A cada cabeça de gado grosso

¹ Em 1940, arrolaram-se 3.890.000 ovelhas; 1.196.000 cabras; 1.176.000 porcos; 831.000 bois; 239.000 burros; 121.000 muares e 80.000 cavalos.

correspondem 4,9 de gado miudo; se a êste acrescentarmos os burros, única besta de carga das regiões mais pobres, tão característica do Mediterrâneo, a relação eleva-se a 1:6,2. Apenas nos vales húmidos ou nos prados da beira-mar do Noroeste o número de reses bovinas equivale, ou ultrapassara, o de ovelhas e cabras. O gado miudo vai aumentando para o Sul e para Leste: no plaino do Alentejo e da Beira Baixa, apascentadas em pousios e restolhos, há muito mais ovelhas que gente.

Gados de lavoura, animais de carga, rebanhos criados nas folhas devolutas, grupos de poucas reses alimentados em lameiros semeados e regados como qualquer cultura, animais estabulados que só de dia ou no verão se deixam andar livremente, não constituem formas de pastoreio ou são apenas uma modalidade atenuada dêle. O que essencialmente caracteriza a vida pastoril é a exploração extensiva dos pastos: ela traz consigo o movimento de rebanhos e, como consequência, o dos pastores ou de populações inteiras. Nos rebanhos de ovelhas criados nas solidões incultas do Alentejo, sempre ao ar livre, dormindo e parindo pelo campo, nas varas de porcos engordadas à bolota do montado, abrigadas durante o mau tempo em *malhadas* distantes, nos toiros da Lezíria em manadas sob a guarda do campino a cavalo, com caminhos próprios para as deslocções de gado bravo, há ainda uma semelhança de vida pastoril: o isolamento dos guardadores, perfeitamente definidos no tipo, na profissão, na maneira de viver, a extensão das terras de pastagem, os longos percursos dos gados

desde os locais de criação até às feiras onde são vendidos por milhares, o resguardo em que é preciso ter os campos por onde passam. A forma mais característica do pastoreio está, porém, na montanha. Acima dos limites do povoamento e da cultura, ou nas áreas onde um e outra se rarefazem, os relvados que as precipitações mantêm frescos todo o ano, animam-se, durante o verão, com a presença de rebanhos e pastores.

As serras ao Norte do Douro, onde se criam muitas reses bovinas, que no inverno se recolhem ao abrigo dos vales, assemelham-se já às regiões de gado grosso da Europa média. O Montemuro mantém ainda forte percentagem de bois e vacas, que no século xvi invernavam à beira-mar, na Gândara ao Sul da Ria de Aveiro. Hoje, porém, a serra e as faldas criam muitas ovelhas e cabras, em *vigias* ou rebanhos guardados à vez pelos donos, proporcionalmente ao número de reses; e os cimos superiores a 1.000 metros, recebem, durante os meses de Julho e Agôsto, ovelhas transumantes vindas do planalto da Beira Alta, aqui conduzidas e guardadas por pastores de lá, que alugaram pastos nos baldios da serra. Para resguardo dos campos e prados das encostas, os gados sobem pelas *canadas*, caminhos largos e irregulares, sempre entre muros¹, que se encontram também nas serras mais cultivadas da Cordilheira Central.

Na Serra da Estrêla, criam-se hoje à roda de

¹ *Encanados*, donde lhes deriva o nome, provavelmente.

2.000 bois, 40.000 ovelhas e 30.000 cabras, aquelas em regime de transumância de que se conserva aqui o último e mais puro vestígio¹.

As ovelhas das aldeias serranas começam a subir aos cimos alpestres quando, por Abril, derretem as neves. Os donos *correm a volta* na guarda do rebanho, revezando-se na proporção das cabeças que possuem. Em Maio, vão os maiores serranos contratar com os proprietários da *Terra chã* (planalto da Beira Alta) o gado que hão-de trazer para a serra. No fim de Junho, juntam-se todos os gados em rebanhos de mil e quinhentas, duas mil, três mil cabeças, guardados por pastores serranos com seus cães possantes e valentes, que acometem o lobo e lutam com êle com vantagem. Até ao fim de Agosto, pastam nos relvados de cervum (*Nardus stricta*), gramínea tenra e fresca que cresce acima de 1.500 metros. Então começa a apartação dos gados de fora, que vão deixando a serra; depois, aos poucos, os rebanhos serranos refluem ao abrigo dos currais das aldeias, durante as noites que se vão tornando frias. Com os primeiros nevões do fim de Outubro ou Novembro, procuram pascigo nas terras baixas, onde podem permanecer ao ar livre todo o inverno, à guarda dos mesmos pastores serranos que, num carro ou numa cabana, encontram abrigo sumário contra o frio e a chuva.

¹ No Gerez e no Barroso há um pouco mais de 6 cabeças de ovelhas e cabras para cada cabeça de gado vacum; no Montemuro, 7; na Serra da Estrêla, 34. É portanto uma montanha pastoril mediterrânea absolutamente típica.

A *invernada* dura até ao fim de Março e faz-se nos *calços* de vinha do Douro, no Campo do Mondego baixo, em terras de milho estival e, principalmente, nos pousios de trigo e centeio da raia da Beira Baixa. Tudo solos que a cultura, concentrada no verão ou na primavera, permite transformar em terrenos de pastagem.

Outrora, êstes movimentos transumanes cobriam muito maior extensão. A Serra da Estrêla recebia ovelhas de entre Tejo e Guadiana e até de Espanha. Os rebanhos serranos invernavam no Campo de Ourique, depois de um percurso de mais de 400 quilómetros, e a êles se juntavam, na mesma região, gados espanhóis da *cañada real leonesa*, que até à Restauração se ramificava também pelo Alentejo. Sem a fixidez e importância dos caminhos pastoris espanhóis, tinham os pastores serranos as suas *canadas*, demarcadas pelos concelhos, e, durante o período filipino, como reflexo dos privilégios da Mesta, a legislação protegeu-os contra os empecilhos que os agricultores ou criadores fixos por tãda a parte procuravam levantar-lhes. No século XIX, reagiu-se com fôrça contra a servidão dos pastos comuns, a interdição de tapar os campos, a obrigação de respeitar o afolhamento. O encurtamento dos pousios, as arroteias de matagais, o plantio de oliveiras e, de um modo geral, os progressos da exploração do solo, limitaram cada vez mais os espaços abertos à deambulação transumante. Os gados serranos, olhados como uma praga, por tãda a parte encontraram o embaraço das *coimas* (multas) e da falta de

pastos. Hoje, a transumância de verão limita-se quasi só ao Montemuro e à Estrêla, que recebem os gados do planalto da Beira Alta; uma imagem da invernada dão-na ainda os pastores serranos, quando espalham pelos campos pelados ou salpicados de azinheiras, da Idanha e do Rosmaninhal, os seus rebanhos de rústicas ovelhas pretas que, nesta área de exploração extensiva e rotineira, encontram o último refúgio contra as frialdades da serra.

VI — AS FORMAS DO POVOAMENTO

As construções de pedra. — O uso da pedra como material de construção, em muros de suporte ou de resguardo dos campos, no calcetamento de caminhos rurais, em pontes, no fôrro dos poços, nos currais e abrigos para o gado, em edificios destinados a guardar os produtos da colheita ou na habitação humana, é um traço comum ao território português. Apenas em algumas áreas que carecem por completo dêste material se não emprega o mesmo processo de construir: aparecem então os muros de terra batida e as casas de adobe de barro amassado com palha e sêco ao sol, na Beira litoral e nalgumas manchas de terrenos arenosos e argilosos do Sul, as sebes de arbustos e os *palheiros* de madeira, assentes em estacas, nas dunas da costa da Ria e do Mondego, as barracas de estormo, gramínea que cresce nos areais, um pouco por todo o litoral. Só na planura alentejana, onde por vezes

faltam bons afloramentos de rocha, a taipa se usa, talvez por influência árabe, de maneira sistemática. A casa rural aparece assim em estreita dependência dos materiais de construção locais.

Quanto à forma, distinguem-se dois tipos fundamentais, o do Norte e do Sul, ambos de planta rectangular e telhado geralmente de duas águas.

O tipo do Norte caracteriza-se essencialmente por ter dois pisos, uma *loja* térrea destinada aos gados e à guarda de alfaiais e produtos agrícolas, e um *sobrado* ou andar para habitação, onde ficam a cosinha e os quartos. Estas duas peças, sobrepostas, são todavia independentes. A entrada para a parte de habitação faz-se por uma escada exterior de pedra, paralela ou perpendicular à fachada, com patamar em frente da porta principal. As paredes mostram os blocos, mais ou menos regulares, apenas sobrepostos, sem argamassa, rebôco ou caiação. Poucas aberturas, só na fachada da frente, às vezes também nas trazeiras, nunca dos lados, com portadas de madeira, tantas vezes sem vidraças. A cobertura é de telha vã (*telhado*), de colmo (*colmado*) e de louza (*louzado*) na Montanha, e o fumo, que enegrece o interior, escoase pelas aberturas do telhado, geralmente sem chaminé. O patamar é muitas vezes provido de alpendre e a fachada principal de uma varanda corrida, de madeira, coberta pelo mesmo telhado. A frente da casa existe com frequência um *pátio* ou *eido*, rodeado de um muro de pedra.

Com inúmeras variantes adaptadas ao relêvo ou à implantação nas povoações, é esta a forma

dominante das casas em todo o Norte, até ao sopé da Cordilheira Central, por onde alcança o Tejo, e ao Mondego baixo. Ela exprime perfeitamente uma área de pequena exploração agrária acompanhada de pastoreio ou criação de gado de lavoura ¹. Outras instalações a acompanham: o espigueiro ou canastro para guardar o milho, no Oeste até altura do Buçaco, a eira de lages de granito ou xisto, onde se levantam, na área montanhosa e trasmontana, enormes medas de palha de centeio, que correspondem àquêle; o lagar, o moinho de água; palheiros, currais e fornos de cozer pão, cobertos muitas vezes pelo mesmo teto que abriga os homens.

A casa do Sul caracteriza-se tanto pela forma mais simples como pela função mais especializada: construção de um só piso, destinada apenas a habitação. No litoral da Beira e no vale baixo do Mondego, por Oeste, nos plainos de Castelo Branco, por Leste, a transição faz-se por uma casa ainda de andar, mas com escada interior de madeira, que já não resguarda gados, feno ou palha. Ao Sul do Tejo, do lado da raia, no Norte da Estremadura, do lado do mar, já o tipo meridional é dominante.

Se a forma geral da casa é mais simples, são mais complexos e perfeitos os dispositivos destinados a assegurar a função exclusiva de habitação.

¹ Com êste concorre outro tipo, mais primitivo, de casa térrea, onde se abrigam geralmente os que não têm leiras nem gados.

O exterior mostra as paredes rebocadas e caiadas, às vezes ornadas de cores vivas; aberturas frequentes também nas trazeiras, embora faltem nas fachadas laterais; um *poial* de pedra, à entrada da porta, convida ao descanso pela fresca da tarde. Nem em construções secundárias se usa outra cobertura que não seja a telha. O telhado de quatro águas não é raro. Nos edifícios de taipa, as paredes são às vezes reforçadas por contrafortes salientes de pedra. Dentro, a cal branqueia também paredes e tabiques iluminadas pela claridade que as vidraças deixam passar; o chão é de terra batida ou, mais geralmente, de sobrado, calcetado com pedrinhas ou coberto de lages. Um ripado de madeira, esteiras ou até um teto de pranchas, isolam interiormente o telhado. A chaminé escoia o fumo, que já se não derrama pela casa, enegrecendo-a. E êste pormenor architectónico, implantado sôbre a fachada principal, carrega-se, ao longo do Alentejo, de intenção decorativa, até constituir, no Algarve, com suas formas de tôrres e cúpulas e finos rendilhados, a parte mais bela e mais nobre da habitação. Nesta última província, parece ter persistido, desde o tempo dos mouros, a *açoteia* ou cobertura em terraço, tanto em casas rurais como em grandes aglomerações de pescadores, forma comum ao Mediterrâneo meridional e levantino, bem ajustada a chuvas escassas e à necessidade de secar fruta ou peixe.

A casa elementar, isolada, ou agrupada nas povoações, deve acrescentar-se o conjunto de edifícios disposto à roda de um pátio interior, aberto

ou fechado, com habitação, palheiros, abrigos do gado, forno de cozer pão, etc. Os *arraiais* e *coutos* do Sueste da Beira, alguns *montes* mais simples do Alentejo, correspondem afinal à casa do Norte com seu eido murado. Mas aqui a grande exploração e a abundância do gado de lavoura requerem para êste e para as colheitas instalações vastas e apropriadas, e o teto que abriga os homens já não as pode cobrir.

Assim, as construções de pedra imprimem à paisagem, quási por tôda a parte, uma das mais fundas marcas humanas. A rudeza dos muros de pedra solta do Norte sugere uma possível filiação na cultura arcaizante dos castros pre-romanos; no aspecto mais cuidado, menos rústico, dos edifícios do Sul, nos dispositivos mais perfeitos e complexos da habitação, lê-se a influência de civilizações superiores, romana, árabe. Expressão de modos de vida, símbolo de formas de cultura de que é talvez a mais característica expressão material, a casa popular demarca, nos dois tipos fundamentais, a oposição entre o mundo de serranias e vales perdidos no isolamento e as planuras que a Natureza e a História abriram a mais amplas influências mediterrâneas.

As aglomerações rurais. — Tanto quanto algumas sondagens históricas permitem avaliar, à excepção do Noroeste, onde a população densa cedo se espalhou pelas leiras da terra retalhada, o fundo do povoamento português é constituído pela aglomeração. «Aldeias e desertos» — assim resumia um

cronista do fim do século xv o aspecto do país. Um apinhado de casas, o âmbito das culturas regulares, alargadas por breves arroteias, e, para lá dêste círculo restrito, terras de pasto e matagais bravios. Alguns tratos do Sul da Beira e do Alentejo conservaram, até há menos de um século, esta fisionomia.

A insegurança da fronteira ou do litoral não basta para explicar êste tipo, ligado sobretudo a um sistema de exploração da terra que se baseia no granjeio extensivo de cereais e na criação de grandes rebanhos de gado meúdo: a concentração concorre portanto com o domínio dos campos abertos e afolhados, onde a cultura e o pastoreio não se regem pela iniciativa familiar mas por uma forte disciplina na fruição da terra conservada unida. A comunidade rural no Norte, a grande propriedade no Sul, conduziram ao mesmo resultado.

Os trabalhos e interêsses comuns levam ao agrupamento dos homens em aldeias compactas, arruadas em tórno da igreja da freguesia e do largo onde os vizinhos se juntam e convivem, com a eira, o forno, o lagar, o moinho *do povo*; à roda, ficam os campos obrigatòriamente abertos e sujeitos ao afolhamento estabelecido, os pastos do rebanho colectivo — de ovelhas, de porcos, de bois, consoante os lugares; os largos espaços baldios, de fruição comunitária. As casas da aldeia, que abrigam uma forte vida colectiva, erguem-se, em manchas carregadas e distantes, dos campos despovoados. Retalhada no interior dos limites da comunidade, a terra permaneceu muito tempo em

regime de exploração colectiva, como uma vasta unidade agrária, a que a aldeia serve de centro.

Mais vastas são ainda as *herdades* alentejanas, restos de latifúndios que se constituíram durante a Reconquista em enormes áreas desertas. Antes do povoamento, fixaram-se os limites da propriedade, imobilizada na mão de grandes senhores — magnates, ordens religiosas e militares, fidalgos — detentores do solo e dos gados. As aldeias foram crescendo, ávidas de terra, afogadas no latifúndio, que servem com a sua população de *ganhões* ou trabalhadores assalariados, que se conta por milhares. Enormes, raras e distantes, não bastam às necessidades da grande exploração: cada herdade tem o seu *monte*, como os *cortijos* da Andaluzia ou as *villas rusticas* romanas do Sul da Itália, onde vive quem explora o solo, com a multidão de clientes, trabalhadores agrícolas permanentes e temporários, artífices de vários mesteres, que fazem andar a máquina complicada de uma grande lavoura. São dezenas, às vezes centenas de habitantes, como nas aldeias do Norte. Com as habitações e cómodos para resguardo de gados, de colheitas e de alfaias agrícolas dispostas à roda de um pátio interior, voltando à vastidão da seara largas paredes quasi sem aberturas, o monte é ainda uma forma de concentração do povoamento — ligado também a um tipo de grande unidade agrária.

A disseminação é antiga no Noroeste e ganhou progressivamente quasi todo o Ocidente e o

Algarve baixo. Já com propriedade se designou de *Atlântico*¹ este tipo de povoamento, que adiante será estudado.

Os sítios urbanos — Em Portugal quasi não há cidades de planície; excepto Aveiro, num areal cortado de canais, tôdas as aglomerações desenvolvidas ao longo de uma praia ou da borda dos rios procuram, em lugar alto ou escarpado, um refúgio ou um apoio. Aí está quasi sempre o germe da urbe, que depois, crescendo, naturalmente encontrou nas terras baixas o espaço que lhe faltava e a ligação às vias de trânsito sem a qual as cidades não podem viver. Aquela que, de modo mais impressionante, revela esta preferência pelos sítios de *oppida*, é porventura Beja, apinhada à volta do castelo num outeiro que domina a imensidão da planura. Cidades alcandoradas, como a Guarda, debruçadas à beira de escarpas, como Vila Real ou Santarém, desenvolvidas na encosta ou no sopé, como Viseu, Castelo Branco, Tomar, procedem tôdas desta mesma eleição de lugares fáceis de defender que caracteriza os sítios urbanos mediterrâneos. Lisboa nasceu na elevação que domina o estuário: a falsa etimologia do nome — «enseada amena» —, a comparação clássica das nesgas de planalto vigorosamente entalhadas de vales em que assenta com as «sete colinas» de Roma, e da situação com a de Constantinopla, à

¹ O. QUELLE.

borda de um mar interior, mostram, nos autores clássicos, o sentimento de um ar de família da «última das cidades mediterrâneas»¹, que ninguém se lembrou de aproximar dos grandes portos do Mar do Norte com os quais, nesse tempo, se fazia o essencial do tráfico marítimo português.

As casas apinhadas, as ruelas tortuosas e estreitas, que os andares altos protegem do sol e do vento, os bairros densos onde pululam crianças e os vizinhos convivem às portas e janelas, as *calçadas* e as *escadinhas*, tão mal adaptadas à circulação moderna, com que se vencem as desigualdades do relêvo, a separação, às vezes muito brusca, da mancha urbana e do campo que a rodeia, são outros traços de parentesco mediterrâneo das nossas cidades. Em vez de uma periferia industrial, que até em Lisboa em poucas direcções se mostra dominante, os subúrbios cobertos de hortas e jardins trazem a imagem da vida rústica às portas da cidade. Em Lisboa, no Pôrto, em Setúbal e tantas outras, foi à margem do rio que se formaram os bairros de fisionomia mais característica, habitados por uma população de embarcações, pescadores, trabalhadores do pôrto e vendedeiras de peixe, que ao alvorecer do dia extravasa para os cais coalhados de barcos de tôda a espécie.

São estas cidades-portos, bem enlaçadas sempre no quadro natural, que, sem quebrarem o localismo de uma terra de rurais, anunciam, pela intensa vida

¹ ANDRÉ SIEGFRIED.

do mar, não só a pesca e a navegação de cabotagem, mas as relações distantes com outros continentes, outras gentes, outros produtos, a êles ligadas e dêles separadas por um grande oceano que os seus naturais, antes de ninguém, aprenderam a percorrer.

A pressão demográfica. — Pode dividir-se Portugal em duas regiões demográficas de superfície quasi igual, uma constituída pelos distritos do litoral e de Viseu e Santarém, a outra pelos restantes distritos do interior e os do Alentejo. Na primeira vivem 5.409.000 habitantes, isto é, três quartas partes da população do país em metade da área dêle; as maiores cidades tem aí assento. Na segunda vivem apenas 1.765.000 habitantes, com uma única cidade grande, Évora.

Êste contraste é muito antigo e provém tanto do reflexo das condições naturais como da acção destas ao longo da história. Um grande foco de densidade persiste no Noroeste, entre Minho e Vouga, desde os tempos castrejos. O desenvolvimento da população na Estremadura, a cadeia de grandes aglomerações ao longo do Tejo, a que se prende a capital, são uma consequência da Reconquista, que aqui estabeleceu uma pausa e organizou uma forte linha de defesa. As terras trasmontanas foram-se lentamente povoando e o poder central multiplicou esforços em fixar gente junto da raia para assegurar a defesa do país. O Alentejo, uma das regiões senão mais povoadas pelo menos melhor organizadas na época romana, appareceu, depois das guerras e assolacões da Recon-

quista, como um vasto matagal salpicado de raros núcleos de povoamento; assim permaneceu até ao grande incremento que tomaram, na segunda metade do século passado, a cultura de cereais, a economia dos montados e o plantio da oliveira; e é hoje a área onde se notam as percentagens mais elevadas de aumento de habitantes e as mais baixas da emigração — dois indícios de que a saturação demográfica está ainda muito distante.

Viu-se já ¹ qual a posição de Portugal no conjunto das populações mediterrâneas. Os números dos últimos anos são menos animadores e indicam um declínio da natalidade que se reflecte no abaiçamento do acréscimo da população ². Mas as consequências da pressão demográfica do último século não deixam de se fazer sentir.

A população de Portugal, que é de 7.174.000 habitantes, duplicou em menos de um século. De 38 por km² em 1841, a densidade subiu a 52 em 1890 e a 81 em 1940. Esta maré de gente determina outro arranjo das marcas de presença humana na paisagem. Porque não foram as grandes cidades que proporcionalmente mais aumentaram. Em todo o Norte, com excepção da periferia do Pôrto, a população cresceu lentamente, desfalcada pela emigração, e aqui e além, em terras trasmontanas ou montanhosas, estacionou ou mesmo diminuiu. No

¹ Pág. 47.

² 1940-1943: nascimentos por 1.000 habitantes — 24.2; aumento por 1.000 habitantes — 8.1.

Sul, porém, especialmente à roda de Lisboa e no Ocidente da Estremadura e do Alentejo, vastas áreas despovoadas se cobriram de uma poeira de casas dispersas, romperam-se tractos de charneca, cresceram as vilas e aldeias, fundaram-se povoações novas. É difícil, muitas vezes, separar a acção da colonização interna de gente vinda do Norte, da expansão local, lenta, de populações que, não emigrando, alastram por terrenos maninhos que arroteiam e cultivam.

A emigração, cujas tendências actuais não são fáceis de discernir num mundo erichado de obstáculos ao movimento dos homens e desorganizado no ritmo e na capacidade da circulação internacional, filia-se tanto numa tendência histórica como no rápido aumento da população. Do Minho e do litoral superpovoado, dos planaltos pobres e rotineiros trasmontanos, das serranias agrestes da Beira, saíu, em vagas sucessivas de muitas dezenas de milhar por ano, o maior contingente de povoadores brancos das regiões tropicais; só o Alentejo não alimentou esta corrente. Portugal conta-se entre os grandes produtores de gente, como todos os países mediterrâneos, mas só é comparável à Irlanda na cifra das exportações humanas em relação à população total.

Foi ainda a pressão demográfica que determinou o melhor aproveitamento da terra, pelo alargar das áreas regularmente produtivas, pela diminuição ou supressão dos pousios, pelas arroteias de charnecas e montes e, principalmente, pela difusão da policultura e do regadio. Entre

as velhas formas do povoamento, concentrado no meio de grandes unidades de exploração e vastos matagais, insinuam-se os casais esparsos e as leiras cultivadas. Uma paisagem rural nova, de estilo *atlântico*, que é muitas vezes uma vitória contra a Natureza, vai, sob os nossos olhos, ganhando consistência e expansão.

CAPÍTULO III

PORTUGAL ATLÂNTICO

I — NATUREZA E TRADIÇÃO

O Oceano, regulador do clima. — Apesar das afinidades mediterrâneas do clima português, esboçadas no capítulo anterior, o Oceano é o grande regulador da atmosfera. A diferença entre a temperatura média do mês mais frio e do mês mais quente mostra-se, em todo o litoral, moderada: 10°7 no Pôrto, contra 18°6 em Moncorvo; 11°6 em Coimbra, contra 17°5 em Castelo Branco¹; 11°4 em Lisboa, contra 17°0 em Campo Maior; 14°6 em Beja, 12°5 em Faro. A humidade relativa mantém-se aí elevada ainda durante o estio, como mostram os valores mínimos, às 3 da tarde, nos meses de Julho ou Agôsto: 65.7% no Pôrto, contra 35.3 em Moncorvo; 49.7 em Coimbra; 44.7 em Lisboa, contra 26.6 em Campo Maior; 28.8 em Beja; 65.1 em Faro.

Do Atlântico provêm as massas de ar tropi-

¹ Vinte anos.

cal húmido, trazidas pelas perturbações ciclónicas em direcção ao Oriente. Enquanto passam, faz um tempo instável, chuvoso, morno mesmo de inverno. Atiradas de encontro às montanhas, determinam precipitações abundantes e prolongadas que, não raro, tomam já a forma de neve: 20 dias por ano em Montalegre, 18 na Guarda, ambas a 1.000 metros de altitude, 35 nas Penhas Douradas (Serra da Estrêla), a 1.400.

O Noroeste, com altos cimos a cinquenta quilómetros da costa, é região especialmente abundante de chuvas, coberta de nuvens durante muitos dias, com humidade relativa muito alta durante todo o ano. No Pôrto há 126 dias de céu encoberto, contra 33 em Moncorvo. Todo o litoral recebe mais de 1.000^{mm} de chuva; e a precipitação sobe, no bôrdô ocidental das montanhas, aos maiores valores da Península, à roda de 3.000^{mm}. A vertente trasmontana é notavelmente mais sêca¹ e, para Oriente, ao longo dos vales do Douro e dos seus afluentes, as influências oceânicas são batidas pela aridez castelhana: com altas temperaturas estivais, a região recebe menos chuvas do que o Algarve². A área das precipitações acima de 1.000^{mm} calca-se com muita exactidão sôbre as montanhas da Beira, atravessa todo o território português unicamente ao longo da Cordilheira Central, penetra em cunha

¹ Castro Laboreiro (dez anos de observações), a 930 metros de altitude, recebe 2.916^{mm}; Montalegre, a 1.027 metros, 1.080^{mm}.

² Em oito anos de observações, registaram-se em Pinhel os valores menos elevados do continente português: 285^{mm}.

nas serras calcáreas da Estremadura, detêm-se antes de alcançar o Tejo, para só voltar a inscrever, nos cumos de S. Mamede, Monchique ou nalgumas elevações do planalto de Évora, manchas pouco extensas. Progressivamente, a secura mediterrânea vai ganhando o Sul.

Na distinção entre um Portugal húmido e um Portugal árido intervém assim, fortemente, o contraste de relêvo. Para mais, reforçando o importante limite climático antes indicado. Quando o território está sob o influxo dos *ventos de Oeste*, o que sucede especialmente no inverno e durante mais tempo no Norte, recebe muitas chuvas; quando o cobre a faixa dos *anticiclones sub-tropicais*, centro de divergência do ar, de céu portanto geralmente límpido, que se demora mais tempo no Sul e se estende a tôda a Península durante o verão, as chuvas são muito escassas. É ainda à barreira formada pela corda de serras do Minho ao Caramulo, grande área de condensação logo atrás do litoral, que se deve o contraste entre uma região atlântica e outra interior, menos húmida, com grandes extremos de temperatura: entre os planaltos trasmontanos e beirões — *Terra Fria* e moderadamente chuvosa — insinuam-se, pelos vales e baixas, retalhos de *Terra Quente*, muito sêca, revestida de árvores mediterrâneas cultivadas.

Matos e arvoredos atlânticos. — À acção do Oceano, que atenua o calor e secura estivais e mantém chuvas abundantes, se deve que, através do Cantábrico, algumas espécies vegetais da Europa

média alcancem o território português e aqui tenham o limite meridional da sua expansão. Estão neste caso as árvores de fôlha caduca que, no Norte de Portugal, formam os últimos povoamentos importantes. O carvalho alvarinho ou roble, a aveleira, o vidoeiro branco das montanhas, não ultrapassam a Cordilheira Central; o carvalho negral, o castanheiro, o ulmeiro ou negrilho, o amieiro, o choupo, o freixo, o plátano bastardo, o teixo, predominam no Norte ou reaparecem no Sul só com a altitude. Algumas urzes, giestas e fetos, últimos representantes da flora lenhosa comum à Europa atlântica, ainda se encontram no Algarve. As silvas desempenham, no Norte, o papel das piteiras e figueiras da Índia no Sul, e com elas se misturam no Mondego baixo; a hera reveste os muros de granito musgoso ainda na Serra de Sintra.

Os reagentes mais seguros das condições atlânticas são o carvalho alvarinho, algumas espécies de tojos (*Ulex nanus* em especial) e o pinheiro bravo. O carvalho alvarinho está quasi confinado ao Noroeste; não desce além do Mondego nem atravessa o território português, substituído, nos planaltos trasmontanos e na Cordilheira Central pelo carvalho negral, menos exigente de humidade. O género *Ulex* está representado por dezanove das vinte e duas espécies que compreende, dessas são endémicas sete e cinco variedades; parece, assim, provável que os tojos se originassem no litoral português. Formam grandes povoamentos no Minho, na Beira Ocidental, no Norte da Estremadura, com marcada preferência pelos terrenos

siliciosos, mas não se estendem até à fronteira e no Sul reaparecem, em estreita relação com o solo que preferem, e com a proximidade do mar, na Serra de Sintra, na península da Arrábida e na Serra de Monchique. No Norte são roçados para camas de gado e preparação de estrume, às vezes rodeados cuidadosamente de muros e até propagados pela cultura.

O pinheiro bravo, que uns autores supõem introduzido na Idade Média e outros árvore antiga, teve em todo o caso, a partir de D. Dinis, a sua enorme difusão. Próprio dos areais da beira-mar, no Norte, espalhou-se, graças ao rápido crescimento e ao grande poder invasor, por todo o Ocidente, até ao Sado, e na Beira atravessa, pelo vale do Mondego, o território português; sobe, nas montanhas, até 1.100 metros e vai ganhando, lentamente, áreas cada vez mais orientais. Tem preferência pelos solos siliciosos, mas dá-se bem em todos; carece de humidade, mas só os fundos dos vales muito secos ou as encostas voltadas a Leste lhes são desfavoráveis. Hoje forma no Minho, na Beira, na Estremadura, grandes maciços florestais e pertence-lhe a maior mata nacional, o pinhal de Leiria, com 9.000 hectares. Os camponeses e os serviços do Estado empregam-no com exagêro na rearborização das serras e dos terrenos incultos. Carvalhais, soutos, pinhais mansos da beira mar, derrotados por milénios de cultura, nunca mais se reconstituíram. Só o pinhal, e últimamente também o eucaliptal, vão ganhando terreno, subindo nas encostas cobertas de mato, envolvendo o âmbito

cultivado das povoações, em grupos pequenos ou em bosques densos, monótonos, intermináveis. Ao Sul da Arrábida, domina o pinheiro manso, que já aparece misturado com o bravo nos pinhais do litoral desde o Mondego; mas êste encontra-se em tufos esparsos mais para o Sul, onde um bafejo de aragem oceânica lhe permite ainda suportar o calor de verão ¹. O pinhal, onde domina o pinheiro bravo, cobre hoje 45% da área arborizada; as lenhas, toros e resinas de pinheiro representam 48% do valor dos produtos florestais, no primeiro país produtor de cortiça, com cêrca de metade de produção mundial, que todavia entra apenas em 32% daquele valor! Assim, foi o homem que introduziu na paisagem natural uma das alterações mais profundas, substituindo as matas de árvores copadas e fôlha caduca, pelos pinhais de fôlhas persistentes, escuras e aceradas. Os bosques que, pela densidade e extensão do arvoredado, mais evocam a idéia de povoamentos primitivos, e hoje constituem elemento inseparável da fisionomia de metade do território português, resultam de um trabalho humano de seis séculos.

«Onde a terra se acaba e o mar começa». — O mar é o mais poderoso factor de relações geo-

¹ Alguns autores pretendem distinguir do *Pinus Pinaster* (= *Pinus syrtica*) ou pinheiro bravo, outra espécie, *Pinus meso-geensis*, mediterrânea, com diferentes exigências ecológicas; mas a separação, fisionomicamente, não parece fácil de estabelecer. Vid. W. ROTHMALER, «Árvores de Portugal», in *Bol. da Soc. Broteriana*, xv, 1941.

gráficas remotas. Caminho aberto para todos os lugares do mundo, nas suas cidades-portos o *exótico* cabe sempre entre o *local*. Mas êle marca também o fim da terra habitada: e quando se não vê ou adivinha uma costa fronteira próxima e as suas vias andam desprezadas, pesa sôbre os litorais um destino de isolamento e arcaísmo. Assim succedeu à orla atlântica da Ibéria, que tanto viveu sôbre si, quasi esquecida do mundo, como lhe coube prender, na Europa, as suas mais longínquas ligações.

Para uma meditação sôbre êste duplo papel do Atlântico na nossa geografia, não pode recomendar-se melhor lugar do que qualquer das pontas que mais longe se projectam pelo mar dentro: a de Espichel e a de Sagres-S. Vicente. Muito antes que a vista dê a noção de promontório, vai-se fazendo sentir o isolamento de finisterra. O ar carrega-se de humidade; no solo, varrido por ventos impetuosos, a vegetação rarefaz-se, em tufos esparsos cosidos com o chão. As marcas da occupação humana tornam-se mais ténues e raras, como se esta se degradasse antes de atingir os limites impostos pela natureza: casais isolados, povoações muito rústicas, leiras cultivadas entre muros de pedra ou lado a lado da areia movediça e ameaçadora. Mulheres de campónios-pescadores das proximidades do Cabo Espichel, à soleira das pobres casas de pedra sôlta, disseram-me, numa grande tristeza, que ali era um dos *cabos do mundo*. O geógrafo ESTRABÃO, ao recolher notícias sôbre o *Promontorium Sacrum* (Cabo de S. Vicente), começa por notar que êle «marca o extremo oci-

dental não só da Europa mas de tôda a terra habitada». A sua situação e rudeza selvagem impressionaram os antigos, que o povoaram de lendas. Durante o dia ia-se até lá cumprir obrigações rituais, mas deixava-se discretamente a noite aos deuses que aí se reuniam: quando muito assistia-se, de uma povoação vizinha, ao ocaso do Sol, que se fazia muito grande antes de mergulhar nas ondas com um ruído de ferro em brasa que se extingue na água.

Este mesmo sentimento de terra rude, extrema e isolada, acode muitas vezes ao espírito do autor que nos deixou o relato mais minucioso da Lusitânia antiga. De facto, o arcaísmo pesou como uma condenação quasi permanente sobre as nossas culturas pré-históricas, desde as populações paleolíticas que percorriam os rochedos da costa à procura de moluscos comestíveis. Nenhuma das brilhantes civilizações do fim do Quaternário peninsular parece ter penetrado em Portugal, como se a terra vivesse segregada das grandes correntes de civilização e do caminho dos povos. No fim do neolítico e no começo da época do bronze, um fermento de vida local levou neste perdido Ocidente, com os construtores de dolmens, cuja área se calca, com notável exactidão, sobre o que podemos considerar a fachada atlântica da Península (Portugal-Galiza e seus confins não castelhanos). Mas as relações desta cultura são menos com o centro da Ibéria ou com o Levante mediterrâneo do que com outras finisterras atlânticas — a Bretanha, o País de Gales, a Irlanda, a Escócia — pre-

lúdio de uma vocação de remotos caminhos do mar. E por alguma razão da terra, mais ponderosa que inexplicáveis coincidências, êstes mesmos litorais serão os últimos redutos da ocupação celtica fortemente marcada na religião e nos usos dos povos do Oeste peninsular.

Porém, ao esplendor fugaz da cultura dolménica, vai suceder a rudeza arcaizante dos *castros*, alcandorados no alto de montes, espécie de grandes aldeias de casas e muros de pedra solta. No isolamento das suas serranias e vales profundos, os lusitanos, que principalmente demoravam entre o Douro e o Tejo, pouco devem ao convívio mediterrâneo e quási nada ao mar a que voltaram costas. A sua economia é uma economia de montanhesees, que em larga parte supre as deficiências de uma agricultura irregular com os produtos do rebanho, da floresta ou das depredações em lugares chãos e férteis. Alimentavam-se de carne de cabra e faziam pão de lande¹, e não de cereais; usavam manteiga em vez de azeite, bebiam uma espécie de cerveja de cevada e tinham o vinho como coisa rara. Por várias vezes cubicaram e saquearam a região dos Turdetanos, nas margens do Guadalquivir, e outros férteis lugares da Bética, habitados por povos dados às artes pacíficas da agricultura.

¹ De azinheira? O texto de ESTRABÃO não é explícito, mas pode entender-se assim. As outras bolotas não se comem, por serem muito amargas: todavia, teria a azinheira tão larga representação ao Norte do Tejo?

Estas guerras entram no quadro dos conflitos criados na oposição dos modos de vida, e Viriato, pastor e salteador da montanha, adquire o valor de um símbolo.

A romanização fez-se tarde e a mêdo neste mundo estranho, depois de século e meio de lutas. Deixou como vestígios indeléveis a língua, a descida para as terras baixas e uma economia baseada na agricultura regular, com a decorrente fixação da propriedade e das unidades agrárias. Mas, só porque a civilização romana foi a última a inscrever-se fortemente nos territórios setentrionais, se pode, de algum modo, como vimos, opor um Portugal românico a um Portugal mourisco. Mesmo assim, e a despeito dos restos de estradas, de *villas*, de cerâmica e das moedas com que se topa a cada passo, faltam ali os grandes monumentos e as prestigiosas ruínas.

Ainda hoje não há no Sul nada de comparável à rudeza primitiva de algumas povoações perdidas nas serranias setentrionais, como suas casas de pedra sôlta, tal como nos redutos castrejos, cobertas de lousa ou colmo, sem qualquer rebôco ou caiação que esconda o aparelho tôsko dos blocos de granito ou xisto. Tudo leva a pensar que as invasões e transformações históricas não alterem sensivelmente nem a composição nem a maneira de viver da gente que se abriga detrás dos seus pobres muros. Apartados pela rudeza das montanhas, pela fundura dos vales, pelo impraticável dos caminhos, aqui viverão ainda os descendentes da mais remota estirpe nacional.

Um domínio arcaizante: a Montanha.—Alguns traços desta economia, muito mais próxima da Europa Central que do Mediterrâneo, permaneceram no isolamento das serranias e dos planaltos da *Terra Fria*. No Minho, o povo opõe à *Ribeira* dos vales largos, terra de milho, vinho e fruta, que formiga de gente em casais disseminados na verdura dos campos, prados e bouças, a *Montanha*¹, onde o pinhal, o vinho e o milho rareiam, a população se aglomera em aldeias à roda de campos de centeio, vastos terrenos de pastagem e, sobretudo, enormes extensões de penedia estéril. A designação convém perfeitamente ao conjunto de relevos situados, ao Norte do Tejo, acima de 700 metros, que abrange o Minho Alto, grandes extensões planálticas de Trás-os-Montes e da Beira Trasmontana e as principais serras da Beira com a Cordilheira Central. Esta área, retalhada por vales de erosão e fragmentos de superfícies abaixadas por falhas, não tem continuidade e por três lados a assaltam influências diversas. Do Ocidente vêm massas de ar atlântico que envolvem os cimos até tarde de nuvens espessas, elevam ao máximo, como se viu, os valores da precipitação, e permitem a rega dos milhos e prados; para Leste, insensivelmente, liga-se ao planalto de Leão e à enorme superfície de Castela-a-Velha, «longe do mar»,

¹ *Montanha* tem sempre, na linguagem popular, o sentido de região; uma *montanha* diz-se *serra*.

fechada por serras no isolamento continental das suas planuras lisas e nuas, onde os cereais alternam com pousios relvados e os arvoredos quasi desaparecem expulsos pela aridez continental; pelo Sul, subindo os vales e baixas, chegam baforadas de estio mediterrâneo, e com elas trepam sobreiros e matagais de esteva, que anunciam os plainos soalheiros onde os pastores serranos costumam levar os rebanhos a invernar.

Ligada assim a três mundos tão diferentes, a Montanha conserva, apesar de fragmentada e dos cambiantes que a contornam, graças ao isolamento, relativa uniformidade. Montalegre e a Guarda, ambas a 1.000 metros de altitude, tem quasi o mesmo clima: temperatura média anual respectivamente $9^{\circ} 9$ e $10^{\circ} 1$, seis meses abaixo de $10^{\circ} 1$, $3^{\circ} 8$ e $3^{\circ} 4$ em Janeiro, $17^{\circ} 7$ e $18^{\circ} 9$ em Agosto, 1.080^{mm} de precipitação em ambas as estações, 112 dias de chuva e 20 de neve, 8.4% de chuva no verão, na primeira, 96 e 18 dias, respectivamente, de chuva e neve, e 7.6% de chuva no verão, na segunda. Bragança², a 730 metros de altitude, no planalto, não sai fora deste quadro climático, com $10^{\circ} 9$ de temperatura média anual, seis meses abaixo de 10° , $3^{\circ} 6$ em Janeiro e $19^{\circ} 6$ em Agosto, 1.360^{mm} de precipitação, 5.5% no estio, já mais sêco. O carvalho negral e o castanheiro formam bosques esparsos até 1.200 metros; vidoeiros e

¹ Três meses no Pôrto e em Coimbra, nenhum em Lisboa.

² Dez anos de observações.

teixos devem ter revestido encostas hoje desnudadas; o zimbro rasteiro constitui, no Gerez e na Serra da Estrêla, a pobre cintura de coníferas que isola os relvados de cervum.

A evolução humana não acompanhou esta uniformidade física. O Mondego separa, de facto, duas sub-regiões. Nas montanhas do Noroeste, o povoamento alcançou, há quatro mil anos, os seus limites actuais: os dolmens e os castros encontram-se na área dos estabelecimentos mais elevados. Na Cordilheira Central, os vestígios pre-históricos não ultrapassam os contrafortes das serras e o povoamento ainda hoje está ganhando as maiores alturas, subindo ao longo dos vales, sem ter chegado aos limites naturais. É possível que o grande foco de densidade do Noroeste ascenda aos primórdios da cultura regular do solo e a pressão demográfica, aqui mais intensa, tenha levado a colonizar desde cedo as altitudes. Por outro lado, a Cordilheira Central, mais solevada, muito retalhada portanto, tem menos áreas planas, pelas quais o povoamento das serras da Peneda, Barroso e Montemuro mostra evidente predilecção. Mas não vale dissimular que está aqui um dos intrincados problemas da génese da ocupação do solo entre nós.

As formas mais rudimentares da economia da Montanha encontram-se precisamente nas serras de xisto, que foram as últimas a povoar-se. Há poucas dezenas de anos, o principal alimento era a castanha — um produto florestal, como a lande entre os lusitanos. A pobreza em gado grosso é tal que

os animais de lavoura são quasi desconhecidos¹ e, da surriba ao carrejo, tudo se faz a braço de homem. Nem as ovelhas se acomodam ao magro pascigo, onde só as cabras encontram alimento². Circunda as povoações um âmbito tão exíguo que mal dá para sustentar umas dezenas de moradores: êstes procuram em *póvoas* temporárias, habitadas só no tempo das fainas agrícolas, um suplemento de colheitas. Os lugarejos enxameiam por êste processo, desdobram-se, triplicam-se, como se vê no complemento de *Cimeiras, do Meio, Fundeiras*, apôsto a tantos nomes da bacia do Zêzere. A maior parte das culturas conhecidas há muito nas terras baixas entraram aqui tarde e a mêdo: o milho e a batata pode ainda, nalguns sítios, saber-se quando e onde foram introduzidos; a oliveira vive à sombra das casas e no recôncavo dos vales, o próprio centeio tinha na alimentação papel inferior ao da castanha. As sementeiras recentes de pinhal, que restringem os terrenos de mato e pastagem, vêm ainda limitar mais as possibilidades de desenvolvimento da população que, não encontrando recursos na terra, emigra, para fora do país, para os baixos mesteres da capital, ou, em grandes ranchos, procura trabalho e lucros nas ceifas e na apanha da azeitona das terras do Campo.

¹ No concelho de Pampilhosa da Serra a relação entre as cabeças de gado bovino e de gado miúdo (ovelhas e cabras) é de 1:76 (média de Portugal 1:6).

² Relação entre cabras e ovelhas no mesmo concelho — 1:0.4 (média de Portugal — 1:3.2).

Ao carácter pastoril da Serra da Estrêla já se aludiu. Embora se cultivem batatas até 1.100 metros e centeio até 1.600, a criação de gado miúdo sobreleva tôdas as actividades. O povoamento raras vezes se aproxima de 1.000 metros. A roda de 600-700, uma cintura de grandes aldeias envolve a montanha. Os sítios preferidos são os vales e o sopé, onde se pratica uma economia agrária aparentada com a das terras baixas, à base de milho e lameiros regados; daí partiram os fundadores de alguns casais dispersos, mais elevados, e os trabalhadores que se abrigam em habitações isoladas apenas durante as colheitas. A aldeia mais alta e mais internada na serra, o Sabugueiro, é habitada por pastores transumantes e camponeses que, em duas ou três semanas, semeiam, lavram, ceifam e malham o grão semeado no ano anterior, abandonando depois os campos elevados aos rebanhos e à solidão.

Nas montanhas graníticas do Noroeste, a economia e o povoamento mostram uma adaptação mais antiga e mais perfeita à altitude. Grandes aldeias compactas, com seus âmbitos de campos e pastos, sobem, na Peneda, no Barroso e no Montemuro, até 1.100 metros de altitude. As casas são bem acabadas, de pedra aparelhada, com dispositivos para proteger a cobertura de côlmo. Aqui e além, levantam-se construções maiores, dispostas à roda de um pátio interior, para onde se abrem por uma varanda corrida; são casas de lavoura, muitas datadas do século XVIII e hoje em declínio, onde pode ler-se, nos ornatos dos beirais, nas mol-

duras das janelas ou nos balcões e alpendres da porta principal, uma preocupação de elegância sóbria e digna.

Prepondera a economia pastoril. Mas, a par de grandes rebanhos de ovelhas e cabras, cria-se muito gado bovino nos lameiros regados e nos relvados naturais que as chuvas abundantes conservam viçosos todo o ano. O Barroso é o solar de uma raça de bois pequenos e robustos, de grandes cornos em forma de lira, conhecidos em todo o Noroeste; o planalto de Miranda, o centro de dispersão de outra¹. A agricultura dispõe assim não só de gados de lavoura, feita com arados primitivos mas potentes, mas também de estrume em abundância. A sua base são os cereais, principalmente o centeio, difundido a partir da alta Idade Média e hoje dominante; nas serras do Minho continua a cultivar-se, para a alimentação humana, o arcaico milho alvo ou milho miúdo. Fora dos campos, à roda das povoações ou nas encostas, encontram-se bosques ou tufos de carvalho negral e de castanheiros, de cujo fruto se fazia caldo e até pão.

Algumas culturas novas foram penetrando,

¹ A relação entre as reses bovinas e as ovelhas e cabras, levemente inferior à média de Portugal e muito à das terras baixas do Noroeste, é todavia elevada em comparação com a das montanhas da Cordilheira Central: 1:6.2 em Terras de Bouro, 1:7 em Montalegre, 1:7.3 em Boticas, 1:7 em Miranda, 1:9.1 em Bragança.

tímidamente, na Montanha. O espigueiro aparece já, na vertente atlântica, onde dantes só havia enormes medas de palha centeia, mas o milho grosso raras vezes ultrapassa 1.000 metros e é, nas baixas regadas de Trás-os-Montes, cultivado apenas como forragem. A oliveira é árvore da *Terra Quente*, a vinha não se aventura acima de 800 metros e a sua ausência caracteriza o Barroso, no conceito popular. Apenas a batata — «castanha da terra» — se difundiu em um século neste mundo de terras altas, acompanhando o declínio dos soutos dizimados por moléstia implacável.

Aqui persistem também, na sua maior fôrça, acompanhando as formas de aglomeração do povoamento, derradeiros restos de instituições comunitárias pre-romanas, a que já mais de uma vez se aludiu. São especialmente dignas de nota as que se referem ao pastoreio: *vigias* ou *vezeiras* do rebanho comum guardado à vez pelos donos das reses, *toiros do povo* que fecundam as vacas de todos e se albergam alternadamente nos currais de cada criador, *lamas do boi*, pastagens comunais destinadas a alimentá-los. Aqui se encontram também os últimos restos de deambulações do gado grosso, outrora transumante, reduzidas à oscilação periódica dos cimos para os vales; e, nas *brandas* e *inverneiras* da Serra da Peneda, um caso de povoamento desdobrado, pelas necessidades da pastagem e da cultura, entre os campos e lameiros de verão e o abrigo das terras baixas e exíguas, durante o inverno — dupla migração anual que afecta a população inteira de algumas aldeias.

Muitos traços desta economia arcaica¹ persistem ainda nas terras altas de Trás-os-Montes, povoadas lentamente, nos primeiros tempos da monarquia por aforamentos colectivos a grupos de colonos, com a população estacionária pela emigração, imobilizada na rotina da comunidade aldeã. Numa paisagem carregada de tons severos, cinzentos, acastanhados, as manchas da ocupação humana são ainda ténues e distantes. Os baldios, terrenos de pasto, reserva de mato e lenhas, onde, de quando em quando, se abria a breve clareira de uma arroteia, ocupavam há setenta anos três quartas partes da província, metade ainda no fim do século passado. As aldeias ponteiavam, de longe em longe, a solidão dos maninhos. «Junto das casas, os quintais, cortinhas e hortas; à beira de água, os linhares; as vinhas, nas colinas e encostas viradas ao sol; estendendo-se mais longe, as searas; e por fim, trepando às encostas, manchando de verde sombrio os planaltos, a mata de castanheiros. Tudo o mais era o descampado, a imensa extensão das terras bravias e incultas²».

A economia antiga do Noroeste. — Os belos trabalhos de ALBERTO SAMPAIO³, o único historiador

¹ Um resumo das instituições comunitárias pode ver-se em O. RIBEIRO, «Villages et communautés rurales au Portugal», in *Biblos*, xvi, Coimbra, 1940.

² VERGÍLIO TABORDA, *Alto Trás-os-Montes*, Coimbra, 1932, pág. 109.

³ *Estudos Históricos e Económicos*, 2 vols., especialmente «As villas do Norte de Portugal».

que aliou ao manejo seguro dos documentos o conhecimento profundo da vida rural, permitem restituir os traços essenciais da economia do Noroeste antes das transformações operadas na época moderna pela difusão do milho grosso. Alguns persistem ainda, outros apagaram-se com o tempo.

A densidade da população é antiga, pelo menos desde o tempo dos *castros*; os habitantes alcançavam-se em aldeias arruadas e muradas, no cimo dos montes, vivendo de landes e castanhas, pastoreando gados e cultivando cereais nos lugares altos, que então se viram despojados da cobertura vegetal primitiva, conservada nos vales e baixas. Foi por entre selvas e cabeços fortificados que os exércitos de Augusto cautelosamente tiveram de avançar.

A primeira grande transformação deve-se aos romanos e consistiu na descida para as terras baixas, onde as *villas rusticas* sucederam aos castros que pouco a pouco caíram em ruínas, e na demarcação das unidades agrárias, propriedades comunais que então passaram à posse particular pelas necessidades da tributação. Uma *villa* era prédio de extensão média, com terras bravias e cultivadas, a habitação do senhor, dos trabalhadores, estábulos e celeiros; mas, desde cedo, apareceu a tendência para fraccioná-lo dentro dos *terminos antiquos* que, êsses, chegarão até às *freguesias* rurais da alta Idade Média. A população numerosa favorecia a intensidade da pequena cultura; desde os primeiros documentos da Reconquista, a terra

aparece parcelada em glebas pouco extensas, e os bens régios, de magnates e de mosteiros ricos, eram formados de retalhos dispersos. A disseminação do povoamento, os lugares de casas esparsas, os casais isolados, a raridade das aldeias arruadas, acompanhavam a grande divisão da terra.

Junto das habitações, encontravam-se as cor-tinhas e hortas e, perto delas, muitas árvores de fruto. Os lugares fundos e húmidos constituíam as ervagens, onde se criava tanto gado grosso; por isso os lacticínios entravam em larga escala na alimentação. As águas destinavam-se apenas aos prados e ao *linhar*, que, com a lã das ovelhas, fornecia os téxteis; longe da importância que hoje têm, conservadas indivisas umas vezes, ou compradas e vendidas com as glebas que irrigavam, mostram contudo a antiguidade de uma técnica de rega que nada deve aos mouros nem talvez aos romanos.

Os cereais eram todos de sequeiro e exigiam terras enxutas (*agras*), onde se cultivavam alternadamente espécies de inverno — trigo, centeio, cevada — e de verão — milho alvo e painço. Mas, durante quatro a cinco meses, era a castanha que substituíia o pão. Entre as árvores de fruto, plantadas em pomares ou na orla dos campos, predominava a macieira; com a maçã se fazia a bebida mais vulgar até ao século x, usada hoje ainda na Galiza mas quási desconhecida entre nós.

Por essa altura se difundiu muito a vinha, já cultivada antes; então seria a vinha baixa mais importante do que a de enforcado, ao contrário de

hoje. A oliveira era tão rara que havia dificuldade em obter azeite para alumiar, em Santiago de Compostela, o corpo do Apóstolo.

O alto dos montes, onde os castrejos praticavam a agricultura, volveu-se maninho e cobriu-se de arbustos; a floresta nunca se reconstituiu. Mas, nas encostas, o carvalho alvarinho e o castanheiro misturavam-se ao tojo das *bouças*, onde cada um se abastecia de lenha e mato para estrume e cama dos gados. Há menos de um século, ainda estas árvores dominavam a paisagem do Minho, quando o pinheiro bravo estava confinado à beira-mar, donde nunca devia ter saído.

Há aqui traços comuns à economia da Montanha que, evidentemente, se filia na das terras baixas, com o ajustamento e as restrições impostas pela altitude, onde os arcaísmos melhor se conservam. No conjunto, todo o Norte se aproxima mais da Europa média que do Mediterrâneo: na verdura permanente, que o estio curto não desbota, nos restos de arvoredos de copas frondosas, que perdem as folhas no outono, nos prados regados e na criação de gado grosso. Até a oposição entre os vastos campos de cereal de Trás-os-Montes, geralmente abertos e limpos, e a cultura de ervas de pasto quadriculada pelos renques de amieiros e choupos, no Minho, evoca o contraste, no Norte da França, entre duas paisagens rurais: *plaine* e *bocage*. Analogias que nem o milho logrou apagar por completo.

II — A REVOLUÇÃO DO MILHO

Origem e difusão do milho grosso. — A confusão que envolveu a origem do milho entre nós proveio de se aplicar à gramínea *Zea Mays*, cultivada na América desde os Estados Unidos ao Rio da Prata quando os europeus lá chegaram, o mesmo nome que já designava outros cereais: milho alvo ou milho miúdo, ou simplesmente milho (*Panicum miliaceum*), e milho-painço (*Stetária itálica*), que faziam parte da economia tradicional, e milho zaburro ou sorgo (*Agdrópogon sorghum*), trazido da Guiné ainda antes do descobrimento da América. Parece que já em 1500 se ensaiava em Sevilha a cultura do novo cereal, confinado, durante anos, ao vale do Guadalquivir. Daí viria para o Campo de Coimbra, entre 1515 e 1525, e rapidamente se propagou entre nós. Poucos anos depois já se encontra no terreno de Lamego, onde a altura das canas e o tamanho das espigas e dos grãos são descritos como coisa nova; em 1533, ultrapassara, nos preços correntes dos mercados, o centeio, a cevada, o milho miúdo, colocando-se a seguir ao trigo. Na primeira metade do século XVII, é o mantimento mais comum da gente do Minho e da maior parte da Beira; as searas, de regadio, fundem muito, o que torna barato o produto e dá abastança ao povo.

Assim, em menos de um século, a nova cultura ganhara as terras baixas atlânticas; a sua difusão na *Montanha* e nas regiões mais interiores far-se-á nos séculos seguintes, em detrimento do milho

miúdo e do centeio e a favor da decadência dos soutos. O milho de sequeiro vai progressivamente ganhando o Leste e o Sul, cultivado nas terras frêscas, e acompanha quási sempre as colonizações recentes, os foros, a divisão das herdades. Não admira por isso que, no princípio dêste século, o milho cobrisse ainda quási metade da área dos cereais de pão e só há vinte ou trinta anos a grande expansão do trigo o tenha suplantado ¹.

O campo-prado. — O milho grosso, milho de maçaroca, milho ou milho maez, nomes porque é designado no Minho para se distinguir do milho alvo tradicional, encontrou na economia antiga do Noroeste condições favoráveis para uma expansão extremamente rápida: gado grosso, que fornecia estrume e trabalho; população densa, que assegurava a mão de obra e estimulava, pelas necessidades do consumo, a produção; prática usual da rega dos prados e linhares onde, durante os meses de verão, se poderá intercalar a nova cultura.

O milho é o único cereal regado e sachado e nisto consiste a sua originalidade. Semeado tarde, para que o seu ciclo vegetativo se desenvolva rapidamente nos meses mais quentes e mais secos, não dispensa o remechar da terra e a rega artificial, mas deixa lugar, nas áreas que lhe são destinadas, às culturas de inverno e da primavera. O prado

¹ Para desenvolvimento e documentação *vid.* O. RIBEIRO, «Cultura do milho, economia agrária e povoamento», in *Biblos*, xvii, 1941.

e o linhar transformam-se em campo durante o verão.

A maior parte das terras de milho de regadio está situada nas encostas, em socacos que quebram os maiores declives ou em largos tabuleiros inclinados, se o pendor é menor, no fundo dos vales e na borda dos cursos de água. Sempre que a gravidade o permite, a rega faz-se por levadas abertas na vertente ou por poças no alto do barranco; ou então eleva-se, por meio de noras, rodas hidráulicas e cegonhas, a água dos ribeiros e poços — processo menos usual no Noroeste e mais seguido na Beira Alta. A maior intensidade de irrigação situa-se no inverno, quando a *água de lima* cobre de uma película contínua todo o terreno: esta prática exige, a par de certo declive, uma massa enorme de água corrente, para o que se abrem, no rêgo por onde corre, muitas e próximas bôcas. O fim dela é obter erva abundante, tenra e fresca, para alimento do gado. O pasto é semeado, em parte colhido e em parte utilizado directamente pelos animais que se deixam em liberdade ou presos a uma estaca, estabulados durante o mau tempo, dormindo nos currais debaixo do teto que abriga os homens. Nestes *lameiros* do Noroeste se criam metade das reses bovinas de Portugal, mas o pastoreio, caracterizado por deambulações em largos espaços, existe apenas na Montanha. A pastagem é uma modalidade da agricultura.

No mesmo lameiro, em fins de Março ou Abril, prepara-se a terra para a sementeira do linho, que se apanha em fins de Junho. Esta cultura, hoje em

declínio, foi mais um incentivo de se prepararem terras para uma rega abundante.

Uma lavoura funda, feita com arados enormes puxados a seis e oito juntas — a *vessada*—, transforma o prado em campo; segue-se logo a sementeira do milho, pelo mês de Maio, sachado no geral duas vezes e regado, consoante os sítios e a abundância de água, três, quatro ou cinco vezes, de quinze em quinze dias apenas em lugares mais favorecidos. Colhido em fim de Setembro ou Outubro, fica outra vez *de pasto* a terra que as chuvas de outono permitem cobrir de água de lima.

Entre o milho semeia-se o feijão, que se enrola aos caules daquele, as abóboras, e plantam-se hortaliças, regadas pela mesma água; na orla dos campos, dispõem-se alinhadas as árvores de fruto ou as uveiras por onde trepa a vinha. Na maior extensão do Noroeste, desapareceram os pomares especializados e as vinhas baixas lembradas nos documentos medievais; decaiu também a criação de gado grosso, que viu ocupados parte do ano os seus terrenos de pastagem. Os traços fundamentais da paisagem agrária são a *bouça*, onde se cria mato entre árvores, e a terra de policultura a que o campo de milho serve de núcleo; mas êste é utilizado como pastagem durante dois terços do ano e a sua necessidade de água, neste período, não se compara com a meia dúzia de regas que se dão ao milho. A designação de *campo-prado* parece ser ainda a que com mais propriedade lhe convém. X

No Noroeste, cultivava-se também uma variedade de crescimento mais rápido, o *milho de estivada*, semeado, depois de uma cavada ligeira, nos restolhos de centeio logo a seguir à ceifa. Aqui, a rega aplica-se, na mesma terra, apenas durante o verão: e o rendimento da seara de milho anda pelo dôbro da do cereal de sequeiro. O corte faz-se ainda a tempo de semear centeio, mas às vezes a terra fica de pasto até nova sementeira de milho.

Assim, o milho veio, por um lado, intercalar-se em terras de pasto e linho, tradicionalmente regadas; mas, as necessidades alimentares da população que cresce, e o grande rendimento das searas do novo cereal, fizeram com que se lhe destinassem também campos de centeio. A área regada alargou-se então muito, as encostas cobriam-se de socalcos, que ao mesmo tempo quebram o pendor e aumentam a superfície arável, multiplicaram-se poças e regos, abriram-se minas e poços para captar a água requerida pela generalidade da nova prática. No Minho, domina ainda a rega por meio de canais alimentados pelas poças dos lugares altos, que ocupa a maior extensão das terras baixas e das encostas cultivadas: toda a superfície arável é, praticamente, regada, salvo num ou noutro lugar mais escasso de água. Aqui se encontram as percentagens mais elevadas da área irrigada na superfície total, na Península conhecida no panorama da irrigação mundial principalmente pelas *huertas* levantinas.

Idêntico estilo de rega se espalhou por quasi toda a Beira Ocidental e Alta. Nos vales do

Paiva e do Vouga a analogia com o Minho é completa. Mais para o Sul e o interior, as cegonhas dominam a paisagem agrária. Numa região rica de chuvas e de terreno pouco permeável, onde o granito ocupa a maior extensão, os poços pouco fundos bastam para aproveitar, durante a estiaagem, a água armazenada no sub-solo. Nos campos de milho do sopé da Cordilheira Central, os *corrimãos* de vinha baixa e as árvores de fruto, relegadas para o limite daqueles, lembram ainda o campo-prado minhoto; mas, à roda do poço donde a cegonha tira a água sem descanzo, a horta tomou o lugar do pasto durante os meses de inverno; nas encostas, e também nas terras planas mais sêcas, a vinha baixa, o olival, o pomar, ocupam áreas que lhes são destinadas exclusiva ou principalmente. Grandes manchas de pinhal e mato restingem o âmbito cultivado, que se insinua entre elas. Cria-se pouco gado grosso e muitas ovelhas e cabras nos terrenos maninhos. A rega prepondera ainda nos campos; mas êstes perderam a bela ordenação do Minho, e aproximam-se da policultura mediterrânea, salpicados de árvores de fruto, com parcelas de vinha e de cereais de sequeiro, entre os quais se conta também o próprio milho. Como no Sul, apenas a horta é sempre regada.

O milho de sequeiro. — Parece fora de dúvida que o primeiro milho cultivado entre nós foi sempre regado; só depois nasceu a idéia de o sujeitar aos processos usados para os outros cereais. De facto, semeando-o na primavera, de modo que

os grandes calores de verão o encontrem já robusto, é possível ainda obter colheitas compensadoras; o corte faz-se, neste caso, no meio do verão. Nas terras altas e frescas do vale do Mondego, já se usa essa modalidade de cultura; nas regiões de trigo em regime de afolhamento, semeia-se às vezes milho no alqueive — o que permite aproveitar a terra estimulando, ao mesmo tempo, a produção daquele cereal; em todo o Oeste, até ao Algarve, nos terrenos batidos por ventos mareiros que mantêm o ar fresco e a humidade relativa elevada, ainda que as quedas de chuva sejam escassas e a estiagem longa, é possível cultivar milho dêste modo. Isso explica a grande difusão da sua área há meio século, a qual não só ganhou terreno sobre a do centeio, mas o perdeu com o recente alargamento da cultura do trigo. Como cereal de regadio, o milho liga-se à região onde a abundância de chuvas permite dispor, durante o estio, de maiores quantidades de água; como cereal de sequeiro, confina-se à proximidade do mar e à sua atmosfera sempre húmida. Assim se compreende este facto, paradoxal na aparência: que, num país atravessado pelo limite da zona mediterrânea, um cereal originário dos trópicos encontrasse, fora dela, na região atlântica, as condições mais favoráveis à sua expansão.

O casal e a courela. — Os campos-prados, tal como ficaram descritos, e os campos abertos e afolhados, podem considerar-se dois extremos de uma escala. Nêstes, em períodos de actividade intensa

mas breve, os homens juntam-se para trabalhar, na lavrada, na monda, na ceifa, operações que exigem muitos braços mas deixam entre elas largos intervalos de solidão; e a criação de gado nas fôlhas devolutas toma feição pastoril, com grandes rebanhos deambulantes que passam ao ar livre a maior parte do tempo. Os campos de milho são muito diferentes: as regas, as sachas, as culturas intercalares de horta, o tratamento de fruteiras e das vinhas que os marginam, trazem sempre o trabalhador à roda das várias culturas; escasseia o espaço para o pastoreio e os gados criam-se com resguardo, em grupos pequenos e bem vigiados. Duas formas tão diferentes de economia agrária, condicionam em parte, e em parte reflectem, estruturas sociais distintas. Cultura extensiva e pastoreio andam ligados à disciplina da exploração agrupada, pela comunidade aldeã ou pela clientela do grande proprietário. Cultura intensiva, variada e minuciosa, criação de gado sem vida pastoril, ocorrem com a exploração familiar, a população disseminada, onde a falta de vizinhança afrouxou os laços comunitários, a propriedade pequena ou até pulverizada, o formigar de gente nos campos, a separação das leiras para onde abre a casa de cada família que nelas procura sustento, à fôrça de remechar, estruturar e regar a terra. Se tal estilo de ocupação do solo não é novo no Noroeste, foi a introdução do milho de regadio, com a consecutiva supressão dos pousios, que permitiu generalizá-lo.

No Norte, designa-se por *casal* êsse tipo de exploração, que combina parcelas de campo, prado

e vinha, distintas ou coexistentes na mesma terra, com *bouças* onde a gente se abastece de mato e lenha, indispensável reserva de incultos, consideravelmente diminuídos mas que o sistema de exploração agrária não permite eliminar por completo.

«O *casal* representa uma condensação grande de trabalho e uma grande intensidade de produção. Trabalha-se sempre, às vezes de noite, trabalham todos, pais, filhos, parentes e amigos, na cultura dos campos, no tratamento dos animais, nos consertos dos aparelhos, no fabrico do vinho, na cozinha, na costura, a fiar, os homens e as mulheres, às vezes sem distinção de serviços. Na região minhota e na beirã chegam a trabalhar na agricultura mais de 45 % das mulheres existentes. E não se reservam os serviços menos árduos. Com a enxada e o sacho, na rabiça do arado e com a aguilhada adefronte dos bois pelos caminhos, nem na intensidade nem na duração do trabalho cedem o passo ao homem. Nem um pedaço de terra fica por utilizar.

A borda de uma vala, o combro de um canteiro e o talude de um valado produzem tanto como o chão dos talhões em que o prédio possa dividir-se. É desta oficina agrícola que sai a maior e a melhor parte da nossa produção pecuária e a grande massa da produção total da nossa agricultura... É também onde os processos de cultura estão mais atrasados». ¹

¹ S. do Monte Pereira, «A produção agrícola» in *Notas sobre Portugal*, 1, pág. 130.

Assim, o milho foi, no século xvi, um providencial enriquecimento do património agrário. Ao Norte do Mondego, a faixa atlântica, muito povoada, onde já se praticava a rega e a policultura, recebeu sem custo a nova planta e dela aprendeu depressa a tirar proveito. Mas, lentamente, o milho vai ganhando o interior, subindo nos barrancos das montanhas, alargando para o Sul a sua área. Por toda a parte onde a pressão demográfica se faz sentir, o novo cereal substitui os antigos, multiplicam-se as regas, elimina-se o pousio, arroteia-se sem descanso. Ele introduz-se no Oeste de Trás-os-Montes e na Cordilheira Central no século xviii: além substitui o centeio, aqui a castanha. No século xix, ganha cada vez maiores áreas nas areias da beira-mar e nas charnecas do Sul, colonizadas então pela primeira vez. Ao casal do Norte, corresponde aqui a *courela*, resultante da divisão de herdades, no todo ou em parte, dada no geral de aforamento a uma família, que rompeu o maninho e cobriu a terra de culturas mimosas.

Onde se estendiam matagais bravios ou fôlhas incultas, que o arado rompia de longe em longe, os *foros* permitiram que se instalassem colonos, vindos das aldeias próximas, saturadas de gente, ou das terras super-povoadas do Norte: migrantes periódicos para as fainas agrícolas que se transformaram em povoadores permanentes — como os *caramelos de estar* do vale baixo do Sado, oriundos do Campo do Mondego, e os *ratinhos* ou *beirões*, lembrados, no sul, em nomes de hortas, herdades e montes que fundaram.

Na Estremadura, no Ribatejo, no Alentejo occidental, em cujos concelhos rurais se observam, nos últimos cinquenta anos, acréscimos de população superiores à média do país, em manchas mais ou menos extensas, alastra uma nova paisagem rural: leiras divididas por muros ou sebes, caminhos múltiplos que a elas conduzem, tufos de pinheiros e eucaliptos, aqui vinha, além olival e pomar que ponteiam searas pequenas, a horta à roda do poço, campos de milho de sequeiro e, sempre que é possível, de regadio. Esta terra retalhada, esta policultura à roda de casais disseminados, contrasta com as enormes extensões dominantes, de seara e montado, de charneca e solidão, e lembra um pouco as terras do Norte, densas de presença humana. Foi ainda o milho que tornou possível tais transformações: se hoje o trigo avulta, os coureleiros velhos dirão que os tempos estão mudados e os novos muito *fidalgos*, pois dantes todos se criavam com broa e o pão de trigo reservava-se apenas aos doentes e só se comia em dias de festa.

A disseminação do povoamento.— Aos dois tipos aglomerados, da região trasmontana e do plaine meridional, opõem as paisagens de milho e os tractos de policultura mediterrânea a disseminação do povoamento.

A dispersão das habitações é antiga no Noroeste, onde os últimos núcleos de população aglomerada se despovoaram e arruinaram na época lusitano-romana, quando as vilas ou quintas e os casais das terras baixas sucederam aos

castros alcandorados nas colinas. Um precioso recenseamento de fogos, ordenado em 1527 para todo o país, que chegou até hoje quási completo, permite apreciar as transformações posteriores a essa data — pouco mais ou menos a da difusão do milho grosso.

Na comarca de Entre-Douro-e-Minho, a cada passo «o numeramento» refere a raridade de povoações juntas e informa que os moradores viviam por quintas e casais apartados. Uma ou outra vila ou cidade não desmentem a regra da disseminação da gente rural; havia concelhos que não tinham, no lugar da sede, mais do que a casa das audiências e a picota, símbolo das regalias municipais, tal como hoje as igrejas de muitas freguesias se levantam, com a residência paroquial, em lugar ermo, no meio da área onde vivem os fregueses espalhados por casais e lugares.

Os termos da dispersão consistem no casal isolado, no grupo de poucas habitações ou no lugar de poucos moradores, com as casas frouxamente agrupadas, e campos, prados e arvoredos insinuados entre elas. Cada uma se abre para o seu terreno de cultura, a sua bouça ou pinhal. A vizinhança atenua-se, a família explora a seu talante as leiras que lhe pertencem, a intimidade é maior entre a casa e o campo do que entre aquela e outra próxima. Salpicando irregularmente a verdura, à beira dos caminhos que se entrecruzam em tôdas as direcções, as moradias aqui se adensam para logo se dissociarem, sem

que nada evoque as verdadeiras aldeias, de casas apinhadas no meio da vastidão dos campos desertos.

Na Beira Alta e Litoral, na Estremadura, na margem direita do Ribatejo e no Algarve, sobre um fundo de aldeias antigas, compactas e espaçadas, insinuam-se casais disseminados junto das leiras com que, desde há séculos, se vem alargando a área dos terrenos de cultura. Uma família deixa a aglomeração para se instalar na orla do mato ou do bosque, na base do barranco, no ermo dum monte maninho: breve arroteia circunda a habitação, com o poço que permite regar o milho e a horta. Em poucos anos, o casal foi crescendo, a família multiplicou-se, novos rebentos se dedicaram algures à mesma faina de romper mais um tracto de bravio, ao casal primitivo juntaram-se outros e assim se constituíram verdadeiras povoações.

A comparação do arrolamento quinhentista com os mapas ou censos actuais permite verificar, em quatro séculos, o considerável esparzimento da disseminação; mas as grandes aldeias, os locais de povoamento mais compactos e importantes, são quasi sempre antigos. Nalguns sítios, a velhos lugares e casais juntaram-se outros, aumentando a dispersão; às vezes a transformação foi mais profunda e uma poeira de casais cobre, entre as aldeias, os desertos que outrora as circundavam.

A forma mais perfeita da disseminação encontra-se todavia nas áreas colonizadas nos últimos cem anos, tractos de areal, em toda a costa, ou

charnecas e brejos do Ribatejo, da Península da Arrábida ou do Alentejo. Aí não se nota qualquer coesão entre as habitações, cada um levanta casa ao pé da sua courela, dispõe-na como lhe apraz, isola-se do vizinho, mostrando, nesta expressão de independência, o declínio do antigo espírito de comunidade que levava os homens a juntarem-se para explorarem colectivamente campos e pastagens. Os *foros* pertencem a este tipo, que é, invariavelmente, o de tôdas as formas recentes de ocupação do solo entre nós.

Dispersão antiga no Noroeste, consecutiva a uma grande revolução no povoamento, dispersão intercalar, insinuada entre velhas aglomerações, dispersão primária recente, nas áreas de colonização, andam tôdas ligadas às mesmas causas sociais e a idênticas condições naturais. Dominante no Oeste, onde a humidade e as chuvas favorecem a policultura e o regadio, e a pressão demográfica obrigou a romper os incultos, a disseminação do povoamento é um fenómeno essencialmente *atlântico*. A primeira vaga nasceu com os progressos gerais da agricultura, na época romana; a segunda, milénio e meio depois, quando um cereal novo permitia a uma família subsistir, pelo esforço de todos, nuns palmos de terra à roda de um poço. Apenas o Algarve foge à regra: porque, se ao pé de muitos casais existem a nora e o tanque para regar a horta, a dispersão ganhou também os maciços calcáreos onde as plantações de árvores de fruto fornecem alimento aos homens e aos gados.

Remate. — Revolução do milho, pode dizer-se com propriedade. Depois da conquista romana, nenhuma alteração mais profunda se introduziu na monótona vida dos nossos campos: nem os árabes, com plantas novas e culturas de regadio, fizeram nada de comparável. Grandes arroteias, supressão dos pousios; aumento da área regada; agricultura intensiva, variada, minuciosa; declínio do pastoreio, por falta de espaços abertos à deambulação dos rebanhos; separação definitiva do campo e do bosque; maior iniciativa no trabalho familiar, decadência irremissível do espírito de comunidade, individualismo que se traduz no parcelamento da terra, na multiplicação de sebes, muros e divisórias, e na disseminação das habitações, tudo o milho favoreceu, permitiu ou provocou. A importância dessas transformações pode avaliá-la quem se lembrar que elas cobrem quasi metade da área de Portugal, e que nessa área vivem três quartas partes da sua população.

III — «ORA MARITIMA»

Reflexões gerais. — Os geógrafos têm-se aplicado a mostrar o forte reflexo do Atlântico nas nossas paisagens e na nossa economia. ✓ SILVA TELLES escreveu, com decisão: «Aberto largamente ao mar e êste levando até muito longe a sua influência, o território português, nas suas feições fundamentais, revela uma simbiose permanente

com o Oceano contíguo»¹. LAUTENSACH apontou a característica *atlântica* como a que mais vigorosamente determina a «personalidade geográfica» de Portugal².

O litoral representa 41 % dos contornos do país; Portugal possui um km de costa por cada 100 km² e apenas uma área restrita do Nordeste se encontra a pouco mais de 200 km para o interior. Se os produtos do mar entram apenas com 4 % no valor da actividade económica geral, cabe-lhes um quinto do valor das exportações. O essencial do comércio externo fazia-se, antes da guerra, pelos portos, por onde passavam 96 % das mercadorias. Foi também por mar que a emigração portuguesa procurou sempre os caminhos do seu destino.

O oceano domina portanto as relações gerais da terra portuguesa. A sua influência, levada por ventos de Oeste e chuvas abundantes, marcada num cortejo de culturas e plantas que requerem humidade, atravessa, pelo vale do Mondego e pelas cumeeiras da Cordilheira Central, todo o território.

O litoral exerceu também, desde sempre, forte atracção sobre as populações. Não é por acaso que se encontram, em restos das mais antigas praias quaternárias, os primeiros seixos frustemente trabalhados pelo homem. Desde o começo da idade dos metais que se estabeleceram, através do Oceano,

¹ Portugal. Aspectos geográficos e climáticos. (Exp. de Sevilha, 1929), págs. 55-56.

² «A individualidade geográfica de Portugal no conjunto da Península Ibérica» in *Bol. Soc. Geog. Lisb.*, 1932.

relações de civilização com ilhas e litorais do Noroeste europeu — uma espécie de prelúdio de grandes navegações atlânticas. Segue-se um longo período de abandono das costas, depois visitadas por navegadores fenícios, gregos, cartagineses, que aqui e ali deixaram vestígios. Na época romana, se bem que as maiores cidades sejam interiores, há estabelecimentos litorais, portos por onde se fazia algum comércio e onde se pescava e salgava peixe.

Nada autoriza a supor que esta tradição se mantivesse. Assolada por piratas mouros e normandos, a orla marítima do Norte foi objecto de especiais cuidados antes e durante os primeiros tempos da monarquia: restauro e fortalecimento de povoações, vantagens concedidas a povoadores que então se deslocaram do interior, organização de uma marinha de defesa. No Sul, tudo leva a crer na continuidade do tráfico dos portos muçulmanos depois da Reconquista. Seja como fôr, coincidindo com a formação do Estado, dá-se uma concentração de gente e maior desenvolvimento das povoações no litoral. A própria luta com os mouros toma entre nós o aspecto, único na Península, de progredir ao longo da costa, ajudada de armadas de cruzados que por aqui faziam caminho do Mar do Norte para o Mediterrâneo. Neste quadro entram ainda as relações comerciais que os nossos grandes portos mantiveram, desde o fim do século XII, com a Flandres, Londres, a costa francesa e Sevilha. Nos tempos da «monarquia agrária», exportava-se por mar vinho e sal, e também azeite, frutas, peixe

sêco, mel e cera, coiros e peles, lã; só no século XIII, se passaram em Inglaterra mais de 100 salvo-condutos a negociantes portugueses; pela mesma época, pescadores nossos obtinham privilégios nos mares das Ilhas Britânicas. Por isso, alguns historiadores procuram realçar, ao lado de um Portugal lavrador, que, sem embargo, formará a ossatura da Nação, um Portugal dedicado às fainas de pesca, da navegação e do comércio marítimo. O que tudo ajuda a compreender a génese, necessariamente obscura, da expansão e dos descobrimentos a partir do século XV.

Só com esta época, que «mudará o futuro do mundo» (H. Pirenne), uma finisterra, na orla do domínio mediterrâneo e da Europa média, cujas influências nela interferem já atenuadas, logrou quebrar o afastamento a que a posição a votara, abrindo ao Ocidente europeu os caminhos do planeta. Desde então Lisboa se tornou num grande nó de circulação oceânica; e a porção de mar entre a costa portuguesa e as Ilhas Adjacentes, cruzamento de rotas de três partes do mundo.

Tanto disposições naturais como a evolução histórica explicam que a população se adense no Oeste atlântico. As três maiores cidades são portos; de oito aglomerações com mais de 20.000 habitantes apenas uma—Évora—está situada longe do mar. Esta área sofreu a revolução do milho, condicionada pela humidade oceânica. Os campos formigam de gente, atravessados pelas maiores artérias da circulação. Folheando um atlas, todos os factos humanos mostram invariavelmente, do

Minho ao Sado e no Algarve, as côres mais carregadas.

A forma da costa.—Uma costa longa mas quasi rectilínea, pobre de reentrâncias, diante de um Oceano sem ilhas, oferece aos modos de vida litorais um domínio forçosamente limitado. Um traço que se pode seguir, quasi sem interrupção, do Minho ao Guadiana, faz dêsse domínio uma faixa de trânsito de cujas vantagens o homem cedo se apercebeu. Êsse traço é a existência de uma planura litoral, ora baixa e arenosa, ora talhada sôbre uma linha de arribas, que em poucos lugares ultrapassa 100 metros de altitude. Se a montanha está presente em quasi todos os horizontes, os declives que a limitam encontram-se alguns quilómetros para o interior; as próprias serras da Boa Viagem, de Sintra, do Espinhaço do Cão, abai-xam-se antes de oferecerem à fúria das ondas as suas arribas alterosas ¹.

Apenas a Arrábida faz excepção. Com os enrugamentos calcáreos sobranceiros ao litoral, despenhando-se por escarpas brutais num mar de rara serenidade, franjada de baías luminosas fechadas por promontórios intransponíveis, ela é o único trôço verdadeiramente mediterrâneo da costa por-

¹ Parece possível attribuir a génese dessa plataforma à abrasão do mar no fim do Terciário; movimentos posteriores, pouco importantes, e alguns retoques marinhos quaternários, a níveis mais baixos, são a causa de deformações que não logram destruir-lhe a primitiva unidade.

tuguesa: tanto pela architectura do terreno, dobrado e cortado de grandes deslocacões, como pelas águas tépidas, tranqüilas e abrigadas, que mais parecem de um mar interior. É também nessa costa o maior obstáculo: pois, ainda que a cordilheira se deixe atravessar ou contornar facilmente no ponto onde estão mais próximos os estuários do Tejo e do Sado, não é por acaso que começa, na foz dêsse rio e até ao Cabo de S. Vicente, o segmento menos povoado do litoral.

Em quatro lugares apenas o litoral se ramifica e o mar entra pela terra dentro: a Ria de Aveiro, os estuários do Tejo e do Sado, a Ria de Faro. A primeira é uma laguna fechada por um cordão de areia e colmatada pelas aluviões do delta interior do Vouga. Os canais e braços insinuam-se por uma terra rasa, banhada em humidade, retalhada de campos de milho e prados verdejantes, único sítio onde o mar domina tôda a vida económica. O estuário do Tejo é antes um pequeno golfo marinho, estrangulado pelas colinas de Lisboa e pela escarpa da Outra Banda, adjacente a terras baixas por onde a maré sobe ao longo dos ribeiros, oferecendo a uma população densa os recursos múltiplos da pesca, da navegação e da extracção de sal. O estuário do Sado, com suas margens alagadiças, desoladas e sezonáticas, é pouco menos que um deserto; e, no Algarve, a par de algumas grandes aglomerações de pescadores, o que mais impressiona são as hortas, os favais à sombra do arvoredor, policultura intensiva que só se detem na borda da arriba ou lambida pela maré.

Se a «marinha» é assim, pela conformação da costa e pela preponderância das fainas rurais, um domínio fragmentário e limitado, a planura litoral contínua permitiu que ao longo dela se propagassem idênticos modos de vida e, num território repuxado por contrastes, veio a ser poderoso factor de unificação.

O trabalho no litoral. — A exploração do mar é aspecto muito importante da economia portuguesa. O valor do pescado por habitante iguala o da Espanha, Grã-Bretanha ou Dinamarca e apenas é excedido pelo da Noruega e do Japão. 30 a 35.000 homens têm a pesca como ocupação exclusiva ou dominante; a população que vive desses trabalhos andarà por 100.000 almas, quási 70 por mil habitantes. Em 1943, arrolaram-se 12.726 embarcações, das quais apenas 778 motor e as restantes à vela ou a remos.

A pesca costeira conserva ainda fisionomia tradicional: grande variedade de peixes (mais de 50 espécies), muitos portos e abrigos, muita gente, muitos barcos pequenos. As embarcações a motor, existentes apenas nos principais portos, concentram, todavia, à roda de 60% da tonelagem total; com as largas rêdes de arrasto, varrem grandes áreas da plataforma submarina, que se despovoam de peixe, e provocam assim o irremissível declínio de muitos locais de pesca e de um antiquíssimo e característico modo de vida. Também as pescarias da Terra-Nova são o último resto de um passado de grandes viagens à vela: os portugueses,

que foram os primeiros, no século xvi, a pescar naqueles mares enevoados e frios, encontram-se hoje aí principalmente com pescadores do Noroeste da Europa. Diz-se que os homens do Norte pescam o bacalhau e os mediterrâneos comem-no: Portugal foge à regra, mas o peixe trazido por 48 lugres e arrastões¹ e sêco nos portos portugueses não chegava, antes da guerra, a prefazer um quinto do consumo.

O bacalhau sêco e a sardinha são os únicos produtos do mar que penetraram na alimentação rural de todo o país. Esta, fresca, é levada pela marcha veloz e graciosa das mulheres a todos os lugares da beira-mar; salgada, ganha em um ou dois dias as terras do interior, onde é sempre apreciada. Ela é o principal alimento de origem animal da população humilde de Lisboa. Não admira que represente, no total da pesca, 55 % do pêso e 40 % do valor. É ainda a sardinha o principal peixe conservado em azeite (87 % do total), e, como tal, o mais importante produto da economia marítima que entra na exportação.

Além da pesca, o mar fornece outros recursos: apanha de algas, crustáceos e outros animais marinhos, empregados como adubo, e extracção de sal. O *moliço* ou *sargaço* usa-se para fertilizar as terras em todo o Norte, até Peniche; o *pilado* (caranguejo miúdo) serve para o mesmo fim, principal-

¹ 19 de Aveiro, 9 da Figueira da Foz, 8 do Pôrto, 7 de Lisboa e 5 de Viana do Castelo.

mente ao Sul do Tejo, onde, antes das sementeiras, empresta os campos da beira mar; e dêste modo foi possível, no último século, trazer à cultura regular e cobrir de habitações esparsas areais dantes estéreis e desertos.

A grande secura de verão favorece a extracção de sal e dá-lhe qualidades de finura que o tornaram outrora muito apreciado. Por isso êle foi, desde a Idade-Média até à descoberta da conservação do peixe pelo frio, importante produto de exportação, chegando Portugal a deter o monopólio do fornecimento à marinha de guerra inglesa. Extrai-se nos lugares de águas tranqüilas e alagadiços. Por isso, em tôdas as reentrâncias da costa, de Aveiro para o Sul, até onde sobe a maré, as pirâmides, alvas de neve durante o estio, cobertas de colmo, como barracas, na época das chuvas, dão, entre retalhos de horta ou pasto, um retoque inconfundível à paisagem.

Estas labutas explicam o carácter dos modos de vida litorais e a fisionomia dos grupos humanos que a êles se consagram. O pescador tradicional, sempre enroupado e taciturno, trajando em geral de escuro, conhecedor excelente dos segredos da costa, dos ventos e dos fundos marinhos, embarcado ou, em terra, remendando as rêdes, preparando a isca, cozinhando peixe ou dormindo à sombra do seu barco, sem gôsto nem geito do trabalho do campo, forma, com a família, agrupamentos perfeitamente distintos da população rural: o *poveiro*, a gente da Nazaré, de Peniche, de Sesimbra ou de Olhão, são inconfundíveis. O primeiro constituía,

não há muito, uma comunidade fechada, estreitamente unida e solidária, onde o ofício e os apetrechos da pesca se transmitiam na mesma família, provida de um distintivo especial; casando entre êles, moça que ousasse erguer os olhos para qualquer homem de fora era votada ao mais implacável desprezo.

Apesar do grande número de locais de pesca, principalmente ao Norte da Nazaré, a pequenez das embarcações e, muitas vezes, a conformação da costa, baixa, arenosa e sem abrigos, tornam o trabalho perigoso ou impossível durante parte do ano. Os barcos vêm varar na areia depois da faina ou ao menor sinal de borrasca; e, nos meses de inverno, os pescadores, sem poderem sair ao mar, mendigam e passam fome.

Nos grandes portos, o *marítimo* perde muitos dêstes caracteres e torna-se num operário, menos favorecido em geral pela irregularidade dos ganhos e por longos períodos de inactividade.

Em muitos lugares da beira-mar, onde a população é densa, constituiu-se um modo de vida anfíbio, onde os trabalhadores largam os campos por uns meses de prosperidade nas armações, e as mulheres trabalham na courela do casal. Acontece isto, por exemplo, na região de Sesimbra. Mas são principalmente os areais da Ria e do litoral minhoto, colonizados à força de *sargaço* extraído das águas, que nos dão uma imagem da vida rural profundamente penetrada pelo oceano: o símbolo mais expressivo desta aliança invulgar acha-se na costa de Aveiro, onde os bois de lavoura entram nas

ondas para puxar as rêdes carregadas de peixe. Camponeses e pescadores, com um pé no mar e outro em terra, arando ou colhendo plantas marinhas, êstes valentes pioneiros da colonização interna não se poupam a esforços para extrair, do solo ou das águas, mantimento e riqueza.

O mar adjacente à costa portuguesa é muito rico e variado em peixe, moluscos e crutáceos. Muitas espécies são comuns a todo êle, como a sardinha; o atum é especial ao Algarve, onde a tranqüilidade das águas, abrigadas do Norte, permite com êxito o emprego das armações fixadas ao fundo. A feição do trabalho do litoral depende, naturalmente, tanto da forma da costa como das populações do interior mais próximo.

Até à Nazaré, só interrompida pelas arribas do Cabo Mondego, a costa é predominantemente baixa e arenosa. Muitos portos de estuário, hoje açoreados, decaíram ou morreram. Mas, como a população é muito densa, os locais de pesca surgem no menor abrigo ou mesmo no areal. Até à Ria, pratica-se geralmente a adubação da terra com plantas marinhas, e, numa faixa estreita, a vida rural enlaça-se com as fainas do mar.

Da Nazaré para o Sul, a costa é de arribas e os portos de pesca mais importantes recolhem-se ao abrigo das baías voltadas ao Sul e protegidas por promontórios calcáreos: Buarcos já é assim, a Nazaré, Peniche, Cascais, Sesimbra, Sines, pertencem ao mesmo tipo. Os locais de pesca, menos numerosos, separam-se da actividade rural. Do Sado ao Cabo de S. Vicente, na área menos povoada do

território português, desenrolam-se arribas e praias de incomparável solidão. No Algarve, exíguo de dimensões e rico de produtos alimentares, a pesca, de que o interior consome parte mínima, toma feição industrial, destinada principalmente a abastecer as fábricas de conservas.

Todavia os grandes portos de pesca estão na estreita dependência do mercado urbano e dos organismos de exportação. O grupo do Pôrto-Leixões, Lisboa, Setúbal, são os primeiros centros. Matozinhos, por exemplo, produz 40% e Setúbal 30% das conservas de sardinha.

Pelos maiores estuários, uma semelhança de vida marítima insinua-se pela terra dentro. Em nenhum lugar mais que no Tejo, com salinas nos múltiplos braços e esteiros, e um cordão de vilas industriais, providas de cais privativos, que prolongam, rio acima, o arrabalde fabril de Lisboa.

* *
* *

Um estudo do Oceano na vida portuguesa podia ainda levar-se muito longe. Para quem vem do Mediterrâneo, onde há ilhas, como a Córsega, quási sem vida marítima, uma terra de rurais aparece, pela primeira vez, franjada de um litoral que formiga de gente e de trabalho. Mas, por importantes que apareçam, no quadro da economia nacional, as fainas do mar, elas não deixam de ser limitadas, fragmentárias, intermitentes, em confronto com o labutar permanente dos campos. Se

a acção indirecta do Atlântico, cuja influência, trazida pelos ventos de Oeste, cobre metade do país, é muito grande, o domínio marítimo está estreitamente confinado a uma orla costeira, que apenas no Noroeste se mostra contínua. Muitos locais de pesca, o sal, alguns areais adubados com sargaço ou marisco e ganhos assim para a cultura regular, parte muito importante da subsistência das maiores cidades, um quinto do valor das exportações, eis o que o mar deu à economia portuguesa. Mas, regiões inteiras são insensíveis à sua presença próxima. O alentejano desconhece-o na alimentação ou no trabalho; o saloio dos arredores de Lisboa dá por ele apenas quando, como em Colares, precisa de abrigar as vinhas dos ventos fortes e das partículas de água salgada.

É certo que, há cinco séculos, o oceano se abriu à expansão nacional. Apesar disso, e de o português se afeiçoar ao trabalho noutros climas e ao convívio de outras gentes, a estrutura rural da Nação permanece intacta. Com razão ou sem ela, a fala do velho do Restelo foi entendida obscuramente pela massa rural. Revolvendo a leiva, alargando a seara, plantando, regando, adubando, crescendo mas agarrando-se ao chão que escasseia, este povo donde saíram os aventureiros que abriram o caminho das outras partes do mundo, permanece preso ao torrão, como aquelas árvores que oferecem ao vento o grão de novas sementeiras mas cada vez mais afundam as raízes na terra.

CAPÍTULO IV

VARIEDADE E UNIDADE DE PORTUGAL

I — CONTRASTES



Disposto de través na zona mediterrânea, bem engastado numa península que é como a miniatura dum continente, o território português abre-se para o mundo por uma vasta fachada oceânica. Alongado no sentido meridiano, atravessa-o um limite climático de primeira importância, que ora o cobre de tipos de tempo comuns à Europa oceânica, ora estende sobre ele massas de ar sereno, quente e seco. Por seu turno, também o bloco peninsular determina alternâncias climáticas que fazem lembrar *monções*, com ventos divergentes, frios, continentais e secos de inverno, e brisas convergentes, tépidas, atlânticas, que, durante o estio, mantêm sempre elevada, na faixa litoral, a humidade do ar. O repartimento do relêvo marca entre as duas metades, setentrional e meridional, do país a vigorosa oposição das terras altas e montanhosas, cortadas de vales profundamente incisos, e os plainos de ondulações frouxas, cristas baixas e distantes e largas bacias deprimidas.

São êstes os elementos de contrastes que o revestimento vegetal sublinha e a que o homem tantas vezes se amoldou. Êles cobrem o território de um tecido de influências que se cruzam, reforçam ou contrariam.

→ Contraste entre o Norte o Sul: o primeiro mais atlântico, rico de águas, verdejante, onde a Nação se fez Estado, dominando pela sua gente densa; o segundo mais mediterrâneo, ressequido por longos estios, escasso de população, tardiamente integrado na comunidade nacional.

→ Contraste entre o litoral e o interior: campos, matas e prados do Noroeste carregam-se de uma verdura espessa, que evoca, banhada na luz doce e húmida, a Bretanha ou a Irlanda, em oposição a terras trasmontanas, por onde a aridez já se pressente e a cujos vales chegam o calor, a secura e uma vestimenta vegetal comuns ao extremo Sul do país. Na economia dos campos, com fôlhas de cereal e pousios de pasto, no ponteadado largo dos estabelecimentos humanos entre solidões despovoadas, há mais analogias com o Alentejo do que com o Minho ou a Beira Litoral, colmeia humana onde não pára o zumbido do trabalho no solo retalhado e produtivo, à fôrça de ser constantemente remexido e regado.

A faixa de terrenos modernos que se estende do Vouga ao Sado e no Sul do Algarve, com diversas formas de relêvo e variadas aptidões agrárias, representa, junto com as fainas próprias do litoral, uma área propícia à actividade e ao adensamento

da população: as paisagens mais diferentes que se podem encontrar no nosso território, unidas pelo traço comum de uma intensa humanização, contrastam também com os monótonos descampados interiores da mais vasta e uniforme província portuguesa.

→ Contraste entre as terras altas e baixas. *Serra e Ribeira, Campo e Monte, Montanha e Vale, Terra Alta e Terra Chã*, exprimem, no conceito do povo que criou e aplica estas designações, o contraste determinado pela atitude e decorrentes feições do clima, da economia e do povoamento. No Norte, a Montanha é sempre mais húmida e conserva os traços arcaizantes de uma economia agro-pastoril de fisionomia tradicional e aparentada com a Europa média, enquanto, pelas bacias e vales interiores, muito sêcos, as plantações de vinha e árvores de fruto insinuam, entre retalhos de terra alta, manchas de paisagem mediterrânea. No Sul, as serras não calcáreas, derradeiro refúgio dos arvoredos de fôlha caduca e do regadio atlântico, repetem aspectos setentrionais desconhecidos nas baixas que as rodeiam; mas os relevos calcáreos, sêcos e descarnados, onde o gado miúdo e as queimadas degradaram a floresta primitiva, marcam, nas regiões onde se levantam, um traço de vigorosa e inconfundível meridionalidade.

Norte e Sul, litoral e interior, terra alta e terra baixa, tais são os fios condutores do rico tecido das nossas regiões e paisagens, de que logo veremos os principais padrões. Antes convirá

dar um lance de olhos às condições naturais e ao trabalho dos homens que tornam possível falar de uma unidade do território português.

II — FACTORES DE UNIFICAÇÃO

Disposições naturais. — Se a oposição climática e orográfica entre o Norte e o Sul constitui o mais vigoroso elemento de variedade, o contraste entre as regiões adjacentes ou mais sujeitas às influências do litoral e as áreas sertanejas do Leste permite que se desenhem, ao longo do território português, duas faixas irregulares, dispostas no sentido Norte-Sul, onde se repetem tipos de paisagem que deram ao homem a sugestão dos mesmos modos de vida.

Além da faixa de trânsito da planura costeira, outros elementos contribuem para dar ao Oeste certa uniformidade. A mata ou o tufo de pinheiros bravos, a divisão da propriedade associada à disseminação do povoamento, a cultura do milho e a horta como base da subsistência, a rega sempre que é fácil, formas de ocupação do solo que têm no Noroeste o seu protótipo, acompanham todo o litoral ocidental, onde a colonização recente dos *foros* insinua, entre montados e charnecas, manchas de policultura e de dispersão. A humidade relativa sempre elevada não deve ser estranha a estas possibilidades de aproveitamento intensivo da terra, que não se encontram nos tractos de montado e de seara do interior.

Alguns centos de metros de altitude tornam ainda mais flagrantes as analogias setentrionais, salvo nos relêvos calcáreos. Sintra e Monchique, que se levantam, a primeira acima de plataformas calcáreas adustas, a segunda acima de um mar de colinas de xisto, já por si uma imagem de aridez, envoltas em nuvens, revestidas de tojos, coníferas e árvores de fôlha caduca, regadas em todos os barrancos, com pastagens verdes onde se criam bovinos, evocam ainda serras do Minho ou da Beira. À borda do litoral, expostas em primeiro lugar aos ventos carregados de humidade, são, como aquelas, centros de condensação importantes e deixam ver até onde o relêvo reforça o contraste climático entre o Norte húmido e o Sul árido.

A faixa raiana, de Trás-os-Montes ao Alentejo, mostra, pela dominância do seu carácter interior, semelhanças que vão desde o clima — lembre-se como diferem o Pôrto e Lisboa e como se aproximam Moncorvo e Campo-Maior — e o revestimento vegetal, até aos modos de vida e às formas de ocupação do solo. Em Trás-os-Montes e na Beira Trasmontana, abaixo dos carvalhos, castanheiros e negrilhos do planalto, encontram-se belas matas de sobreiros e olivais, e nos entalhes do Douro e dos seus afluentes de Leste reaparecem elementos da vegetação algarvia cultivada. O que se disse da vida rural mostra muitas analogias entre o sertão de além Douro e a planura alentejana: cultura de cereais com pousios intercalares para pastagem, exploração em grande, tendência do povoamento a aglomerar-se e da habitação a sepa-

rar-se dos campos, vastos e desertos, arcaísmo de instrumentos e práticas agrárias, até a enorme extensão, ainda recente, de descampados ou baldios. Se o Alentejo sofreu a revolução da máquina e do adubo, que permitiu grandes arroteias e o alargamento da lavoura capitalista, nem a maior extensão desta província, nem a Beira raiana, nem Trás-os-Montes, conheceram outra revolução, mais profunda — a do milho —, que revolveu as leivas e alterou o viver da gente rural em todo o Oeste oceânico. Por isso estas terras orientais, segregadas do núcleo atlântico da Nação, guardam, no seu isolamento, uma vida popular mais que tôdas conservadora: na habitação, no trajar, nas comidas, nas formas de convivência, na riqueza do folklóre e até nos módulos arcaicos da canção, que desenrola, por cima do ondulamento solene do terreno, melodias rituais de religiões perdidas.

A unidade de Portugal é, todavia, em larga parte obra humana: geito de afeiçoar a terra a uma vida em comum, a qual germinou obscuramente na fachada atlântica da Ibéria e há sete séculos está contida por uma fronteira permanente, que faz de Portugal a formação mais antiga e mais estável do mapa político da Europa.

Raízes antigas. — No fim do neolítico e no começo da idade dos metais ¹, desenham-se na Península três áreas de civilização, definidas por

¹ Calcolítico ou eneolítico, dizem os arqueólogos.

certos objectos e formas de construir próprios ou exclusivos delas, que, muito provavelmente, correspondem a concepções religiosas e modos de vida social também diferenciados. Uma ocupa o Levante, outra os planaltos castelhanos: a que se caracteriza pela construção de dolmens e pelo emprêgo de placas de ardósia trapezoidais (estilizações da figura humana) e em forma de báculo (estilizações do machado), estende-se pela faixa de Oeste — Galiza, Portugal e seus confins não castelhanos. Esta «civilização dolménica ocidental» mostra muitas relações, como se viu, com a Bretanha, o País de Gales, a Irlanda, estabelecidas sem dúvida por meio da navegação, e pouquíssimas com o centro da Península ou o Levante.

O facto a reter é êste: no momento em que se chegou à máxima finura no talhe e polimento do sílex, se descobriu o uso do metal, se organizou o trabalho por grupos dirigidos, capazes de erguerem as grandes construções de pedra — o que mostra uma vida social já complexa —, quando as grandes manchas dos tipos antropológicos da Península parecem fixadas, a faixa atlântica mostra-se diferenciada por formas próprias de civilização material. Esta época constitui uma das grandes mutações da humanidade: não é impossível que aí cheguem as raízes mais profundas de algumas nacionalidades melhor definidas. Porque, dêse momento em diante, os traços de individualidade cultural do Oeste por muitas vezes se vão avivar: melhor conservados no isolamento arcaizante das

terras setentrionais, misturados, no Sul, a influências estranhas.

A Noroeste, com a Galiza, foi o grande centro da rústica civilização castreja. O bronze, que logo penetrou no Sul, chegou aqui muito tarde e a cerâmica grosseira da época do ferro filia-se ainda na ornamentação incisa do neolítico. As inúmeras ruínas que coroaam os cabeços mostram que se constituiu já um grande foco de densidade humana, persistente até hoje. Ao Norte do Tejo ficava a terra dos Lusitanos e ao Norte do Douro a dos Calaicos, aparentados com êles na rudeza e na bravura com que resistiram às armas romanas. Os povos do Sul eram mais polidos. Aí se encontram mais freqüentes vestígios de relações com os navegadores do Mediterrâneo, fenícios, gregos, cartagineses e com a brilhante civilização indígena de Tartessos, no Guadalquivir. Na mesma área terão assento as principais cidades e estabelecimentos romanos, visigóticos e árabes.

Quando se quebrou, com as invasões bárbaras, a unidade política da Península, o efêmero reino dos Suevos veio precisamente ocupar os territórios da Galiza e de Portugal ao Norte do Tejo; simples coincidência territorial ou já manifestação da mesma tendência de autonomia do que será, passados alguns séculos, o reino de Portugal?

A Reconquista. — A ligação destes factos ao moderno Estado português implica a continuidade das populações, pelo menos na região que lhe servirá de núcleo, durante a Reconquista. As mais

antigas crônicas são claras: Afonso I das Astúrias, ao levar até ao Douro as armas cristãs vitoriosas, errou as terras que conquistara, mandando passar à espada os mouros e trazendo consigo os cristãos.

Alguns historiadores têm tomado muito ao pé da letra estas memórias. Um conjunto de factos permite pensar que, a despeito das ruínas e assolões que padeceram as povoações maiores, muita gente teria permanecido nos mesmos lugares, refugiando-se nos montes, onde a castanha ajudaria a subsistir algum tempo, para voltar às suas glebas quando passava a fúria devastadora dos exércitos cristãos vitoriosos. As tintas sombrias com que se esboça o quadro das primeiras expedições militares das Astúrias haviam servido já para pintar as calamidades da invasão árabe: gente fugindo ao longo das costas, para ermos e matagais, abrigando-se no recôncavo das penedias ou sucumbindo em massa aos massacres dos muçulmanos. Há uma contradição evidente entre documentos que narram factos passados com poucas dezenas de anos de intervalo. Os árabes limitaram-se, provavelmente, a lançar tributos e pôr guarnições nas cidades principais: que a população indígena permaneceu, submetendo-se, prova-o a existência dos cristãos que o rei das Astúrias teria levado com êle depois das suas vitoriosas expedições.

Os documentos dos séculos seguintes dão, a quem esteja familiarizado com a vida rural do Noroeste, a imagem de uma terra ocupada de longa data. A gente guardava lembrança dos limites das propriedades, dos fundadores de igrejas e capelas,

e prestava culto aos Santos mais em favor antes destas grandes convulsões. Inúmeros actos públicos, de compra, venda, doação, contendias de posse, mostram que, no solo rico, uma população de trabalhadores continuara a labutar. Até a apropriação de glebas abandonadas pelos seus donos, com consentimento do soberano (*presúria*), mostra que nelas se encontravam às vezes os gados, os servos e todos os cómodos de uma lavoura que seguira a rotina. Em vez de latifúndios talhados à larga na terra erma, os ricos de então possuíam, dispersos por todo o Noroeste, muitas leiras e còrtinhas (quintais murados) e quinhões em *villas* de vários donos: a célebre D. Mumadona doou ao Mosteiro de Guimarães pelo menos 18; uma tinha 14, outro 25; outro ofereceu como dote à espôsa nada menos de 37, entre Lima e Mondego. A propriedade está apertada, rodeada de muros, prédios encravados em outros, a terra e as árvores de donos diferentes, numa confusão só possível em solo há muito ocupado.

Sabe-se a tenacidade com que a gente rural se apega ao chão que trabalha. Em regiões devastadas pela guerra, tem-se visto os camponeses refugiarem-se nos ermos, para, logo que passe a tormenta, voltarem aos campos e aos lares. É difícil de aceitar, hoje, a noção catastrófica das invasões. No Noroeste constituíra-se importante foco de densidade. Há quatro mil anos, o povoamento alcançara já, nas montanhas, os limites actuais. Quando da conquista romana, quasi em cada cabeça havia uma aldeia: foi a gente dos castros que, des-

cendo aos vales, cultivou as *villas* em que a terra se repartiu. À luz dos documentos da Reconquista, outra vez o Noroeste aparece com a fisionomia de um formigueiro humano. Como, em tão pouco tempo, se reconstituíu? Êstes factos não favorecem a hipótese de uma quebra de continuidade nas populações da região. Nela, as raízes da nacionalidade portuguesa mergulham na pré-história.

É, com efeito, à roda de uma pequena cidade do Noroeste, Portucale, junto à foz do Douro e na sua margem direita, que vai aglutinar-se o corpo político donde sairá o Estado português. Durante o domínio de suevos e visigodos, foi esta cidade sede de bispado e de circunscrição civil. Ocupada pelos mouros, reconquistada no século ix, não se sabe quando voltou a desempenhar análogas funções; desde cedo, porém, a *terra* ou *território* já designado simplesmente por *Portugal* abrange os domínios cristãos ao Sul do Lima. No fim do século x, parece certo ter existido um condado correspondente a esta circunscrição territorial, que, durante cinco gerações, andou nas mãos de uma família rica, poderosa e ilustre, com grandes propriedades e interesses na região.

Um século depois, a tenência hereditária concedida a D. Henrique abrange ainda mais vastos territórios. Mas êste núcleo aparece bem individualizado, tanto em relação às terras interiores como às que demoram ao Sul do Vouga: aquelas por serem menos povoadas, estas por que receberam, como a região de Coimbra, notável incre-

mento de população dos moçárabes ¹, trazidos pelo famoso D. Sisenando, moçárabe também e governador dêstes lugares.

Separada para sempre da Galiza, à qual a ligavam a mesma natureza, a mesma economia, a língua e a cultura comum, a metade setentrional de Portugal vai empreender, numa luta de mais de dois séculos, a reconquista da outra metade, incorporando assim no património da Nação regiões que o quadro físico e a evolução histórica tornavam assaz diversas. Mas o núcleo do novo Estado, destinado a desempenhar papel preponderante na guerra, na administração e na organização económica dos territórios conquistados, é precisamente a área mais povoada e onde se conservaram com mais fôrça, através da continuidade de uma população densa, elementos de civilização muito antigos.

A linha do Mondego-Serra da Estrêla constituiu, durante algum tempo, uma pausa na Reconquista: ela formava o limite meridional dos territórios herdados por D. Afonso Henriques. A luta vai progredir ao longo do litoral, com auxílio de armadas de cruzados que se dirigiam à Terra Santa mas em completa independência das outras frentes peninsulares. O vale do Tejo marca outra pausa, visto que muitos territórios mais ao Sul se perderam. Em 1250, no reinado do quinto monarca português, com a ocupação do Algarve ocidental,

¹ Isto é, cristãos «tornados árabes», sujeitos ao domínio e adoptando os costumes dos vencedores.

fixou-se, nos traços essenciais, o contôrno do novo Estado.

No Sul, tudo se passou de maneira diferente. A ocupação árabe foi intensa, profunda e duradoura¹. Se bem que a população moçárabe conservasse um falar aparentado ao que se usava na Galiza e nos confins meridionais — outra manifestação da persistência de certa unidade do Ocidente, a despeito da separação política — os mouros seriam numerosos. As invasões de almorávidas e almóadas, gente fanática e violenta, assolaram o território e devem ter rarefeito consideravelmente a população cristã, obrigada a emigrar para escapar às perseguições.

Nada aqui se assemelhava à intensa vida rural do Noroeste. Se a Estremadura e o Algarve possuíam uma população relativamente densa, que em parte conservaram, na maior extensão da Beira Baixa e do Alentejo, entre algumas cidades ricas e populosas, com seu âmbito de pomares e hortas regadas, estendiam-se, a perder de vista, vastos descampados. As entradas dos cristãos, com o uso bárbaro de talar as searas, as contendias entre muçulmanos e o declínio dos principados locais, devem ter contribuído para ermar largos tractos destas regiões. Terra imensa e sem dono. Nestes

¹ A hipótese de larga infusão de sangue africano nas populações do Sul do país, defendida por vários autores, carece de base científica. Todavia, como tentei mostrar a págs. 87 segs. não podem negar-se fortes influências de civilização, que não alcançaram ou se atenuaram muito nas regiões setentrionais.

maninhos, sem se embaraçar de divisões ou disputas de posse, talharam os primeiros reis enormes doações às ordens militares, que tinham por missão defender a fronteira e fazê-la recuar, e os latifúndios dos grandes Senhores.

É claro que, não só para muitas vilas e cidades como para alguns *montes*, é possível demonstrar, pela sobreposição de restos arqueológicos e — o que é mais importante — pela continuidade de instrumentos e usos rurais, a persistência da população. Nos forais de Santarém, Lisboa, Évora e de quatro vilas algarvias, fala-se de mouros fôrros que lá continuaram a viver debaixo do domínio cristão. Em todo caso, foi de gente do Noroeste que êstes lugares receberam grande número de povoadores e, com êles, as instituições, os usos e a língua. Há notícias certas, pôsto que raras¹, de transferência de gente para o Sul e o Leste. Conquanto algumas vezes uma vila se povoasse pela congregação de pessoas que viviam dispersas pelo seu aro, como se especifica em documentos, é óbvio que, na maior parte dos casos, os novos habitantes vinham de regiões mais povoadas. Do Noroeste saíu a nobreza dos primeiros séculos da monarquia, e, com êstes senhores que iam ganhando bens noutros lugares, viria a sua clientela rural. Outros seriam homens livres que se acolhiam, em terra menos embaraçada de fidalgos e poderosos, à pro-

¹ Vid. por exemplo J. LEITE DE VASCONCELLOS, *Etnografia Portuguesa*, II vol., págs. 412 e 464.

tecção das instituições municipais. As cartas de foral concedidas a povoações são sempre indício de incremento da população: ou porque esta fôsse já suficiente para se organizar em concelho, ou porque, com as regalias concedidas, se procurava atraí-la. No mesmo período, enquanto em Entre-Douro-e-Minho, muito povoado, se outorgaram apenas 18 forais, Trás-os-Montes recebe 69. Com os «coutos de homiziados», onde os criminosos podiam residir seguros da impunidade, tentaram os reis estabelecer um cordão de lugares fortificados ao longo da raia, que já então seria, como ainda é, em grande parte uma faixa de povoamento rarefeito.

Assim, dentro do quadro bem definido de uma fronteira precoce, no interior de uma área diversa pela natureza mas unida pelo nexo de antiga tradição cultural, a partir de um núcleo bem individualizado onde a população, muito densa, mergulha as raízes num passado remotíssimo, a Reconquista deu à unidade de Portugal o mais vigoroso impulso.— À custa da gente do Noroeste que a todo o território impôs, com a língua comum, muitas usanças e sentimentos colectivos. Graças à raia que não raro se apoia em acidentes naturais e, correndo em larga extensão ao longo de rios e ribeiros, se aproveita dos seus entalhes profundos para demarcar, na identidade das regiões, uma divisória de povos — raia tão bem definida que o limite do falar português com poucas excepções coincide com ela. E a favor do desvio da capital mais para o Sul, corrigindo assim a desequilibrada

repartição demográfica e fazendo do primeiro pôrto de mar a primeira cidade do país. Com efeito, o centro político do Condado portugualense, oscilante entre a metrópole de Braga, a côrte de Guimarães e o burgo marítimo do Pôrto, deslocara-se, nos primeiros reinados, para Coimbra; mas, fixado em Lisboa depois da conquista do Algarve, aqui se manterá para sempre.

Deslocamentos da população. — Os contrastes naturais apontados no comêço dêste capítulo são causa de deslocamentos da população. Uns de carácter temporário: migrações periódicas de trabalhadores, entre regiões de economia muito diversa, e deambulações de pastores e gados; outros definitivos: povoamento das áreas meridionais com gente vinda do Norte. O fluxo humano da Reconquista é, essencialmente, um fenómeno dêste tipo.

Em Trás-os-Montes a ceifa faz-se mais cedo na Terra Quente. Grupos de *segadores* começam-na aí e vão depois subindo o planalto, cada vez mais para o Norte, até se internarem em Espanha. As vindimas do Douro requerem, durante uma ou duas semanas, uma concentração de trabalho que a população local não basta a assegurar; acodem então *rogas* das terras altas da margem do rio, e aqui vêm grupos de homens e mulheres, às vezes tôda a gente válida de uma povoação, que, cantando e bailando, se dirigem à faina mais alegre do calendário rural. Na Beira Baixa, são os *charnecos* ou *cortelhões* das pobres terras de xisto do Oeste que ajudam à tirada da cortiça e

à apanha da azeitona nos planaltos do Campo e da Arraia.

Muito importantes são os movimentos para as regiões de maior cultura do trigo e do arroz, geralmente com carência de braços nos momentos culminantes das fainas agrícolas. As ceifas do Alentejo atraem grandes *camaradas* de trabalhadores. Sob a direcção de um *manageiro*, vindos anos seguidos dos mesmos lugares, os *ratinhos* descem das montanhas mais pobres de Portugal: pequenos, delgados e nervosos, investem com denôdo as searas mais opulentas. Para a mesma faina costuma vir gente da serra algarvia: e não raro se encontram êstes homens de lugares distantes, irmanados pelo destino a que os condena a terra de xisto, de buscarem, fora dos lares, um suplemento às magras culturas dos seus cabeços pedregosos.

No trabalho das valas e arrozais, são exímios os *caramelos* do Mondego baixo e da Ria de Aveiro. Vêm principalmente para a região de Setúbal e o vale do Sado, assim como os *gai-béus* do Norte do Ribatejo e das serras confinantes acodem à Lezíria para o mesmo fim. Uma vez são apenas trabalhadores, mas outras grupos promíscuos de homens, mulheres e crianças, dormindo em abrigos improvisados, que se infestam de malária e a propagam nos lugares de origem.

Gente das praias da foz do Liz costuma, durante o inverno, vir pescar ao longo do Tejo: os da Borda de Água chamam-lhes *avieiros* e muitos por

aqui arrastam um destino errante, tendo o barco por única morada.

Dos movimentos transumantes, hoje em franca decadência, disse-se já o essencial ¹.

Estas deslocações foram causa de se fixar, em terrenos maninhos que rompeu, gente do Norte. Mais de vinte nomes de lugar do Ribatejo e do Alentejo lembravam, no fim do século passado, *minhotos*, *picamilhos* — alcunha que aí dão a êstes —, e *beirões* ou *ratinhos* que os fundaram; todavia, nenhum se tornou povoação de importância. No Sado, o povo vê ainda afinidades de origem entre *caramelos de estar*, colonos permanentes, que também arrotearam os Brejos de Azeitão, e *caramelos de ir e vir*, migrantes periódicos para a labuta dos arrozais. Pescadores de Ílhavo ou Ovar fundaram colónias no litoral, como a Costa da Caparica.

Até que ponto êstes povoadores intervêm na maior pressão demográfica das regiões meridionais, é difícil dizê-lo. Na maioria dos casos, será ainda a expansão lenta das populações locais, que não emigram, a razão do desbravamento de muita porção de charneca. Não menos importantes, pela amplitude e generalidade, serão os vai-vens periódicos, e só um estudo monográfico poderia mostrar com precisão quantas idéias e objectos se difundiram assim e que poderoso factor de unidade não será esta acostumação do homem ao seu semelhante doutros lugares.

¹ Vid. págs. 136-139.

III — DIVISÕES FUNDAMENTAIS DA TERRA PORTUGUESA

Uma região geográfica caracteriza-se por certa identidade de aspectos comuns a tãda ela. Não apenas as condições gerais de clima e posição, mas ainda as particularidades da natureza e do relêvo do solo, o manto vegetal e as marcas da presença humana, nos darão o sentimento de não sairmos da mesma terra.

A consciência dêsse facto entre os habitantes traduz-se muitas vezes por uma apelação regional; mas nem sempre regiões tradicionais ou circunscrições administrativas coincidem com divisões geográficas.

Um rio profundo pode constituir, para as relações humanas, um obstáculo ou um limite e, todavia, marcar, num tracto da mesma natureza, apenas um *acidente* pouco importante. Por isso, um criterioso agrupamento das nossas unidades regionais não pode «reportar-se à tríplice divisão do país pelos rios Douro e Tejo, que tão fatal tem sido, entre nós, aos estudos geográficos»¹; pois numa bacia fluvial raras vezes deixam de apresentar-se caracteres comuns a ambas as margens. Mas êsses caracteres esbatem-se quási sempre na orla das unidades hidrográficas e há muito também se renunciou

¹ AMORIM GIRÃO, *Esbôço de uma carta regional de Portugal*, 2.^a ed., Coimbra, 1933, pág. 29.

a procurar, nas *divisórias* de águas, um limite necessário das diversidades regionais. Do mesmo modo, as montanhas, se podem opor uma barreira aos fenômenos do clima, e portanto à decorrente vegetação e economia, formam em si mesmas um todo, ainda quando assaltem os seus flancos influências vindas de lados opostos.

A maioria dos limites geográficos há-de passar, portanto, ora no contôrno das massas de relêvo, onde elas se degradam ou fundem na terra baixa, ora no interior das bacias fluviais, onde se apaga a influência dos «rios que unem». Outras vezes será a natureza do solo o fundamento de divisões; não só porque terrenos de composição diferente não possuem a mesma cobertura vegetal nem as mesmas aptidões agrícolas, mas ainda porque os estilos de relêvo assentam, não raro, na diversidade dos materiais que o constituem.

Acima do que, à falta de melhor, se chamarão regiões geográficas, ou regiões naturais, fica o agrupamento destas em blocos mais vastos, reunidos por uma tonalidade comum, dada geralmente pela posição e o clima. Sem atender às particularidades que obrigam a separar uma planura de uma montanha, um importante relêvo calcáreo das humildes colinas argilosas que o rodeiam, um litoral de pesca do seu sertão agrário, é necessário demarcar, no agrupamento das peças do mosaico, as grandes composições.

Havendo de repartir Portugal dêste modo, os cortes principais serão dados pelo contraste entre as influências mediterrâneas e atlânticas e,

nestas, pela sua atenuação com o afastamento do litoral. *Norte atlântico*, *Norte trasmontano* e *Sul* são as divisões fundamentais da terra portuguesa. À primeira, essencialmente oceânica, contrapõe-se o bloco de regiões interiores do Nordeste, que as montanhas separam das influências marítimas; o baixo Mondego, a orla do maciço antigo e o sopé da Cordilheira Central, limitam-nas a ambas do resto do país, onde a meridionalidade se traduz pela dominância progressiva do carácter mediterrâneo.

O Norte atlântico¹. O traço comum a estas regiões é a abundância de chuvas. O Minho é um anfiteatro voltado para o mar; a Beira litoral uma orla plana banhada de humidade. A bacia do Mondego, largamente aberta aos ventos oceânicos, é a porta por onde a influência deles chega mais longe. As montanhas que, pelo interior, cingem estas regiões contam-se entre os lugares mais ricos de precipitação na Europa. Propagado pelo homem, o pinheiro bravo traduz, na paisagem, a dominante marítima e forma matas intermináveis, associado, ao Norte do Mondego, ao carvalho alvarinho. No conjunto é esta a área mais arborizada de Portugal. Pratica-se uma rega de abundância, de que o milho beneficia como cereal principalmente cultivado.

¹ Convém seguir a enumeração das regiões geográficas pelo mapa v, onde os algarismos correspondem aos indicados no texto entre parêntesis e em normando.

Encontram-se aqui as maiores densidades da população; a propriedade está geralmente dividida e o povoamento disperso.

No Minho (1), os caracteres atlânticos acham-se representados com a máxima fôrça. Banha-o todo o ano uma luz húmida, de incomparável doçura. O verão, moderado e breve, não desbota a verdura dominante das paisagens. As necessidades da colmeia humana transformaram a terra dos vales e baixas, que é exígua, num domínio de policultura. Mas ainda se descobrem traços da antiga economia pastoril, que seria a natural vocação destes lugares. Os campos conservam parte do ano a feição de prados, regados no inverno, com as árvores em renques que marcam a quadrícula das ervas de pasto. Como na Europa média, as reses bovinas excedem ou aproximam-se do número de ovelhas e cabras. Sem espaço para a vida pastoril, é todavia aqui o maior centro de criação de gado em Portugal.

O milho de regadio tornou-se, no século xvi, a providência destes lugares. Com o declínio da criação de gado introduziu-se, a partir de então, a oliveira; séculos antes viera a vinha, perdendo-se assim, com o tempo, o regime alimentar antigo, que tinha a manteiga como gordura e a cerveja ou a cidra como bebida fermentada.

Nenhum motivo existe para constituir com os arredores do Pôrto uma região à parte. É claro que uma grande cidade imprime à terra uma marca humana de incomparável vigor; esta principalmente, que corresponde a uma condensação de povoamento

e conta quasi tanta gente nos arredores como na própria urbe¹. Mas, o solo que não está ocupado pelas ruas e pelas casas reparte-se nos mesmos campos e nas mesmas bouças; e até a vinha de enforcado não raro se vê em quintais dentro do Pôrto.

A orla do maciço antigo e o médio vale do Vouga (4) prolongam estes caracteres sem nenhuma modificação essencial. Já a Beira litoral (6) apparece diferenciada: terra de planuras e areaais, penetrada de vida marítima ao longo dos braços da Ria, cria ainda, em prados especializados, muito gado grosso; mas, ao lado da horta e do campo de milho, cultiva-se o arroz nos alagadiços; pratica-se também a policultura de sequeiro e a vinha baixa produz, para quem vem do Norte, o primeiro vinho maduro. Grandes extensões de areia, cobertas de pinhal e gândaras que só dão mato e pasto, começam a marcar, na terra ainda muito ocupada pelo homem, as primeiras manchas despovoadas.

As montanhas do Minho (2), as serras do Douro e do Vouga (3), têm bastantes traços comuns. Muito próximas do mar, recebem enormes quantidades de chuva. A pressão demográfica antiga levou a prová-las muito cedo; ainda hoje, os socalcos se multiplicam nas encostas e os campos de milho trepam ao longo dos barrancos, ganhando-os para a economia das terras baixas, enquanto as grandes aldeias dos altos, numa espécie de mundo à parte, continuam a

¹ 261.000 habitantes, mais de meio milhão com as vilas e aldeias satélites, para cima de 1.000 por km²!

praticar o pastoreio comunitário, com muito gado grosso, que torna possível, com os estrumes, a cultura de cereais até aos cimos mais elevados.

No conjunto, estas regiões (1 a 4 e 6) constituem uma unidade a que, nas páginas anteriores, muitas vezes se aludiu sob a designação de *Noroeste*. Unidade natural definida pelo predomínio dos caracteres atlânticos, unidade histórica mantida através de uma população antiga e densa que, pelo seu número e homogeneidade, veio a constituir o elemento aglutinante do Estado português.

O coração da província chamada tradicionalmente Beira Alta é um vasto plano inclinado drenado quási todo pelo sistema do Mondego (5). As analogias com o Noroeste não impedem que convenha separá-lo dêste bloco. A população é menos densa e o povoamento menos disseminado. A vinha e o olival formam já grandes plantações especializadas. Prepondera o gado miúdo, o milho cultiva-se em leiras regadas à cegonha e alterna com hortas de inverno. O pinhal tem enorme extensão e progride sempre para o interior. Mas, ao passo que se sobe para o Nordeste, o carvalho negral e o centeio anunciam aquela parte da Beira a que, muito exactamente, se tem chamado *trasmontana*.

A Cordilheira Central (7) deve à sua massa e altitude o poder ligar-se ainda às regiões atlânticas, de que forma uma espécie de promontório. Todavia, à excepção das áreas mais elevadas, uma vegetação mediterrânea, de sobreiros, medronhei-

ros e estevas, reveste o boleado monótono das encostas de xisto, que hoje se cobrem de oliveiras.

Não possui, como as montanhas setentrionais, um povoamento de altitude. Rareiam os prados regados e a criação de gado miúdo é largamente preponderante. Do alto das suas cumieiras avista-se o plaino imenso que lhe vem morrer no sopé; para Oeste, outros relêvos, de formas bojudas, aparecem de novo no horizonte: são as serras calcáreas descarnadas, que já pertencem a outro mundo.

O Norte Trasmontano. — Quer se entre em Trás-os-Montes pela estrada de Braga a Montalegre, ao longo das vertentes do Cávado, quer se atravesse o Marão, o contraste é nítido. A paisagem carrega-se de tons severos, cinzentos, acastanhados. A luz torna-se mais crua, a terra mais dura e a gente mais retraída. Na mole ondulação do terreno, perde-se muitas vezes o sentimento da altitude: montanha ou planura? Predominam as altas plataformas onduladas, cortadas de vales e bacias muito profundas. O arvoredado retrai-se, foge dos campos, lisos e vastos, interrompidos por estições de fraga nua. Debalde se espera ver surgir, na prega do solo, o casal disperso: apenas, de longe em longe, uma aldeia de casas apinhadas à roda de campos e tufos de carvalhos¹, negrilhos e castanheiros. A rotina agrária segue a alternância do centeio e do pousio. Apenas uma cultura nova

¹ Carvalho negral.

se espalhou na região: a batata, regada nas terras de planalto e de montanha. Nos lameiros cria-se gado grosso; mas o predomínio é sempre das ovelhas e cabras, que tanto pastam no monte maninho como nas fôlhas devolutas de cereal.

O pinhal, o campo de milho, o povoamento disseminado, marcas da paisagem atlântica, mostram-se raramente. Rega-se pouco. Se não pelo rendimento ao menos pela importância, os campos de cereal, limpos de arvoredos espontâneos ou cultivados, lembram muitas regiões da Europa média.

A densidade humana não é elevada mas a gente sobeja aos recursos da província e a emigração foi considerável. Até há vinte anos, a população estacionava, apesar de se terem reduzido consideravelmente os baldios e maninhos. O incremento dela tem sido sempre muito vagaroso. As aldeias vivem fechadas nas suas tradições comunitárias. Não há aqui uma cidade grande¹. As vilas parecem adormecidas desde o tempo em que chegaram os primeiros e escassos grupos de povoadores: implantando no dorso das *berroas* ou porcas pre-romanas, antes adoradas como divindades, os pelourinhos medievais, êles deram da feição conservadora destes lugares uma imagem singularmente expressiva.

Os planaltos e montanhas de um e de outro lado do Douro (8 e 9) são em tudo semelhantes.

¹ Nenhuma cidade ou vila chega a 10.000 habitantes nos distritos de Vila Real, Bragança e Guarda.

Sépara-os a vigorosa entalhadura aberta pelo rio e prolongada nos seus afluentes por bacias de abatimento (10). Diferença de altitude, diferença de clima, que as expressões *Terra Fria* e *Terra Quente* tão bem evidenciam. A favor das chuvas escassas, do inverno moderado e do verão ardente, as influências mediterrâneas chegam muito ao Norte. Mas foi o homem, transformando, a partir do século xvii, os matagais que cobriam as vertentes do Douro nos vinhedos onde se cria o *Pôrto*, e difundindo, pela mesma época, a oliveira em tôdas as baixas, que trouxe o maior reforço à meridionalidade da região.

O Sul.— Ainda que nesta divisão esteja compreendida a mais vasta e monótona unidade natural do nosso território—o Alentejo—, o domínio meridional é, no conjunto, mais complexo e heterogéneo do que qualquer dos descritos.

Pelo interior, começa nos plainos do sopé da Cordilheira Central: a sombra da montanha estende ainda um pouco de viço de pinhais, hortas e milhos regados; mas, logo o sobreiro se avanta aos carvalhos e castanheiros, a azinheira aparece e o solo se reparte em largas fôlhas de trigo, de restôlho e de pousio. Da Portela de Alpedrinha¹, no dorso da Gardunha, o contraste é impressionante entre as serranias que, pelo Norte, barram o horizonte próximo e o planalto a que se não vê o fim: sôbre

¹ Na estrada de Castelo Branco à Guarda.

êle, as manchas de verdura vão-se tornando cada vez mais desbotadas, indecisas e distantes. Na verdade, é o Alentejo que começa.

A Oeste, a influência do mar enriquece de cambiantes a transição entre o Norte e o Sul. Como na Beira Litoral, grandes manchas de areias sôltas reaparecem ao Sul do Mondego. Cobrem-nas pinhais imensos: o de Leiria, mantido e propagado pelo homem, constitui o maior maciço florestal do nosso território — acima de 9.000 hectares. Ao Sul do Vouga, o pinheiro manso é freqüente e até aí era raro. Já nas orlas da Ria, a casa, rebocada e caiada, mas ainda de andar, se aproxima, pelos dispositivos exteriores e pelo material — o adobe —, de tipos meridionais; e nas aldeias intermináveis, alongadas pelos caminhos, é lícito ver um começo de coesão entre as habitações, que caracteriza as formas antigas do povoamento no Sul. Nos cerros batidos de ventos mareiros, o moinho de velas substitui o de água, que o alongar da estiagem vai tornando raro. Ainda no século xvi, a orla litoral desde o Tejo até quási ao Douro se denominava Estremadura: era o reconhecimento de tudo o que aproxima as regiões separadas pelo baixo vale do Mondego (11).

Porque, de facto, êste separa. É aqui que o carvalho alvarinho cede o lugar ao carvalho português, forma de transição para as espécies de fôlha perene. Sebes de agaves e opúncias aparecem enleadas pelas silvas. Na planície aluvial do Mondego, o arrozal está a substituir os antigos campos de milho; e, como no Ribatejo, regam-se laranjais,

criam-se cavalos nas pastagens que a cheia cobre e as encostas aparecem ponteadas geomètricamente de olival. Na própria luta contra o rio, no trabalho de valas e diques, no flagelo e no benefício da inundação, tão característica de um regime fluvial mediterrâneo, entumescido pelas chuvas da primavera, as analogias com o vale do Tejo são evidentes. Os *caramelos* que descem aqui ou ao Sado encontram, em escala maior, a natureza e a economia em que se criaram.

O principal traço de originalidade está, porém, nos maciços calcáreos (13). Nestes relêvos ainda imponentes, penetra uma cunha de chuvas abundantes; mas a água some-se pelas fendas da rocha descarnada e uma vegetação mediterrânea de carrasco, lentisco, aroeira, zambujo e ervas perfumadas, cobre o solo de tufos intermitentes. As serras calcáreas são ainda o solar do carvalho português; e o olival cada vez mais se desenvolve.

Pode a parte interior da Estremadura Alta (14) aproximar-se da Beira pela importância das regas à picota na sua policultura; pode a parte litoral (12) lembrá-la ainda no terreno plano e baixo, na vestimenta de pinhais sôbre areias movediças; a dominância do milho, cultivado de sequeiro o mais dêle, chega quási ao têrmo de Lisboa; a do pinheiro bravo alcança o sopé da Arrábida; a dispersão intercalar acompanha, até ao Sado, as densidades elevadas. Sem embargo, o mosqueado da charneca rasteira, a aldeia compacta, a casa térrea, caiada e com chaminé, o predomínio das culturas de sequeiro,

as enormes plantações de olival, alguns campos já arborizados, outros abertos e extensos, matizam a paisagem de aspectos que o Norte atlântico desconhece.

Quem descer para o Sul, encontra, nas ruínas de Conímbriga e no seu quadro físico, a primeira imagem plenamente mediterrânea. Por curioso acôrdo das obras humanas com a natureza que as cerca, esta cidade romana, semelhante a outra de qualquer parte do império, levanta-se de uma paisagem que tanto podia ser daqui como da Itália peninsular ou da Grécia clássica. Num esporão rochoso — sítio de *oppidum*¹ —, a urbe de pedra clara; a seus pés o agro que a alimenta, com cereal complantado de oliveiras numa terra de alteração arruivada; como pano de fundo, a subida estrutural dos calcários, secos e descarnados; e, para que nada falte, circundando a igreja da velha freguesia, meia dúzia de negros e esguios ciprestes que se recortam num céu quási sempre azul, luminoso e sereno.

A esta combinação de elementos setentrionais e meridionais junta-se, para ainda tornar mais complexo o quadro da Estremadura (15), a variedade de composição geológica dos terrenos, a que a vegetação e as culturas são sensíveis. Nos arredores de Lisboa, por exemplo, os barros basálticos são campos limpos e abertos destinados à cultura

¹ A terminação celta *briga* corresponde exactamente ao sentido do vocábulo latino.

de cereal; os calcáreos secundários, charnecas que só dão mato e pasto; os calcáreos terciários cobrem-se de olivedo; as baixas argilosas, de hortas regadas; o pinhal reveste as colinas de grés improdutivo. No horizonte da cidade, duas montanhas que se vêem uma à outra encerram a gama destas combinações; Sintra, envôlta em névoas e afofada de arvoredos frondosos, rica de águas e de sombras musgosas, é uma recorrência do Norte; a Arrábida, nos campos de calcáreo, no soberbo matagal mediterrâneo, na serenidade das águas onde a serra se despenha quási a pique, um fragmento de *riviera* perdido à beira do Atlântico.

O que dá unidade ao Ribatejo (17) é, além do rio, a depressão do relêvo, sempre abaixo de 200 metros, muito forte em relação às montanhas calcáreas da Estremadura e ainda sensível no rebôrdio do maciço antigo da Beira ou do Alentejo. Ao Norte dominam o olival, a vinha, a policultura de cereais à sombra de árvores de fruto, a tendência à disseminação do povoamento; no Sul, avanta-jam-se os arrozais, o montado de sôbro, os campos arborizados de feijão já alentejana, as aldeias grandes e os *montes* distantes. Na lezíria inundada periódicamente e nos terrenos adjacentes que é fácil regar, cultivam-se todos os cereais e legumes em larga escala; nas pastagens que a cheia mantém frescas criam-se touros e 40% dos cavalos portugueses. O *campino* sempre montado, munido da comprida vara com que sujeita as reses, é um tipo humano inseparável destes plainos alagadiços.

A originalidade do Alentejo, a que, geográficamente, se liga a Beira Baixa, reside tanto na imensidão da terra lisa ou apenas quebrada em frouxas ondulações, como no clima, a que a falta de centros de condensação da humidade do ar apaga todos os caracteres oceânicos. O mais provém daí.

Até há meio século, a região era uma charneca entrecortada de tractos de seara com pousios de muitos anos. Entretanto, arrotearam-se terras boas e más. Limparam-se e espaçaram-se as árvores do montado, que viviam afogadas no matagal de estevas e medronheiros; plantaram-se olivais; parcelaram-se as herdades em foros; multiplicaram-se as courelas, e juntamente, a policultura e a dispersão. A despeito destas transformações, a lavoura extensiva predomina. O solo magro e o clima sêco obrigam a manter pousios que só com desvantagem se encurtam; portanto, o arvoredado, com seus recursos de azeite, cortiça e bolota, o pastoreio de ovelhas e as varas de porcos, constituem a natural compensação do fraco rendimento das culturas arvenses. Ninguém curou de saber até onde seria útil multiplicar as experiências de parcelamento; por isso, predominam as grandes unidades agrárias, os *montes* distantes e as aldeias raras e ple-tóricas de gente, envolvidas na rêde dos latifúndios.

Um momento, na primavera, quando os trigais brilham ao sol e há matizes preciosos de vermelho, roxo e amarelo entre a seara que amadurece, o Alentejo veste-se de uma beleza própria. Depois da

ceifa, uma luz baça e crua abate sôbre o restolho amarelado. Ao meio do dia o calor é sufocante. No *monte* dorme-se a sesta; as paredes caiadas reverberam a luz e ferem a vista. Os gados, imóveis, sofrem. O zangarreio da cigarra é o único ruído de ser vivo: tudo o mais se queda amodorado. Os olhos procuram em vão o repouso de um quadrado de verdura. As fôlhas das árvores estão coriáreas, amareladas, e os ramos, muito aparados, quási não abrigam da ardência do sol. Por isso,

Alentejo não tem sombra
Senão a que vem do céu...

*senão fu aqui meu mano
a sombra do meu chapau*

Mas esta só chega quando as nuvens do equinócio anunciam o comêço do outono.

Algumas distinções importa estabelecer nesta monotonia (18). A Beira Baixa (16) não é Beira apenas no nome; no Alto Alentejo (19), mais húmido, pratica-se a rega em tórno das vilas e cidades e na serra de S. Mamede, revestida ainda de castanheiros; o vale do Sado (21) é, como se diz por lá, um Ribatejo em ponto pequeno, menos rico e quási despovoado (21); no Alentejo litoral (20), as areias da beira-mar e a humidade relativa elevada não serão estranhas às tendências de policultura e de dispersão que tímidamente despontam nas colonizações recentes. Isto são apenas retoques locais. O quadro esboçado acima abrange um térço do país.

Há dois Algarves: o povo só conhece por este nome a orla do maciço antigo (23); o resto é a

Serra (22), um mar de cerros de xisto que sobe a mais de 500 metros¹. O solevamento desta área começa a marcar-se no arredondado das colinas, nos valeiros que se ramificam e aprofundam: depois é uma imagem de regularidade e perfeição nos galbos dos montes, que para uns evocam montículos de toupeiras, para outros as tendas de um imenso acampamento de nómadas. Estas terras eram até há cinqüenta anos pouco menos que matagais maninhos e ainda conservam belos revestimentos de medronheiros. Depois das grandes arroteias, o solo magro, que cada enxurrada empobrece, passou a produzir montado e trigo. Nuns sítios explora-se a cortiça e criam-se porcos; noutros, o desbaste pelas queimadas, processo de depredação usado ainda, abriu enormes clareiras de seara pouco compensadora. O povoamento é recente e ainda ralo; não há lavouras que precisem de *montes* nem terra para grandes aldeias; apenas grupos de poucos fogos, indício de uma colonização quási familiar, que, partindo das baixas, progrediu ao longo dos barrancos. Descendo por êles, as hortas e os arvoredos cultivados anunciam o Algarve típico.

Aqui temos o reverso do Alentejo. Assim como êste representa bem os latifúndios mediterrâneos, o Algarve corresponde às áreas, geralmente exíguas, onde a população se acumula e vive da cultura

¹ Mú ou Caldeirão, 578 metros; Alcaria do Cume, 523. Foia e Picota, de rocha eruptiva, 902 e 774, respectivamente.

intensiva. A despeito dos recursos da pesca e da navegação, que fizeram as principais aglomerações¹, domina a economia rural. Em terra de hortas e pomares regados, são as plantas de sequeiro que abrangem maior extensão; nestas, preponderam os legumes criados à sombra das árvores e os frutos. O figo tem grande papel na alimentação da gente e dos animais, a alfarroba supre a falta de fenos e a escassez de palha para os burros. Um longo passado de insegurança e talvez a raridade dos pontos de água levaram à concentração do povoamento; nos últimos tempos, a dispersão intercalar, que já cobria a planície litoral, alastra pelos maciços calcáreos: além o casal subsistia com os produtos da horta e a nora vê-se sempre ao lado da habitação; aqui, vive-se do sequeiro e a água tem de ir buscar-se ao lombo dos burros, em grandes cântaros de barro, às vezes a léguas de distância. A influência dos mouros perdura no nome, nas culturas que eles difundiram, como a da figueira e da alfarrobeira, introduzida durante o domínio árabe; na forma da casa, rematada pela *açoteia* que é, consoantes os lugares, um mirante ou um terraço; na arte da rega e no sábio aproveitamento dos talhões de horta.

Os claros rochedos de calcáreo, as construções branqueadas a cal, as manchas escuras do arvoredor, os tufos de aroeira, os loendros à borda

¹ Das sete maiores povoações algarvias apenas Loulé não é ou não foi pôrto de mar ou de estuário.

de água, os leques rasteiros da palmeira das vassouras, tudo debaixo de um céu de azul intenso, oferecem imagens que em balde se procurariam noutros lugares. Vir aqui no inverno, sentir o calor do meio do dia, gozar a noite tépida quando as estrêlas se fazem grandes e brilhantes, é a melhor forma de compreender o clima e a riqueza dos seus dons.

Mas o Algarve não é o jardim do Eden. Olhe-se como os campos e os arvoredos estão encerrados por afloramentos de calcáreo estéril. Repare-se como, por tôda a parte, os muros de pedra, as belas sebes de opúncias, a casa esparsa e o entrecruzar de caminhos, mostram até que ponto a terra está ocupada. A emigração é um recurso e uma necessidade. O algarvio leva consigo o jeito de acomodar-se, o ar aberto, acolhedor, o gosto de rir e de falar; com a vivacidade que lhe deu fama elle é, na posição como no temperamento, o mais meridional dos portugueses.

CONCLUSÃO

Ao entrelaçamento de influências mediterrâneas e atlânticas, consequência da posição, se deve a dualidade do território português.

Grosso modo, podem opor-se o Norte e o Sul. Mas, a análise dos elementos da paisagem e da economia regional mostra-nos uma articulação mais complexa: aspectos mediterrâneos que se insinuam, ao longo de vales e baixas, até ao coração de Trás-os-Montes; traços de fisionomia atlântica, dominantes até ao Mondego inferior, que voltam, em recorrências episódicas, e ainda se deixam ver na mais alta serra algarvia.

A acção do homem teve larga parte no atenuar destes contrastes. O estudo da vegetação sub-espontânea, a reconstituição das paisagens primitivas, os vestígios da economia pre-romana, mostram uma oposição muito mais marcada entre as duas metades do país.

Talvez se pudessem distinguir, na mistura destes elementos, a acção de duas correntes. A mais antiga caminhou do Sul para o Norte: os romanos levaram a gente dos redutos castrejos a praticar uma agricultura regular, com base na produção de cereais; na alta Idade Média, difundiu-se a vinha

em terras de cidra e de cerveja e o centeio nas montanhas; modernamente, apenas a oliveira caminhou no mesmo sentido e, pode dizer-se, a sua expansão continua.

A outra corrente, dirigida do Norte para o Sul, mais moderna, tomou também maior importância: porque, além dos produtos da terra, affectou os homens que nela vivem e trabalham. A Reconquista desencadeou o movimento de gente do Noroeste para o Sul, que em várias épocas recebeu incremento; e, ainda nos nossos dias, prossegue este fluxo de colonização interna, importante se não pela massa ao menos pela continuidade com que se tem manifestado. A disseminação do povoamento, forma habitual nas áreas de ocupação recente do solo, a difusão do milho e do regadio, a expansão do pinheiro bravo para o Sul e para Leste, contribuem para tornar mais *atlânticas* regiões a que a natureza havia dado feição interior ou meridional.

Nesta mistura de gente e de plantas, assim como na variedade das regiões, reside o sêgrêdo da unificação portuguesa. Áreas próximas e muito diferentes, faltam-lhes todavia condições de vida próprias. Que seria do Norte superpovoado se lhe houvessem estancado a emigração? Que seria do «celeiro» alentejano se as regiões de população densa lhe não consumissem os produtos da terra?

A análise dos elementos mediterrâneos mostrou como eles constituem o tecido essencial da geografia e da economia portuguesa. Traços de clima, formas de vegetação, modos de vida comuns

a todo o território, indicam que êste se deve ligar, no conjunto, às regiões ribeirinhas do mar interior. As feições que derivam da posição atlântica, dominantes apenas no Noroeste, adquiriram, contudo, especial importância. A paisagem clássica portuguesa são aquelas verduras macias, aquela terra produtiva e ocupada, aquêlê formigueiro de gente rural, e não os descampados solenes do Alentejo ou a solidão agreste das montanhas. A maior área de densidade de população situa-se no Norte atlântico; aí permaneceram também os elementos de civilização mais antigos e mais típicos, aí se constituiu o Estado, dêsse inesgotável reservatório humano saiu a gente que aglutinou a Nação e depois se espalhou pelo mundo. A unidade de Portugal deve-se, em larga parte, ao predomínio destas regiões: elas constituem, no organismo nacional, uma espécie de tronco antigo e robusto.

Foi através do Atlântico que se estabeleceram também as relações mais distantes da terra e da gente. Desvendadas as rotas oceânicas, por elas se fêz a expansão portuguesa: em ilhas atlânticas se realizaram os primeiros ensaios de colonização europeia; com base num litoral atlântico se construiu a maior Nação branca dos Trópicos. Na posição do território está contido um destino: isolado na periferia do mundo antigo, numa nesga de chão em grande parte bravio e ingrato, coube ao português o papel de pioneiro do mundo moderno. Não se limitou porém a indicar um caminho: afoitando-se por êle, aparece-nos hoje de pés fincados na terra de quatro continentes.

MAPAS

247AM



Mapa I — O RELÊVO

As curvas de 400 e 700 metros, além de darem uma imagem sugestiva do relêvo, constituem os dois principais limites mediterrâneos de altitude. Acima da primeira desaparecem as plantas mais exigentes: canas, loureiro, alfarrobeira, piteiras e figueiras da Índia; além de 700 metros a oliveira é rara e a vinha escassa e pouco produtiva.

A oposição entre o Norte e o Sul é flagrante. As terras baixas cobrem quasi tôda a metade meridional do país. No Norte, excepto na orla litoral e ao longo dos rios principais, dominam as áreas situadas acima de 400 metros. Os relevos de mais de 700 metros cingem, pelo interior, o Noroeste e ocupam extensões importantes, embora fragmentadas, de Trás-os-Montes e da Beira.

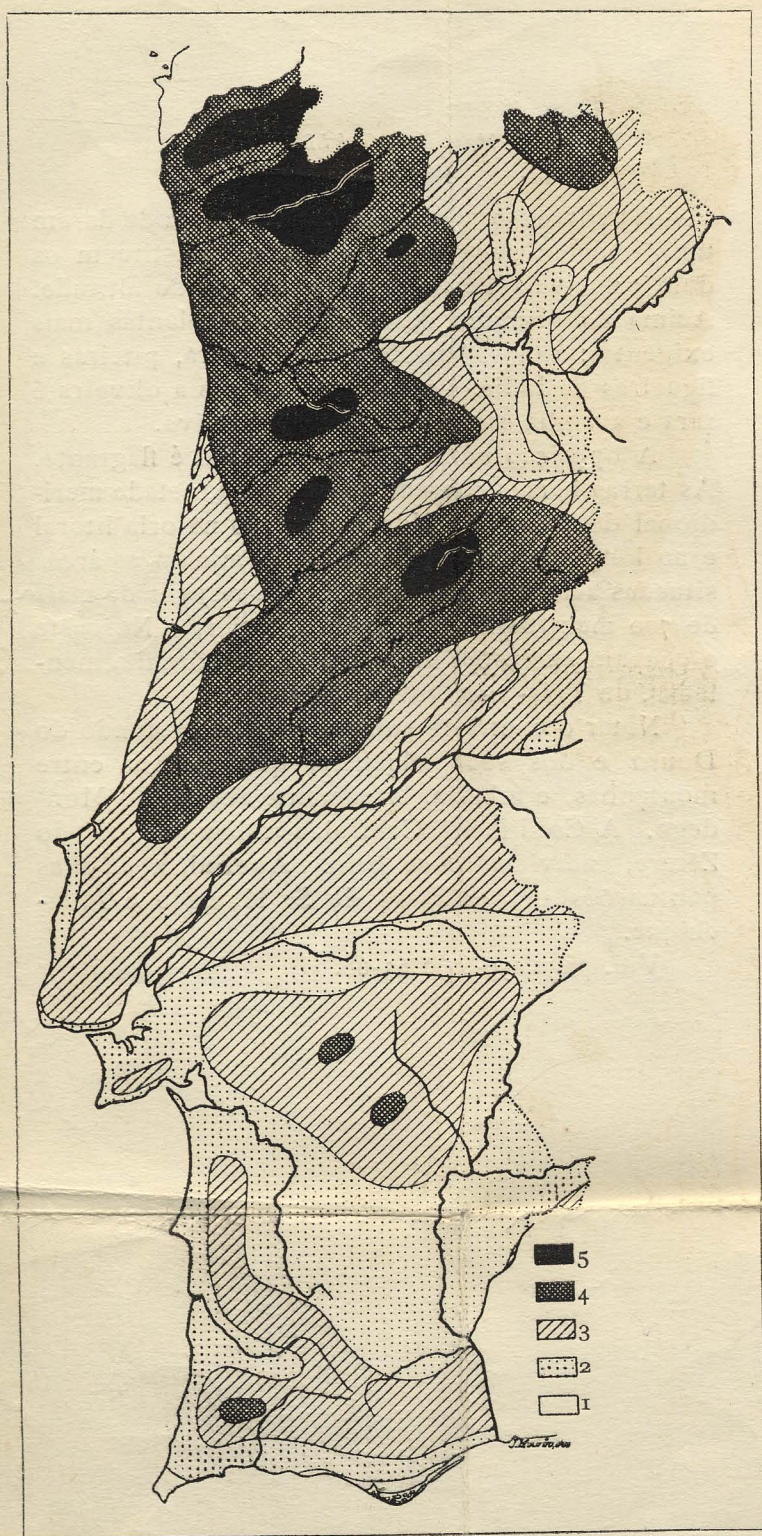
Notar o contraste entre o entalhe profundo do Douro e dos seus afluentes, que correm entre montanhas, e a bacia, largamente aberta, do Mondego. A Cordilheira Central, paralela ao curso do Zêzere, individualiza-se bem. Ao Sul, apenas as pontuações montanhosas de S. Mamede e Monchique.

Vid. págs. 59-60 e 65-68.



Mapa I — O RELÊVO (escala 1:3.000.000)

1 — abaixo de 400 metros; 2 — de 400 a 700 metros;
3 — acima de 700 metros.



Mapa II — AS CHUVAS

(Segundo H. AMORIM FERREIRA, simplificado)

Representa-se a precipitação média anual, em milímetros. Os valores, dum modo geral, decrescem para o Sul e para o interior; a influência do relevo é manifesta.

O Noroeste, a Cordilheira Central e os maciços calcáreos da Estremadura recebem mais de 1.000^{mm}; a região trasmontana é mais seca e, na bacia do Côa, encontra-se uma ilha de aridez que só na costa do Algarve tem paralelo, com menos de 400^{mm}.

No Sul, ainda se deixa ver a acção do relevo: os valores mais baixos situam-se no litoral e nas áreas deprimidas do Sorraia, do Sado, do Guadiana, do Mira (entre 400 e 600^{mm}). A Serra algarvia, as elevações do Alentejo litoral, o planalto de Évora, o Alto Alentejo, lêem-se facilmente neste mapa.

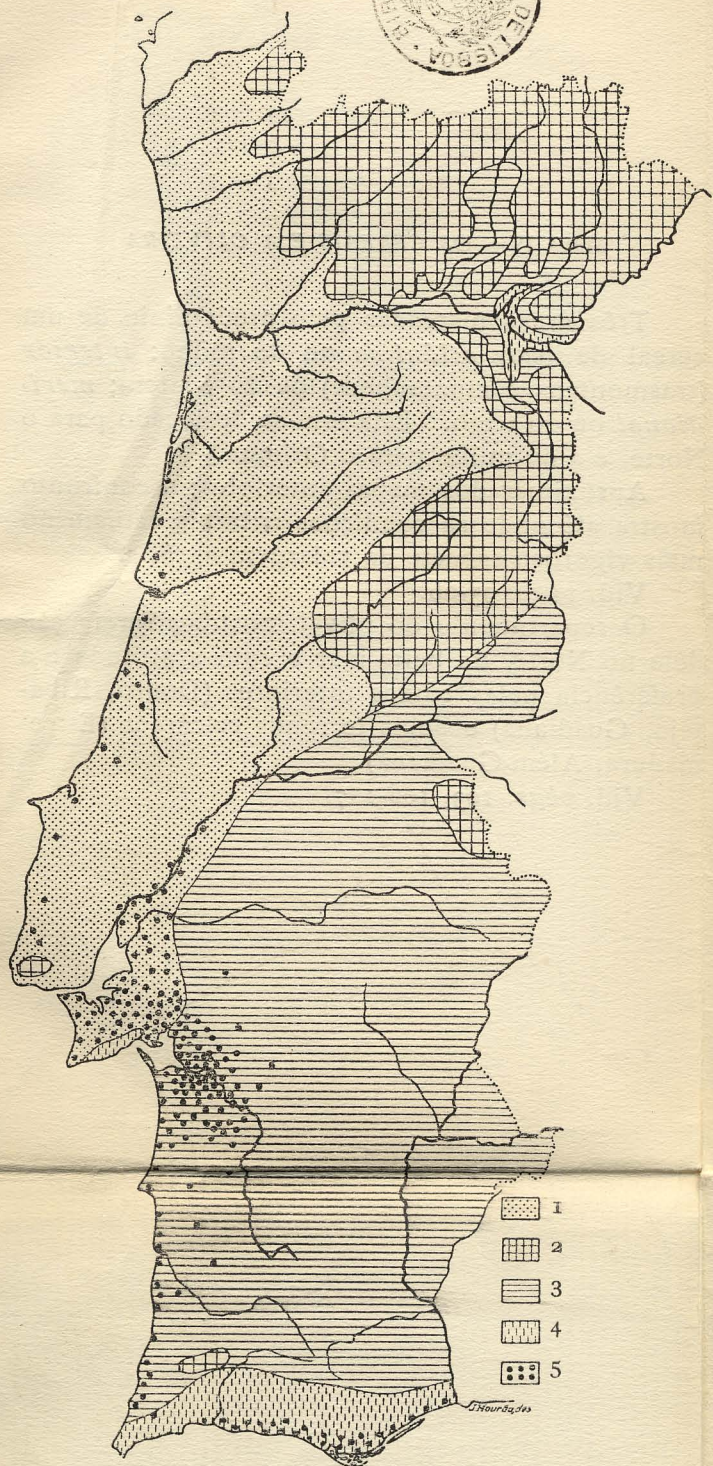
Vid. págs. 63-64, 70, 154-155.

Mapa II — AS CHUVAS (escala 1:3.000.000)

1 — menos de 400^{mm}; 2 — de 400 a 600^{mm}; 3 — de 600^{mm} a 1.000^{mm};
4 — de 1.000^{mm} a 2.000^{mm}; 5 — mais de 2.000^{mm}



Mapa III — OS ARVOREDOS



Abstraíu-se da influência da alta montanha, no geral sem árvores, e marcaram-se as grandes áreas de dominância das espécies mais importantes. O pinheiro bravo cobre todo o Oeste atlântico até ao Sado; os arvoredos de fôlha caduca, especialmente carvalhais e soutos, predominam nas terras altas e interiores e reaparecem com a altitude em raras manchas no Sul (S. Mamede, Sintra, Monchique).

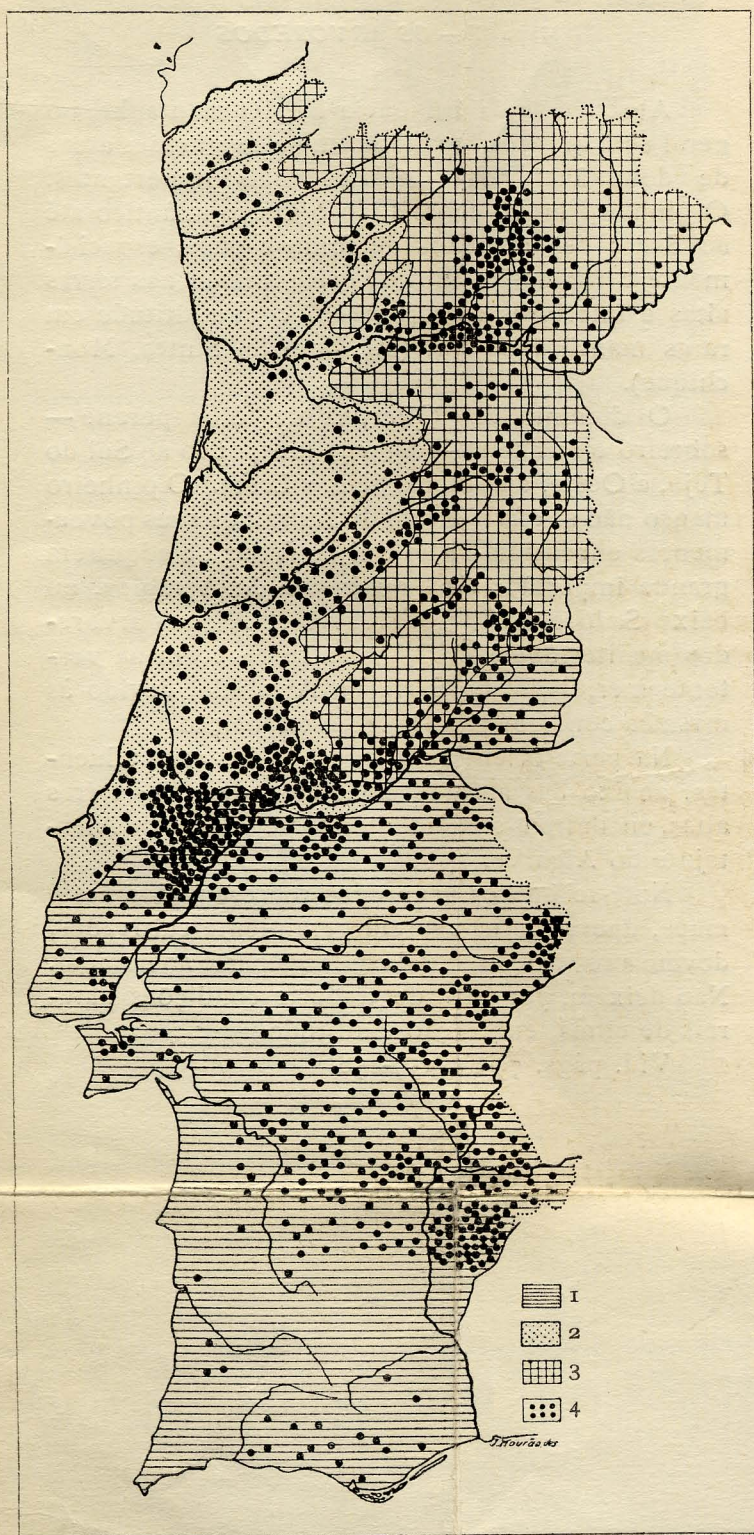
O domínio das *Quercus* de fôlha perene — sobreiro e azinheira — começa um pouco ao Sul do Tejo, a Oeste, e ao Norte dêle, a Leste. O pinheiro manso não se afasta muito do litoral; os seus povoaamentos encontram-se ao Sul do Vouga e adquirem grande importância na península da Arrábida, no baixo Sado e no litoral algarvio. Alguns arvoredos mediterrâneos do Algarve reaparecem na vertente meridional na Serra da Arrábida, devido às mesmas condições de abrigo e exposição.

Na parte oriental do Douro e dos seus afluentes, abaixo das árvores de fôlha caduca das terras altas, encontram-se elementos da vegetação do Alentejo e do Algarve.

Note-se que os arvoredos representados neste mapa, apesar de não serem geralmente cultivados, devem a repartição actual em larga parte ao homem. Não deixam, por isso, de traduzir condições naturais de clima, exposição e altitude.

Vid. págs. 79-81, 157-158.

Mapa III — OS ARVOREDOS (escala 1:3.000.000)
1 — pinheiro bravo; 2 — carvalhos e castanheiros; 3 — azinheira e sobreiro; 4 — arvoredos algarvios; 5 — pinheiro manso.



Mapa IV — OS CEREAIS E A OLIVEIRA (escala 1:3.000.000)
1 — trigo; 2 — milho; 3 — centeio; 4 — oliveira

Mapa IV — OS CEREAIS E A OLIVEIRA

Três áreas marcadas pelo predomínio de um cereal de pão: atlântica ou do milho; interior (trasmontana e montanhosa) ou do centeio; meridional ou do trigo. Esta tem-se deslocado para o Norte, e a do milho para o Oriente.

Aproximar dos mapas anteriores: o confronto mostra até onde as condições naturais actuam no mais vigoroso aspecto da paisagem agrária.

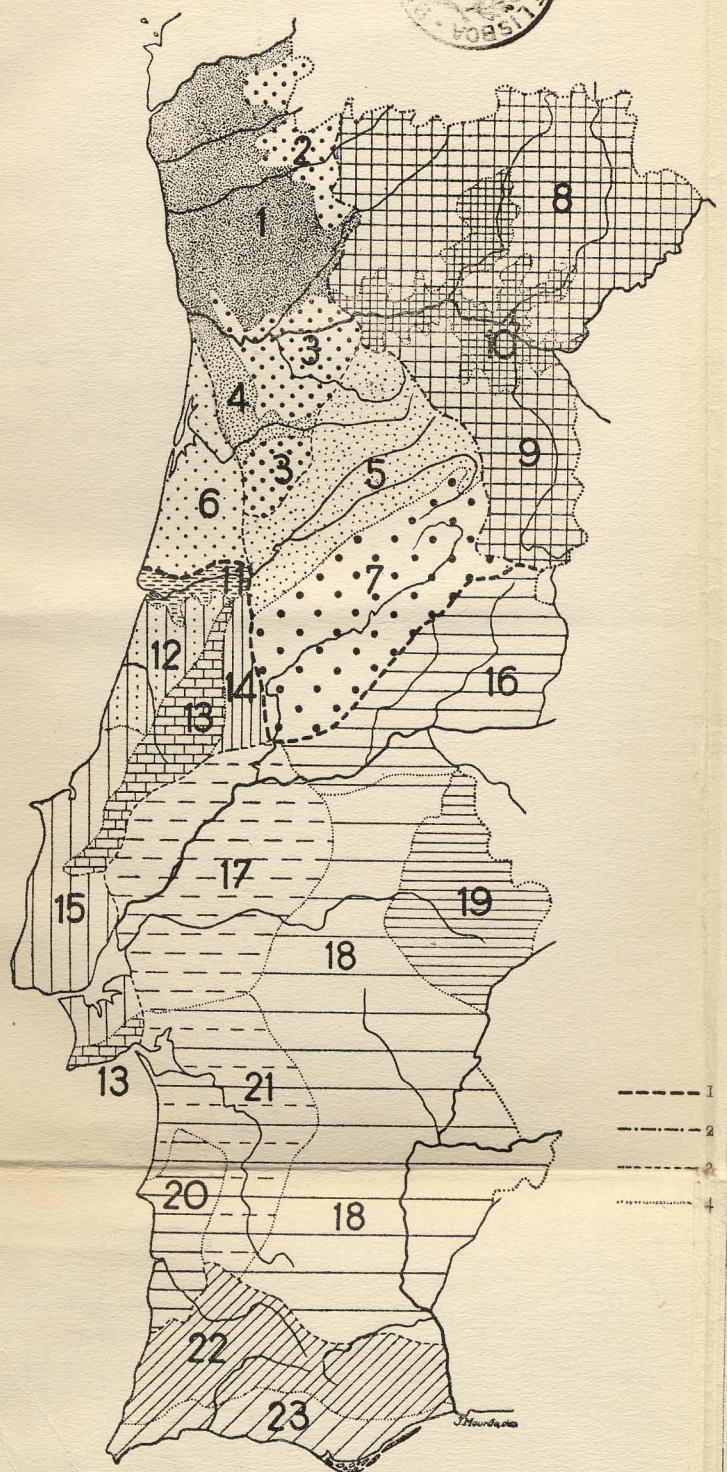
Vid. págs. 95-96.

O repartimento do olival mostra a rarefacção dêle no Norte, na beira-mar e com a altitude e a preferência pelas baixas interiores (Douro, Ribatejo, Guadiana) e pelos terrenos calcáreos (Estremadura, Além-Guadiana).

Vid. págs. 103, 106-107.



Mapa V — AS DIVISÕES GEOGRÁFICAS



A *Norte atlântico* está figurado por meio de pontos, mais fortes e espaçados nas montanhas; o *Norte trasmontano*, por um quadriculado; o *Sul*, por traços, verticais na Estremadura, horizontais no Alentejo, oblíquos no Algarve, interrompidos nas bacias fluviais que como tal se individualizam; os principais relevos calcáreos levam a convenção habitual desta rocha. O espaçamento destes sinais e um número inscrito dentro dos limites e também mencionado no texto permitem distinguir as diferentes regiões e sub-regiões geográficas. É claro que se podia ir muito mais longe nesta demarcação; pretendeu-se apenas individualizar os principais tipos de paisagem e agrupá-los pelas suas afinidades.

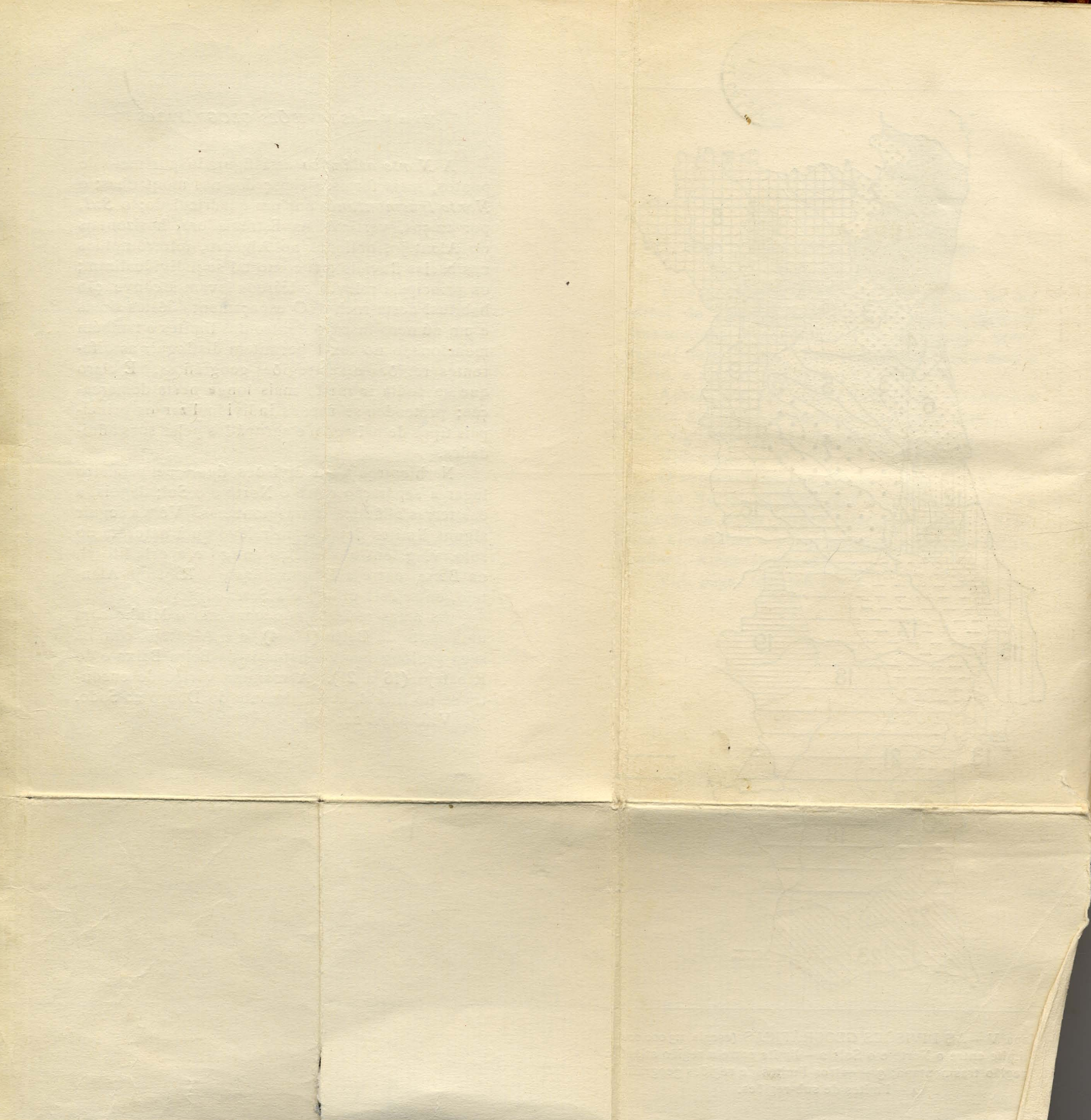
Na hierarquia das divisões, figura em primeiro lugar a separação entre o Norte e o Sul; depois, a das terras atlânticas e trasmontanas. Vêm a seguir alguns limites devidos ao relêvo ou à natureza do solo, v. g. entre o maciço antigo e a orla litoral, na Beira, entre a Estremadura e o Ribatejo-Alentejo, entre este último e a Serra algarvia.

As áreas mais homogêneas são o Minho com uma parte da Beira (1 a 4), e o Alentejo, com os seus prolongamentos naturais da Beira Baixa e do Ribatejo (16 a 21). A máxima variedade encontra-se no litoral, especialmente do Douro ao Sado.

Vid. págs. 221-236.



Mapa V — AS DIVISÕES GEOGRÁFICAS (escala 1:3.000.000)
 1 — limite entre o Norte e o Sul; 2 — limite entre a região atlântica e a região trasmontana; 3 — outros limites de regiões geográficas;
 4 — limites de sub-regiões.



ÍNDICE

	Págs.
MIGUEL TORGA — MENSAGEM	V
PREFÁCIO	VII
Capítulo I — O mundo mediterrâneo	I
I — A Natureza	I
O litoral	3
O relêvo	4
O clima	8
A vegetação	12
As plantas agrárias	15
II — Os modos de vida	16
A agricultura	29
O pastoreio	34
A vida litoral	36
III — População e povoamento	36
Restrições naturais, regressões humanas	39
A história	44
A população	49
O povoamento	50
As cidades	52
IV — Conclusão	57
Capítulo II — Portugal mediterrâneo	57
I — Condições gerais	57
Três influências	57
Um contraste de relêvo	59
O clima	61
II — Elementos naturais	65
Os acidentes do terreno	65
Calor e secura	68
O manto vegetal	72

	Págs.
Raízes antigas	206
~~A~~ Reconquista	208
* Deslocamentos da população	216
III — Divisões fundamentais da terra portuguesa .	219
O Norte atlântico	221
O Norte trasmontano	225
O Sul	227
Conclusão.	237
Mapas	



CORRIGENDA

PÁG.	LINHA	ONDE ESTÁ	LEIA-SE
4	II	Régio	Reggio
9	última	do inferno	da Índia
13	»	»	»
28	5	técnica	técnica
36	7	excrecências	excrecências
62	última	Mediterrâneo	Mediterrâneo
73	10	adorante	odorante
79	I	degradação	degradação
93	16	desaparecem	desapareceram
96	25	isto	eito
119	17	paúis	paúis
140	6	e do Sul	e o do Sul
141	18	habitação	habitação
162	26	alterem	alteraram
173	3	corpo	túmulo
179	17-18	restingem	restringem
208	3	A Noroeste	O Noroeste
215	última	desequilibrada	desequilibrada

Além de outros lapsos de fácil correcção

COLECÇÃO UNIVERSITAS

Estudos lingüísticos, literários, históricos,
geográficos, filosóficos, pedagógicos, etc.

Esta colecção, dirigida por professores da Universidade de Coimbra, compreenderá trabalhos originais, traduções e textos anotados.

O número de páginas de cada volume é variável.

A casa editora deseja que esta colecção, como o seu título indica, possa vir um dia a abranger a universalidade dos ramos do saber.

VOLUMES PUBLICADOS:

- N.º 1 — *Os nomes dos dias da semana em Português*
Por Dr. Manuel de Paiva Boléo.
- N.º 2 — Gil Vicente — *Tragicomédia pastoril da Serra da Estrêla*
Por Dr. Alvaro Júlio da Costa Pimpão.
- N.º 3 — *As Fontes de Fernão Lopes*
Por P. E. Roussel. Tradução de Dr. A. Gonçalves Rodrigues.
- N.º 4 — Gil Vicente — *Auto da Embarcação da Glória*
Por Dr. Paulo Quintela.
- N.º 5 — *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*
Por Dr. Oriando Ribeiro.

